ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 9,30 horas, do dia 2014/04/16

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
	ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL			
1	Atas nº 7/2014, da reunião de câmara extraordinária e privada de 2014/03/24 e nº 8/2014, da reunião de câmara de 2014/04/02			Aprovação
2	Delegação da competência da câmara municipal prevista no nº 4, do artº 61º, do Código dos Contratos Públicos, no presidente da câmara municipal, com faculdade de subdelegação			Aprovação
	GESTÃO URBANÍSTICA, PLANEAMENTO E REQUALIFICAÇÃO URBANA			
3	Relação de atos da competência da câmara municipal delegados e praticados pelo Sr. Presidente			Conhecimento
4	Ponto de situação em que se encontram os processos de reconversão e regularização em curso, relativos às AUGI do concelho de Vila Franca de Xira			Análise
5	Silo automóvel da avenida D. Vicente Afonso Valente - Ponto de situação do processo de construção e processo de dívidas			Análise
6	Auto de vistoria - Rua dos Loureiros, nºs 19, 21 e 23, tornejando para a Calçada do Quebra Costas, nº 2	Vítor Joaquim de Oliveira	Vila Franca de Xira	Aprovação
	OBRAS, VIATURAS E INFRAESTRUTURAS			
7	Execução da escola básica do 1º ciclo do Sobralinho - Plano de segurança e saúde	Construtora UDRA, Lda	Sobralinho	Aprovação
8	Execução da passagem superior pedonal do Forte do Casa - Alteração da data da conclusão da obra	Cordivias - Engenharia, Lda	Forte da Casa	Aprovação

ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 9,30 horas, do dia 2014/04/16

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
9	Recargas de pavimentos 2014 - Concelho de Vila Franca de Xira - Abertura de procedimento de concurso público			Aprovação
10	Assistência técnica à obra de regularização fluvial do rio Grande da Pipa e execução de pontão rodoviário - Parecer prévio vinculativo		Castanheira do Ribatejo	Aprovação
	APOIO AO MUNÍCIPE E ATIVIDADES ECONÓMICAS			
11	Relação dos atos praticados pela Srª Vereadora Marina Tiago, no uso da delegação e subdelegação de competências do Sr. Presidente			Conhecimento
12	Voto de congratulação ao Lezíria Parque Hotel			Aprovação
13	Inspeção de ascensor - Restituição de valor pago indevidamente - Rua da Formigueira, nº 11 - Casal de Santa Maria	Administração do condomínio	Alverca do Ribatejo	Aprovação
	GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E JURÍDICA			
	. Assuntos apresentados para conhecimento			
	Da competência do Presidente da C.M.			
~~14~~	~~Relação dos despachos do Sr. Presidente na área de pessoal~~		retirado	~~Conhecimento~~
15	Legislação síntese			Conhecimento
16	Pagamentos autorizados			Conhecimento
17	Balancetes			Conhecimento

ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 9,30 horas, do dia 2014/04/16

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
	. Outros assuntos			
18	Fundo de maneio 2014 - Divisão de Recursos Humanos			Aprovação
~~19~~	~~Moção - Contra a desclassificação do tribunal de Vila Franca de Xira~~		retirado	~~Aprovação~~
~~20~~	~~Projeto de regulamento de propaganda política e eleitoral do Município de Vila Franca de Xira~~		retirado	~~Aprovação~~
~~21~~	~~Proposta de regulamento de afixação, inscrição e difusão de mensagens publicitárias de natureza comercial~~		retirado	~~Aprovação~~
~~22~~	~~Protocolo referente ao seguro de acidentes pessoais - Atualização do valor de compensação - 2013/2014~~	~~Casa dos Forcados Amadores de Vila Franca de Xira~~	retirado	~~Aprovação~~
23	3ª alteração ao orçamento, plano plurianual de investimentos e plano de atividades municipais da câmara municipal para 2014			Aprovação
24	Recenseamento eleitoral - Resultados reportados a dezembro de 2013 - Transferência de verbas para as freguesias			Aprovação
25	Contratação de serviços de limpeza do palácio e edifícios (ateliers) da Quinta Municipal da Piedade - Parecer prévio vinculativo - 2ª renovação do contrato		Póvoa de St.ª Iria	Aprovação
~~26~~	~~Encerramento do Setor de Restaurante e Bares~~		retirado	~~Conhecimento~~
27	Escritura de justificação de posse - Prédio urbano sito em Trancoso de Cima		S. João dos Montes	Aprovação

ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 9,30 horas, do dia 2014/04/16

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
	EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO			
28	Achados arqueológicos no rio Tejo	Mariana Mendes		Aprovação
29	Doação ao Núcleo Museológico de Alverca de objetos museológicos - Livros escolares e selos fiscais e dos correios antigos, por Aldina Ruivo Pires Bento			Aceitação
30	Doação ao Museu do Neo-Realismo de um desenho da autoria de Augusto Gomes, por Álvaro de Jesus Manadelo Ferreira			Aceitação
31	Doação ao Museu do Neo-Realismo de material audiovisual, por José Venâncio M. Serra			Aceitação
32	Transportes escolares - Alunos a estudar fora do concelho - Ano letivo 2013/2014 - Compromisso e transferência de verba para as juntas de freguesia			Aprovação
33	34º Salão de Artesanato - Edital			Aprovação
	AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE, DESPORTO, EQUIPAMENTOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL			
34	Programa de apoio ao movimento associativo - Apoio à atividade regular 2014			Aprovação
35	Festa da Flor - Refeições			Aprovação
	ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL			
36	Ata em minuta da reunião			Aprovação

MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA
CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA E PÚBLICA DE 2014/04/16

Aos dezasseis dias do mês de abril de dois mil e catorze, pelas 9h30, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, sob a presidência do Sr. Alberto Simões Maia Mesquita, Presidente da Câmara Municipal, estando presentes os Srs. Vereadores:----------
. Nuno Miguel Marques Libório; ----------
. Fernando Paulo Ferreira; ----------
. Ana Lídia Alves Cardoso; ----------
. Rui Ribeiro Rei; ----------
. Marina Estevão Tiago;----------
. Aurélio dos Santos Marques; ----------
. António José Sequeira Félix; ----------
. Paulo Sérgio Pinto Rodrigues;----------
. José António da Silva de Oliveira;----------
. Vítor Manuel Jorge da Silva. ----------

Esteve ausente o Sr. Vereador João Manuel Correia Pires de Carvalho, tendo sido substituído pelo Sr. Vereador Vítor Manuel Jorge da Silva.----------
---

A reunião foi secretariada por Fernando Paulo Serra Barreiros, Diretor do Departamento de Gestão Administrativa, Financeira e Jurídica, em regime de substituição, assessorado por Susana Henrique de Jesus Pombo, Assistente Técnica.----------
---

Declarada aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações sobre o expediente apresentado:----------
---

Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____
Fl. Ata 002
Reunião de 2014/04/16
Procº _____
Deliberação nº _____

Assunto: PRESENÇAS DO PESSOAL DIRIGENTE E TÉCNICOS----------

GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA----------

. Adjuntos----------

Mário Nuno Duarte ----------

Jorge Zacarias----------

. Técnico Superior----------

Dr. Renato Gonçalves ----------

GABINETE DE APOIO À VEREAÇÃO ----------

. Adjuntos----------

Dr. Alexandre Sargento ----------

Adão Conde----------

. Secretária----------

Fernanda Gomes----------

. Assessoria ----------

João Pedro Baião ----------

Bruno Oliveira----------

DIVISÃO DE INFORMAÇÃO MUNICIPAL E RELAÇÕES PÚBLICAS----------

. Coordenadora ----------

Drª Filomena Serrazina ----------

GABINETE DE APOIO AO MUNÍCIPE E ATIVIDADES ECONÓMICAS----------

. Coordenadora ----------

Drª Isabel Araújo ----------

DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E JURÍDICA ----------

. Chefe da Divisão Financeira, Patrimonial e de Controlo Orçamental----------

Dr. Rui Galhardo----------

DEPARTAMENTO DE GESTÃO URBANÍSTICA, PLANEAMENTO E REQUALIFICAÇÃO URBANA----------

. Diretor ----------

Arqtº Nuno Santos----------

. Chefe da Divisão de Planeamento e Requalificação Urbana ----------

Urb. Ricardo Ramalho ----------

. Técnica Superior----------

Engª Carla Alcobia ----------

DEPARTAMENTO DE OBRAS, VIATURAS E INFRAESTRUTURAS ----------

. Chefe da Divisão de Obras, Viaturas e Infraestruturas ----------

Engº José Fernandes ----------

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA----------

. Chefe da Divisão de Cultura, Turismo, Património e Museus ----------

Drª Maria João Carraça ----------

. Chefe da Divisão de Educação----------

Dr. Pedro Montes----------

. Chefe da Divisão de Bibliotecas e Documentação ----------

Dr. Vítor Figueiredo ----------

DEPARTAMENTO DE AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE, DESPORTO, EQUIPAMENTOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL----------

. Chefe da Divisão de Ambiente, Sustentabilidade e Espaço Público ----------

Arqtª Catarina Conde ----------

EQUIPA MULTIDISCIPLINAR DA REABILITAÇÃO URBANA----------

. Chefe da Equipa ----------

Urbª Luís Matas de Sousa ----------

. Consultor na área de projetos----------

Engº Artur Peixe----------

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

40 º ANIVERSÁRIO DA REVOLUÇÃO DOS CRAVOS E DA LIBERDADE, 25 DE ABRIL DE 1974 ----------

Interveio o Sr. Presidente, dando início à reunião de câmara, cumprimentando todos os presentes, e lendo uma declaração relativa ao 40º aniversário da revolução do 25 de Abril, de acordo com o documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.----------

Terminou, referindo ser esta a declaração que pretendia fazer sobre um momento importante coletivo do país, sem o qual provavelmente o mesmo, muito fruto do trabalho dos autarcas, do poder local, não estaria tão modernizado, não se teriam dado saltos de gigante nessa mesma modernização, e não haveria a possibilidade de todos, independentemente do pensamento político, terem feito, ao longo destes 40 anos, o possível para que o país, e sobretudo o município, se tenha modernizado. ----------

É um trabalho de todos os dias, e é justo reconhecer, passados 40 anos, e já se pode fazer um balanço bastante preciso, o que tem sido a história contemporânea, sendo consensual, na sua perspetiva, que o 25 de Abril é aceite pela população, por todos, como um marco importante e decisivo na história do país. ----------

Tomou a palavra a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, referindo que corrobora das palavras do Sr. Presidente, e para que o 25 de Abril não se torne esquecido e não seja alvo do mesmo procedimento que foi feito para uma outra data importante, que foi o 5 de Outubro, é bom, de facto, que todos possam perceber aquilo que se vivia em Portugal antes, e a importância que o 25 de Abril teve, tem e terá certamente para o futuro do país. ----------

De seguida, passou a ler uma pequena saudação sobre a revolução de Abril de 1974, dos membros da CDU, de acordo com o documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.----------

---

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA

GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal

40º Aniversário da Revolução dos Cravos e da Liberdade, 25 de Abril de 1974

DECLARAÇÃO

Bom dia,

Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores,

Senhoras e Senhores Autarcas da Freguesia de Vila Franca de Xira,

Senhoras e Senhores Dirigentes Municipais,

Senhoras e Senhores Jornalistas,

Caras e Caros Munícipes,

Comemoramos e assinalamos em 2014 o 40º aniversário do 25 de Abril de 1974, que permitiu restituir aos portugueses a liberdade, a democracia e os direitos fundamentais.

Em primeiro lugar, queremos e devemos sublinhar o papel dos valorosos e corajosos militares e Capitães de Abril que conceberam, prepararam, desencadearam e concretizaram o movimento conducente à Revolução de Abril de 74, tornando-a numa atitude cívica e patriótica exemplar.

Ao Movimento dos Capitães, que fez o 25 de Abril e que admiramos e reconhecemos, deve o país a reconquista da liberdade e da democracia e o fim da ditadura.

Aos Capitães de Abril que, interpretando o sentimento e os anseios do povo português, fizeram a revolução, o nosso profundo agradecimento.

Com antecedentes próximos no Congresso da Oposição Democrática realizado em 1973 na cidade de Aveiro, no lançamento e divulgação do livro "Portugal e o Futuro", do General António de Spínola e no golpe militar das Caldas de Rainha de 16 de março de 1974, a Revolução de 25 de Abril derrubou a ditadura autoritária, corporativa e colonialista de salazar-

caetano que, durante 48 anos, oprimiu o povo português e suprimiu as liberdades públicas, cívicas, políticas e sindicais.

Um movimento militar e uma Revolução que permitiram pôr termo a um regime anacrónico, de inspiração fascista, completamente desfasado no espaço e no tempo.

Um regime que constituía uma das últimas ditaduras da Europa ocidental, sobrevivente à Segunda Guerra Mundial, sem partidos políticos, sem eleições livres, sem liberdades públicas e sem direitos políticos de cidadania.

Um regime dilacerado pela guerra colonial e incapaz de promover o desenvolvimento económico, social e cultural do país.

Um regime que promovia o isolamento internacional do país e afastava Portugal do concerto das nações, defensor da utopia do Portugal colonial ultramarino, avesso à integração europeia comunitária, negando-a, e completamente dissonante em relação aos valores democráticos euro-atlânticos.

Um regime que não se coibia de recorrer e utilizava constantemente métodos atentatórios da dignidade da pessoa humana e gravemente ofensivos dos Princípios Gerais de Direito aceites e respeitados pelas nações civilizadas e pelos Estados de Direito, no âmbito do combate político e da perseguição política, desrespeitando quem se lhe opunha através da violência física e psicológica: a polícia política; a prisão política; a prisão arbitrária sem culpa formada; os tribunais plenários; a ausência de contraditório e de garantias de defesa que caracterizava o estatuto dos presos políticos; o exílio forçado; a deportação; a expulsão política e administrativa de cidadãos nacionais do território nacional; a demissão da função pública por motivos políticos.

Jamais podemos olvidar o terror social e político lançado e levado a cabo pela PIDE/DGS, o seu aparelho repressivo, a tortura e a prisão dos nossos concidadãos opositores ao regime do estado novo.

O 25 de Abril permitiu pôr termo à guerra colonial, que sacrificava e hipotecava o futuro da juventude portuguesa, permitindo o regresso de Portugal aos trilhos da paz e conduzindo ao reconhecimento da autodeterminação e da independência dos países africanos de língua oficial portuguesa.

O 25 de Abril abriu caminho à existência de uma sociedade pluralista, criando e definindo o regime político democrático, pluripartidário e parlamentar.

O 25 de Abril permitiu o reconhecimento, a consagração, a efetiva garantia e a tutela plena dos direitos de personalidade e dos direitos fundamentais, aqui se incluindo os direitos, liberdades e garantias e os direitos dos trabalhadores.

O 25 de Abril abriu as portas à integração europeia de Portugal, ao desenvolvimento económico, ao progresso social, à modernização cultural e à elevação das condições de vida dos portugueses.

No âmbito do 40º aniversário da Revolução da Liberdade, cumpre reafirmar os Valores e Princípios do 25 de Abril, sendo tarefa de todos nós manter, defender e conservar permanentemente tais valores e princípios: a paz; a liberdade; a democracia; a esperança; a solidariedade; a fraternidade; e a justiça.

Num momento em que a descolonização foi efetuada há muito, importa continuar a aprofundar os restantes D's que nortearam a Revolução de Abril de 74, incrementando a participação democrática dos cidadãos na vida

coletiva e melhorando as perspetivas e possibilidades de um desenvolvimento que se pretende integrado, sustentável e mais justo para todos, em que ninguém fique para trás.

Viva o 25 de Abril!

Viva Portugal!

Paços do Município de Vila Franca de Xira, 15 de abril de 2014.

O Presidente da Câmara Municipal,

- Alberto Mesquita -

SAUDAÇÃO

40 ANOS DA REVOLUÇÃO DE ABRIL 1974

Comemoramos este ano o 40º Aniversário da Revolução de Abril, realização histórica do povo português, acto de emancipação social e nacional.

O 25 de Abril de 1974, desencadeado pelo heróico levantamento militar do Movimento das Forças Armadas (MFA), logo seguido de um levantamento popular, transformou profundamente toda a realidade nacional. Culminando uma longa e heróica luta, pôs fim a 48 anos de ditadura fascista e realizou profundas transformações democráticas, restituiu a liberdade aos portugueses, consagrou direitos, impulsionou transformações económicas e sociais.

40 Anos depois, Portugal vive um dos mais graves períodos da sua história, o mais difícil desde os anos negros do fascismo. Um período de confronto politico com o 25 de Abril e com aquilo que representou de conquistas, de realizações e transformações sociais.

Portugal vive uma grave e profunda crise económica e social. Agrava-se a exploração dos trabalhadores e a degradação dos seus direitos, limitam-se as liberdades do povo português, empobrece o País, milhares de portugueses são empurrados para o desemprego e a emigração, a Constituição da República é subvertida e é posto em causa o futuro de Portugal e dos portugueses.

Indiferente à importância que o Poder Local representa para as populações e para a resolução de muitos dos problemas que as afectam no seu quotidiano, o governo pôs em curso um verdadeiro programa de subversão do Poder Local Democrático, numa nova e mais despudorada tentativa de concretização da velha ambição de ajustar contas com uma das mais importantes conquistas de Abril.

O Poder Local é parte integrante do regime democrático e do seu sistema de poder. É uma conquista que viu consagrada na Constituição da República os seus princípios democráticos. Um Poder Local amplamente participado, plural, colegial e democrático, dotado de uma efectiva autonomia administrativa e financeira.

Com as primeiras eleições livres e democráticas, para os órgãos das Autarquias Locais, em 12 de Dezembro de 1976, o Poder Local Democrático afirmou-se, operando profundas transformações sociais e teve intervenção na melhoria das condições de vida das populações e na superação de enormes carências, substituindo e sobrepondo-se, até em alguns casos, na resolução de problemas que excedem em larga medida as suas competências.

As comemorações dos 40 anos da Revolução de Abril devem ser um momento para afirmar a indignação e recusa pelo que estão a fazer ao nosso povo, ao nosso país, ao Poder Local Democrático, à sua história e ao seu futuro. Um momento de resistência e luta contra esta ofensiva que pretende ajustar contas com Abril, agredindo a democracia, a liberdade, a paz e o desenvolvimento de Portugal.
Devem ser um momento para a convergência e unidade dos patriotas, dos trabalhadores e do povo português, em defesa dos valores de Abril e da Constituição da República.

Assim, apelamos à promoção da luta em defesa dos valores e conquistas de Abril, da Constituição da República Portuguesa e pela exigência duma ruptura que abra caminho a uma política que sirva Portugal e os portugueses.

Apelamos aos autarcas, aos trabalhadores, ao movimento associativo e a toda a população, a participação nas comemorações dos 40 anos de Abril, na afirmação do Poder Local Democrático como conquista de Abril e na defesa dos interesses e direitos das populações.

Vila Franca de Xira, 16 de Abril de 2014

Os vereadores da CDU

Nuno Libório	Ana Lidia Cardoso	Aurélio Marques	Paulo Rodrigues

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

MOÇÃO – PELA REPOSIÇÃO DAS FREGUESIAS----------

Interveio a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, apresentando, em nome dos membros da CDU, uma moção relativa à reposição das freguesias e o fim do ataque que foi feito nesta reorganização, de acordo com o documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, referindo ainda que como será para agendar para daqui a 15 dias, deixa a sua leitura para a próxima reunião de câmara. ----------

Moção

Pela reposição das freguesias

O processo de agregação/extinção de centenas de freguesias, concretizado com a lei nº 11-A/2013, insere-se num objectivo mais amplo de liquidação do Poder Local Democrático, conquista do 25 de Abril, consagrada na Constituição da República Portuguesa.

O processo que o Governo apelidou de "reorganização administrativa territorial autárquica" significa a continuação de um projecto de encerramento de serviços públicos e de afastamento das populações dos seus órgãos autárquicos. Em muitas situações, depois do encerramento de diversos serviços, a Junta de Freguesia corresponde ao último serviço público existente.

Nas últimas eleições autárquicas quase todas as forças políticas apresentaram às populações programas nos quais estava inscrito o objectivo de continuar a luta contra a agregação/extinção das respectivas freguesias, que obtiveram o apoio massivo da população.

Muitas autarquias, mesmo depois de agregadas, continuam a manter em funcionamento as sedes das Juntas correspondentes às antigas freguesias, a manter o serviço de proximidade e a defender as características e a identidade de cada uma das freguesias.

À posição convicta, que os autarcas de freguesia e as populações sempre demonstraram contra a agregação/extinção das freguesias somam-se agora na prática os problemas e as contradições já identificados no processo de agregação, o que vem comprovar a justeza das posições assumidas.

Mas este objectivo de destruição do poder local não se ficará pelas freguesias. O chamado "guião da reforma do estado" já avança com a agregação de municípios e, ao contrário do que muitas vezes é repetido, assiste-se a um processo de centralização, em entidades intermunicipais, de um conjunto de competências

municipais, de grande importância para as populações, visando o seu esvaziamento e enfraquecimento.

Os autarcas, designadamente das Freguesias, que não desistiram nem desistem da luta pela "devolução" das freguesias extintas, estão a defender as populações e as freguesias, impedido a concretização deste projecto político de destruição do Poder Local Democrático.

Assim, a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira reunida no dia 16 de Abril de 2014 delibera:

1. Reafirmar a exigência de devolução das freguesias liquidadas, conforme a vontade das populações;

2. Manifestar a sua oposição ao projecto de destruição do Poder Local Democrático, exigindo que no respeito pela Constituição da República Portuguesa, a autonomia administrativa e financeira do poder local seja respeitada.

Vila Franca de Xira, 16 de Abril de 2014

Os vereadores da CDU

Nuno Libório	Ana Lidia Cardoso	Aurélio Marques	Paulo Rodrigues

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

DEGRADAÇÃO DAS RUAS PROFESSOR EGAS MONIZ E 1º DE MAIO, EM VIALONGA E ESTRADA DOS BALTARES, NO SOBRALINHO----------

Interveio a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, referindo-se à estrada principal em Vialonga, as ruas Professor Egas Moniz e a 1º de Maio, que foi uma estrada intervencionada em 2011 e que hoje se encontra num estado de degradação, principalmente junto às tampas dos SMAS.----------

A semana passada foram colocadas algumas massas frias para atenuar o abatimento da estrada, no entanto os membros da CDU entendem que este procedimento não faz mais do que tapar provisoriamente os buracos e, tendo esta estrada sido intervencionada ainda não há 3 anos, era importante perceber por que razão a câmara municipal, em vez de tentar tapar buracos com massas frias não procede ao levantamento das garantias e obriga o construtor a intervencionar novamente a estrada, para que não comece a ficar no estado em que se encontrava em 2011.----------

Chamou ainda a atenção para a estrada dos Baltares, no Sobralinho, porque aquilo que está ali a ser feito vai levar a que uma estrada intervencionada há pouco tempo volte a ficar num estado de degradação. ----------

Interveio o Sr. Vereador António Oliveira, dizendo que teve conhecimento desta situação no Conselho Municipal de Segurança, através do Sr. Presidente da Junta de Freguesia, e já se encontra marcada uma reunião no local para a primeira semana de maio, com todos os intervenientes, para fazer definitivamente uma análise àquilo que lhe foi apresentado. ----------

---

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------
URBANIZAÇÃO DA ENCOSTA DO MOINHO - VIALONGA----------
A Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso interveio, referindo-se à urbanização da Encosta do Moinho, em Vialonga, sobre a qual os membros da CDU já falaram por várias vezes em reuniões de câmara, e convinha perceber em que ponto de situação estão as garantias bancárias, porque segundo sabem vai realizar-se um leilão muito próximo das casas daquela urbanização que estão ainda por acabar.----------
Era preciso perceber se a câmara municipal se constituiu como credora desta massa insolvente, e se os munícipes que moram nesta zona podem ou não esperar da câmara municipal uma maior intervenção para a resolução final dos seus problemas.----------
Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que gostaria de saber o ponto de situação da defesa do interesse público e da defesa do interesse dos cidadãos que adquiriram habitação nesta urbanização da Encosta do Moinho. O que é que a câmara municipal e o respetivo departamento de urbanismo pensam fazer, de uma vez por todas, em relação àquela situação em concreto?----------
O Sr. Presidente interveio, respondendo que naturalmente a câmara municipal também se constituiu como credor da massa insolvente, e tudo irá fazer para salvaguardar os interesses, sobretudo das pessoas que ali moram. ----------
Como já disse mais do que uma vez, quando esta questão é suscitada, e como aliás a Srª Vereadora bem referiu na intervenção que fez sobre o 25 de Abril, está-se a atravessar um momento particularmente difícil da economia do país, o que faz com que, de repente, empresas saudáveis, aparentemente resistentes e com condições para prosseguir o seu trabalho, entram em insolvência. Foi o caso desta, criando todas estas dificuldades, que não sabe quando se resolverão, mas vai-se ver se os sinais que entretanto parece que estão a surgir são para consolidar e, relativamente a todas estas áreas da construção civil, se possa ter mais tarde algumas evoluções positivas.----------
É aquilo que pode dizer, e não está a dizê-lo apenas para a Srª Vereadora dizer "ele está sempre a dizer a mesma coisa", o que é um facto é que, relativamente ao leilão que se vai seguir e à administradora de insolvência que está a prosseguir este trabalho, a câmara municipal tem de fazer aquilo que é possível e, como

credora, tentar resolver o que é a necessidade de fechar o processo das infraestruturas da urbanização.----------

Relativamente aos prédios inacabados, não sabe como responder, já foi sugerido em reunião de câmara o tapamento de vãos, e só isso custa uma fortuna, pelo que tem de se ter alguma cautela. Com todo o respeito pelas pessoas que lá moram, o que é um facto é que, de acordo com as intervenções que foram feitas, há um caderno de encargos vastíssimo em que a câmara municipal tem de priorizar as suas intervenções, senão terá alguma dificuldade em resolver as coisas que lhe parecem mais necessárias.----------

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

PUBLICAÇÃO DE LIVRO SOBRE OS TELHAIS DE ALHANDRA----------

A Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso interveio, referindo-se aos documentos distribuídos hoje, em que uns deles têm a ver com o Prémio Literário Alves Redol. --

Os membros da CDU sabem que tem sido uma aposta da câmara municipal a edição de alguns livros que têm a ver, não só com o neorrealismo, mas também com a história do concelho, nomeadamente em parceria com as Edições Colibri.-----

Chegou-lhes ao gabinete um e-mail de um investigador do município, dizendo que foi abordado pela Edições Colibri para publicar um livro sobre os telhais de Alhandra, e que teria contactado a câmara municipal já há cerca de 4 ou 5 meses para perceber se esta estaria ou não interessada em fazer também uma colaboração na edição deste livro.----------

Assim, gostariam de perceber se o departamento de cultura tem informação sobre este caso, porque de facto quando se têm investigadores, ainda pra mais do concelho de Vila Franca de Xira, que decidem investigar aquilo que foi a sua história recente, era importante apoiar, para que a câmara municipal pudesse depois também divulgar o livro da melhor maneira.----------

O Sr. Presidente interveio, dizendo ter tomado boa conta daquilo que a Srª Vereadora disse, vai procurar saber o que se passou, e se o Sr. Vice-Presidente tiver mais alguma informação poderá complementar esta informação.----------

Interveio o Sr. Vice-Presidente, referindo que a câmara municipal de facto recebeu essa comunicação e está a avaliar no âmbito da Coleção de Património Local, que normalmente edita um número novo a cada ano ou de 2 em 2 anos. Acontece porém que a última publicação foi exatamente sobre Alhandra, e como existe um outro conjunto de investigadores que fizeram essas propostas, está-se no fundo a avaliar as diversas propostas. ----------

Em janeiro o próprio mandou informar o requerente, por assim dizer, a pessoa que acompanha este assunto está de férias esta semana, pelo que não tem presente a resposta que foi dada, pode ter havido alguma falha nesse processo, mas está em análise e depois dirá qualquer coisa lá mais para a frente.----------

---

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

ZONA RIBEIRINHA – DEGRADAÇÃO DE TROÇO EM ALHANDRA----------

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que algumas questões ficaram por esclarecer na última reunião de câmara, não quer ser muito exaustivo, mas queria recordar que a câmara municipal tem que se definir em relação ao que quer fazer para a zona ribeirinha, particularmente para aquele troço que apresenta uma degradação ambiental absolutamente inaceitável. ----------

Está a falar da necessidade imperiosa de dragar o rio na vila de Alhandra, naquele troço que encosta entre o cais da Padeirinha e o Cais 14. ----------

Aquilo está reconvertido num sítio absolutamente insalubre e os membros da CDU até julgam que do ponto de vista da saúde pública há questões que merecem um olhar atento e uma intervenção imediata por parte das respetivas entidades. ---------

A sua intenção não é carregar sobre a câmara municipal responsabilidades financeiras que também cabem a outras entidades, sabem bem qual é a responsabilidade do município sobre esta matéria, o que acham é que o município, se nada fizer junto da Agência Portuguesa do Ambiente, junto da Administração Hidrográfica do Tejo ou da Administração do Porto de Lisboa, tão cedo não terá uma solução para requalificar ambientalmente toda aquela área.----------

Aproveita ainda para perguntar, na sequência do compromisso havido na última reunião de câmara com os pescadores de Alhandra, e na sequência também da sua interpelação, se já há ou não perspetivas no sentido de dignificar e valorizar as condições de trabalhos desses pescadores e dessa importante comunidade avieira no concelho de Vila Franca de Xira. ----------

Interveio o Sr. Presidente, recordando que, crê que na última reunião de câmara, ou na anterior, se falou sobre esta matéria. ----------

Foi exigido à câmara municipal um estudo hidrológico, que está a avançar, porque no passado havia condições, principalmente na zona de Vila Franca de Xira, de fazer algumas dragagens sem grandes exigências em termos da necessidade destes estudos, e hoje a Agência Portuguesa do Ambiente exige estes estudos para o tratamento das lamas e saber qual é o vazadouro para onde irão esses resíduos, que têm de ter um tratamento específico. ----------

A câmara municipal vai avançar com a concretização desse estudo e só depois é

que poderá dragar as zonas, tanto em Vila Franca de Xira como na zona que o Sr. Vereador referiu. É um processo que está a ser desenvolvido, e espera que até ao final do ano haja condições de ter o assunto resolvido.----------

No dia 8, tal como se tinha comprometido, esteve numa reunião com representantes da comunidade avieira de pescadores, no sentido de verificar de que modo se poderá valorizar toda aquela zona, ao fim ao cabo, encontrando uma solução que sirva os pescadores e os milhares de pessoas que ali passam.----------

Os pescadores colocaram uma série de preocupações, que foram registadas, e o próprio já solicitou aos serviços do Sr. Vice-Presidente para fazerem um estudo, sendo que uma das maiores preocupações que os pescadores têm é quanto ao acondicionamento dos apetrechos de pesca, mas não pode ser um acondicionamento, e eles também reconheceram, feito de qualquer forma e sem grande arrumação.----------

No fundo é preciso encontrar uma forma, com regras que naturalmente os pescadores terão de cumprir, e pensa que, pela recetividade das preocupações que o próprio manifestou, se encontrará uma plataforma de entendimento que irá ao encontro das suas necessidades. ----------

Os pescadores colocaram também uma outra preocupação, que é em situações de mau tempo os barcos poderem estar numa determinada zona que identificaram, não só para fazer reparações, mas sobretudo para os salvaguardar, possibilidade que também está a ser estudada. ----------

Deste modo, o que pode dizer é que a reunião que tiveram pareceu-lhe bastante produtiva, e vai-se ver agora o desenvolvimento do trabalho que vai ser feito.--------

---

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

SAUDAÇÃO AOS REFORMADOS, PENSIONISTAS E IDOSOS QUE PARTICIPARAM NA MARCHA DO MURPI – MOVIMENTO UNITÁRIO DOS REFORMADOS, PENSIONISTAS E IDOSOS----------

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que não vai fazer a leitura, mas os membros da CDU pretendem apresentar uma saudação à marcha dos Reformados, Pensionistas e Idosos, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------

De uma forma muito simples e genérica referiu que muitos milhares de reformados e pensionistas responderam ao apelo do MURPI – Movimento Unitário dos Reformados, Pensionistas e Idosos, em várias cidades do país, designadamente em Lisboa, e no passado dia 12 de abril estiveram muitos e muitos mais a mostrar a sua indignação e protesto pelos ataques do Governo aos seus direitos e rendimentos. ----------

Assim, os membros da CDU queriam saudar muito particularmente todas as associações e respetivos sócios e reformados do concelho de Vila Franca de Xira que estiveram presentes nesta marcha em Lisboa. ----------

---

Saudação
à Marcha dos Reformados, Pensionistas e Aposentados

Foram muitos os milhares de reformados e pensionistas que, respondendo ao apelo do MURPI e, em várias cidades do País, saíram à rua, no passado sábado 12 de abril, para mostrar a sua indignação e protesto pelos ataques aos seus direitos e rendimentos por parte do governo.

Muitas associações e reformados do concelho de Vila Franca de Xira estiveram presentes na Marcha realizada em Lisboa, protestando contra as políticas do governo e reivindicando a defesa dos seus direitos.

Os vereadores da CDU, destacando o grande significado desta manifestação de reformados e pensionistas a lutar pelos seus direitos e pelo futuro dos seus filhos e netos, saúdam o êxito desta iniciativa e expressam a sua solidariedade para com as lutas em curso.

Os vereadores da CDU

Vila Franca de Xira, 16 de Abril de 2014

Nuno Libório Ana Lidia Cardoso Aurélio Marques Paulo Rodrigues

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------
TERRENOS DA ANTIGA ESCOLA INFANTE D. PEDRO – ALVERCA DO RIBATEJO----------
Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, apresentando um requerimento dos membros da CDU sobre a situação dos terrenos da antiga Escola Infante D. Pedro, em Alverca do Ribatejo, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------
Conhecidas que são de há bastante tempo a esta parte as imperiosas necessidades de se melhorar a mobilidade e a oferta de estacionamento na zona baixa de Alverca do Ribatejo, junto ao terminal de transportes coletivos, não parece aos membros da CDU aceitável que este terreno esteja no estado em que se encontra, ou seja, sem qualquer tipo de utilização pública. ----------
Recorda as declarações do Sr. Presidente, em 2010, de que além de vários contactos com os proprietários de então estava até em aberto a possibilidade de aquisição dos próprios terrenos, para fins naturalmente públicos.----------
Tendo havido o compromisso da câmara municipal, já concretizado, de substituir-se ao Ministério da Educação para a demolição da escola, que apresentava sinais evidentes de degradação, perguntam afinal para que serviu todo este esforço e que destino é que se haverá de dar a este terreno.----------
Interveio o Sr. Presidente, dizendo que o terreno é privado e, das duas uma, ou a câmara municipal o adquire e faz dele, por exemplo, uma bolsa de estacionamento, ou então está expectante no sentido de perceber o que é que o próprio proprietário pretende. O mesmo já manifestou algumas pretensões e algumas ideias, que não passaram disso mesmo, e está-se a aguardar a evolução. -
A câmara municipal não pode, ou não deve, no seu entendimento, estar a adquirir terrenos que têm um custo bastante elevado quando efetivamente há outras coisas para resolver, mas concorda que está ali um terreno expectante e que, mais tarde ou mais cedo, tem que se perceber o que é que dali se vai fazer.----------
---

Requerimento nº 22/2014

Ponto de situação do terreno da antiga escola secundária Infante D. Pedro em Alverca

Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal

Tendo havido um protocolo com a então direção regional de educação, a Câmara Municipal assumiu o encargo da obra de demolição da escola Infante D. Pedro, no âmbito da reestruturação da oferta educativa na freguesia de Alverca e tendo presente o carácter provisório de degradado das referidas instalações.

Ao longo de todo esse processo, que efetivamente culminou com a demolição da referida instalação escolar, esteve sempre presente o carácter inadiável dessa intervenção, bem como a hipótese de os terrenos virem a ter uma suposta utilidade pública.

Em Abril de 2010, o então vice-presidente da CM, Alberto Mesquita, admitiria, em declarações para a Comunicação Social, que estava em aberto a possibilidade de aquisição do terreno, além de contactos informais que estavam a ser realizados com os proprietários.

Até à presente data, depois de concluída a obra, e apesar de conhecidas, mesmo havendo as carências e rutura da oferta de estacionamento que se conhecem na zona, o terreno continua vedado e sem qualquer tipo de utilização pública.

Atendendo à natureza da situação descrita e eventual tomada de decisão do Município, os vereadores da CDU, ao abrigo das disposições legais em vigor, vêm através de V. Exa. requerer a seguinte informação:

- Têm havido contactos com os terrenos onde se instalava a antiga escola secundária Infante D. Pedro? Se sim, com que natureza e objetivos?

- Qual é a perspetiva de utilidade a dar a esses terrenos?

Os vereadores da CDU
Vila Franca de Xira, 16 de Abril de 2014

Nuno Libório	Ana Lídia Cardoso	Aurélio Marques	Paulo Rodrigues

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

APOIO TÉCNICO AO CLUBE RECREATIVO DE TRANCOSO – SÃO JOÃO DOS MONTES---

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, apresentando um requerimento dos membros da CDU, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, porque estiveram, tal como membros do PS, na sessão comemorativa de mais um aniversário do Clube Recreativo de Trancoso, e gostariam de perguntar se a câmara municipal, não tanto pela questão financeira, está ou não em condições de lhes poder dar alguma informação sobre as necessidade de apoio técnico para a instalação de um piso que efetivamente sirva as necessidades desportivas desta coletividade. ----------

Para os membros da CDU já começa a ser um pouco embaraçoso, de todas as vezes que participam, ouvirem da parte dos dirigentes desta associação o reparo de que a câmara municipal, mesmo fazendo-se representar nos atos solenes ou no dia do seu aniversário, mais não faz do que prometer a resolução deste problema. - Não é embaraçoso para participarem, participarão todas as vezes que forem convidados, mas parece-lhes que a câmara municipal precisa de dar uma resposta a esta associação, de qualquer forma fica o requerimento e seguramente irão ter uma boa resposta para se revolver este problema.----------

O Sr. Presidente interveio, referindo que o Sr. Vereador certamente ficaria menos incomodado se também tivesse tido a perceção de que aquela direção tem manifestado, junto da câmara municipal, o seu agradecimento pelo apoio que tem sido prestado ao longo de anos àquele clube, e se assim não fosse não tinha a atividade que hoje tem. ----------

É evidente que há sempre outras questões a resolver, nomeadamente a do piso, que lhe foi manifestada na última vez que lá esteve, não neste, mas no anterior aniversário, inclusivamente na própria campanha eleitoral todos os membros da câmara municipal lá foram, pelo menos cruzou-se lá com os membros da CDU, e aquilo que lhes foi transmitido pelo clube também foi transmitido aos membros do PS. Naturalmente que para o desenvolvimento da patinagem artística e do futsal é necessário de facto haver um outro piso, e está-se a avaliar que piso, porque tem que ser de utilização, tanto para uma modalidade, como para a outra, bem como saber do que se está a falar em termos de custo para se poder avançar.----------

Deste modo, o assunto não está esquecido, e quer dizer ao Sr. Vereador que não fique preocupado, na medida em que aquele clube, como todo o movimento associativo em termos gerais, tem tido um apoio bastante grande da câmara municipal, reconhecendo no entanto que há sempre coisas para fazer. ----------

Requerimento nº 21/2014

Apoio técnico ao Clube Recreativo de Trancoso

Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal

Estando presentes por ocasião de mais um aniversário da fundação, os eleitos da CDU ouviram novamente os responsáveis associativos do Clube Recreativo de Trancoso a defender o apoio do Município de Vila Franca de Xira para a conclusão da sua obra social e desportiva.

Em causa continua a instalação de um piso adequado no pavilhão, para o funcionamento regular e em condições de segurança desportiva para todos os seus utilizadores.

Já nem colocando tanto a tónica na questão do financiamento, vários dirigentes e associados reiteraram a importância de o Clube ser ajudado do ponto de vista técnico, nomeadamente para o maior incremento e valorização de atividades como, por exemplo, a patinagem artística, onde se requer um equipamento com condições mínimas.

Assim, tendo presente a legítima expetativa desta associação e seus associados na conclusão da infraestrutura, que em muito beneficiaria não só a população local como todo o concelho, os vereadores da CDU, ao abrigo das disposições legais em vigor, vêm através de V. Exa. requerer a seguinte informação:

- Perante sistemáticos pedidos de apoio, o que pensa a Câmara Municipal fazer, no sentido de apoiar a atividade do Clube Recreativo de Trancoso, no âmbito das suas carências e limitações de infraestruturas.

Os vereadores da CDU
Vila Franca de Xira, 16 de Abril de 2014

Nuno Libório	Ana Lídia Cardoso	Aurélio Marques	Paulo Rodrigues

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA----------

VIADUTO SOBRE A LINHA FÉRREA NA PÓVOA DE SANTA IRIA----------

Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, dizendo que tem três questões para colocar ao Sr. Presidente, prendendo-se uma com o viaduto sobre a linha férrea na Póvoa de Santa Iria, junto à fábrica da Greif.----------

É um viaduto que neste momento sofreu do lado do rio um forte abatimento de terra que provoca um ressalto na via, que se consubstancia como uma perigosidade para todo o tráfego rodoviário.----------

Relembra que esses terrenos à saída do viaduto foram mexidos aquando da intervenção que a Simtejo ali fez, de desvio das águas pluviais, e na altura a justificação que houve para o desvio da estrada foi exatamente por causa da execução das valas. Entretanto as valas já estão executadas, a obra está mais do que completa, mas a via não foi reposta nas suas condições originais, e a questão que coloca ao Sr. Presidente é se não seria à Simtejo que competiria ter reposto a via na sua condição original.----------

Desta forma, os membros da CDU solicitam e exigem aos serviços da câmara municipal que se desloquem ao local no sentido de averiguar o ressalto e o abatimento de terras que houve lá, numa zona onde passam inúmeros autocarros em direção ao terminal rodoviário, e muitas viaturas ligeiras em direção ao parque estacionamento que serve, mal, mas serve a estação de caminhos de ferro da Póvoa de Santa Iria, no sentido de fazer a reposição e manutenção dessa via rodoviária.----------

Interveio o Sr. Presidente, solicitando ao Sr. Vereador António Oliveira que analise as questões colocadas pelo Sr. Vereador. ----------

---

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA----------

PASSAGEM PEDONAL DAS TRASEIRAS DAS TORRES DA CHEPSI – PÓVOA DE SANTA IRIA ----------

Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, referindo-se à passagem pedonal nas traseiras das torres da Chepsi, na Póvoa de Santa Iria, uma obra que foi executada pela câmara municipal no ano de 2008, e já nessa altura teve graves problemas de assoreamento, graves problemas no sistema elétrico e no sistema de rega automática, e a verdade é que, passados estes anos todos, esses problemas nunca foram resolvidos, a garantia da obra nunca foi assinada para que o empreiteiro corrigisse os erros de construção daquele zona ajardinada, sendo aquilo uma zona verde.----------

Neste momento o que lá se tem, no fundo, é um assoreamento total, não há manutenção nenhuma, há mato por tudo quanto é lado, e está a falar de uma obra que, quando foi feita em 2008, custou dinheiro ao município e, pura e simplesmente, nunca teve manutenção rigorosamente nenhuma de então para cá.-

Interveio o Sr. Presidente, solicitando ao Sr. Vice-Presidente que analise o que se passa com a zona verde que foi feita a tardoz do campo do União Atlético Povoense e dos prédios da Chepsi, porque num determinado contexto havia manutenção, e se não há agora tem que se perceber a razão. ----------

---

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA----------
COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL NA EN 10.6, NA ZONA HABITACIONAL DO BREJO – ALVERCA DO RIBATEJO----------

Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, dizendo que chegou ao gabinete de apoio dos vereadores da CDU uma missiva de um munícipe dirigida à Estradas de Portugal, que mora na zona habitacional do Brejo, em Alverca do Ribatejo, e que fala da EN 10.6, a que liga Alverca a Arruda dos Vinhos e a Torres Vedras. ----------

O que se passa, segundo o munícipe, e tiveram oportunidade de constatar isso numa visita que fizeram ao local, fruto deste e-mail que receberam, é que é um troço de estrada que não tem sinalização de limite de velocidade, não tem sinais de proibição de ultrapassagem, não tem traço contínuo no eixo da via, não há marcações de passadeiras rigorosamente nenhumas, e estão a falar de uma estrada nacional que atravessa zonas habitacionais.----------

Portanto, a sinalização vertical e horizontal é simplesmente inexistente, e apesar das regras de condução fazerem parte do Código da Estrada, também já se sabe como é que essas coisas funcionam, sem a devida sinalização é muito complicado o cumprimento de certas regras.----------

Desta forma, aquilo que se exige à Estradas de Portugal é que faça realmente uma vistoria àquela via rodoviária e processe, em conformidade com aquilo que a lei determina, a colocação da sinalização rodoviária horizontal e vertical nesta zona.---

Perguntam os membros da CDU, de acordo com o documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, se a câmara municipal tem conhecimento desta situação, e, se não tem, que diligências pensa tomar a partir de agora, para que a Estradas de Portugal garanta a segurança dos peões destas zonas habitacionais. ----------

Interveio o Sr. Presidente, referindo que a câmara municipal vai, junto da Estradas de Portugal, reivindicar a necessidade da melhoria da sinalização horizontal e vertical na EN 10.6, para garantir, como o Sr. Vereador disse, e bem, melhor segurança, principalmente às pessoas que se deslocam naquela zona em termos pedonais. ----------

---

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA----------
MATO JUNTO À TERTÚLIA DO CAMPINO – VILA FRANCA DE XIRA----------
Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, reportando-se a uma questão na zona da Costa Branca, em Vila Franca de Xira, nas chamadas casas de Manuel João Vieira, na travessa Emanuel Lopes Jordão, a que se chega indo da calçada da Costa Branca, rua Manuel da Silva Burrico e rua Barreto Poeira.----------
A questão já foi levantada por várias vezes, algumas das situações são recorrentes e já foram reparadas, mas ultimamente, na zona que tem as casas pequenas, não só em frente, como a tardoz ou dos lados das casinhas, há uma série de vegetação, concretamente arbustos e troncos secos de algumas árvores que cortaram, bem como algum lixo.----------
É evidente que os arbustos e a vegetação ainda estão em verde, espera-se que venha o calor e que sequem, mas a altura que têm põe em causa a habitabilidade, e diria até a segurança dos moradores.----------
Os membros da CDU são questionados várias vezes por moradores, e em tempos atrás foi feita uma limpeza junto à Tertúlia do Campino, mas nesse lado não foi nada feito.----------
É evidente que alerta que aquilo é particular, e pensa que a câmara municipal ou a proteção civil já lá foram algumas vezes, sendo que a zona a que se reporta fica mesmo em cima, onde é a Tertúlia do Campino, indo-se pela calçada da Costa Branca, em direção à Praça de Touros, mas mesmo no cimo, encostada à autoestrada.----------
Gostaria que se visse a situação, e já lá se foi algumas vezes, como disse, tendo-se resolvido e feito essa pequena limpeza junto à Tertúlia, mas os arbustos já estão outra vez crescidos. Na altura também os moradores falaram na questão dos troncos, que estão secos, e isso nunca foi tirado, pelo que a câmara municipal deveria alertar o proprietário para, realmente, e de uma vez por todas, aquilo ser posto em condições.----------
Interveio o Sr. Presidente, dizendo que o Sr. Vice-Presidente deve ter tomado boa nota da questão que o Sr. Vereador colocou, tendo este respondido afirmativamente. ----------
O Sr. Vice-Presidente interveio, informando já ter dado conta à Chefe da Divisão de

Ambiente, Sustentabilidade e Espaços Verdes, no sentido de se deslocar ao local e verificar. ----------

De facto o terreno, sendo privado, tem que merecer uma notificação da parte da câmara municipal, de qualquer maneira a chefe de divisão já tomou a devida nota e o próprio também tomou a liberdade de lhe dizer para falar com o Sr. Vereador, se tiver dificuldade em encontrar o terreno em causa. ----------

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

REORDENAÇÃO DA RUA 25 DE ABRIL – FORTE DA CASA ----------

Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, referindo que os membros da Coligação vão entregar um requerimento, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, porque na rua 25 de Abril, no Forte da Casa, foi feita uma certa intervenção e, mais de 3 anos volvidos, gostariam de perguntar para quando a conclusão dos trabalhos de reordenação total da rua, no que diz respeito à conclusão do parqueamento automóvel da mesma, e se possível que fosse dada informação sobre os resultados obtidos ou a obter sobre o assunto.-------

Vão apresentar, conforme disse, o requerimento, e aguardam que realmente esta situação seja revista. ----------

O Sr. Presidente interveio, solicitando ao Sr. Vereador António Oliveira uma informação sobre o assunto, neste caso na sequência do requerimento que foi apresentado, porque é uma matéria que já foi colocada 2 ou 3 vezes.----------

---

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA
Gabinete dos Vereadores da Coligação Novo Rumo

REQUERIMENTO N.º 15/2014

Assunto: Rua 25 de Abril, Forte da Casa

Exº Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira,

Os Vereadores eleitos pela Coligação Novo Rumo na Câmara Municipal de Vila Franca de Xira vêm requerer a V. Exa. no seguimento das questões já colocadas em Reunião de Câmara, que possam ser clarificadas algumas dúvidas, e que nos possa ser dada informação, nomeadamente:

1. A Rua 25 de Abril foi alvo de uma reestruturação, ainda durante o anterior mandato, a qual definiu como seu sentido único a circulação descendente. Do lado direito desta via existia um passeio bastante largo que foi reduzido em cerca de metro e meio, conforme ilustram as seguintes fotografias:

Antes:

Depois:

Rua Dr. Manuel de Arriaga, 24 - 2600-186 Vila Franca de Xira | Tel: 263285603 | Tlm: 965163788 | Fax: 263274027 | gav.cnr @ cm-vfxira.pt

Para quando a marcação do estacionamento (crê-se que em espinha), na sequência do que estava prometido pela anterior Junta de Freguesia?

2. Aquando da redução do referido passei, foi removido um poste de iluminação pública que anteriormente se encontrava dentro dos limites mas após a reestruturação ficaria no meio da via. O poste foi efectivamente removido no entanto o buraco não foi reparado:

Antes

Depois

Para quando a rectificação desta situação?

3. No mesmo seguimento, foram tapadas as grelhas de escoamento de águas pluviais, passando a existir apenas uma no final da via (indicada na fotografia em baixo), antes da sua viragem à esquerda, do lado esquerdo da mesma. Os moradores indicam que é manifestamente insuficiente, dado o plano inclinado da via, a sua extensão e a dimensão reduzida da própria grelha.

Vila Franca de Xira, 16 de Abril de 2014

Os Vereadores da Coligação Novo Rumo

Rui Rei **Vítor Silva**

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

INCIDENTE NA ESTRADA DO TÚNEL - VIALONGA ----------

Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, referindo um incidente ocorrido já há 3 anos, na estrada do túnel, em Vialonga, em que foi dada a informação aos membros da Coligação Novo Rumo que estava agora, passados 3 anos, a ser elaborado um processo, que se encontra com a Drª Elisabete Alves, para ser apresentado um pedido de indemnização judicialmente, na medida em que não se conseguiu obter, nem junto da companhia de seguros, nem junto dos intervenientes, o pagamento dos danos. ----------

Admira-os demorar tanto tempo para se chegar a uma conclusão, e há um colaborador que presta ajuda na parte dos seguros, que poderia tentar que as companhias chegassem a qualquer conclusão, e não se demorasse 3 anos para pôr ainda um processo em tribunal, que não se sabe mais quanto tempo poderá ocupar. ----------

Consideram que a câmara municipal tem de ser mais eficiente, e procurar que as coisas não demorem tanto tempo.----------

O Sr. Presidente interveio, dizendo que a única coisa que pode dizer é que subscreve aquilo que o Sr. Vereador disse e o diretor desta área deve fazer aquilo que tem de fazer, que é resolver o problema. ----------

Há uma canção que diz "10 anos é muito tempo", neste caso não é uma canção, é a evolução de um processo que já leva tempo suficiente para as matérias complicadas efetivas que este processo tem se resolverem, de um condutor que é polaco e de uma empresa que é polaca. Já leu o processo todo, confessa que não o conhecia, mas são dificuldades a mais, tem que se resolver, e os técnicos é que têm a capacidade, de acordo com a sua formação, de resolver. ----------

Interveio o Dr. Fernando Barreiros, informando que se tentou que as companhias de seguro assumissem o pagamento dos danos, e nenhuma quis. Depois, tentou-se junto da empresa proprietária do camião, que tinha matrícula polaca, e junto da empresa que removeu o mesmo, que chegassem a um acordo e pagassem os danos, o que não aconteceu. ----------

O dano foi causado na remoção do veículo, pela Auto Bigodes, mas não havia outra solução, porque o camião estava completamente encaixado dentro do túnel e teve

que ser puxado. ----------

Tomou de novo a palavra o Sr. Presidente, recomendando que rapidamente se resolva este problema, porque efetivamente as questões têm de ter uma análise, têm o seu tempo de averiguação, e têm que ter um tempo de decisão, no sentido da câmara municipal salvaguardar os seus interesses, que neste caso é a reparação da via, a qual pode ser feita pela autarquia, mas alguém depois vai ter que resolver e ressarci-la. ----------

Reafirmou que recomenda que este processo se resolva, solicitando ao Sr. Vice-Presidente que acompanhe, porque esta é uma matéria da sua área. ----------

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

DETERIORAÇÃO DA RUA MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS - VIALONGA ----------

Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, dizendo que em Vialonga, a rua Movimento das Forças Armadas, que liga o Quintanilho à rotunda do Pingo Doce, paralela à variante, apresenta sinais graves de deterioração e irá necessitar dentro em breve de uma intervenção.----------

De igual forma encontra-se visível alguma deterioração no troço em frente à junta de freguesia, especialmente junto às rampas de saneamento. ----------

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

FOLHETO SOBRE O GABINETE DE APOIO AO INVESTIDOR----------

Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo acham bastante interessante a emissão de um folheto sobre o Gabinete de Apoio ao Investidor, consideram que todos os meios são importantes para se procurar aumentar o investimento, mas certamente por um erro gráfico esqueceu-se, na parte final, na parte traseira, onde há um mapa do concelho, de referir Vialonga.----------

Pretendiam apenas colocar esta situação e ver até que ponto ainda é possível retificar este apontamento. ----------

Interveio o Sr. Presidente, dizendo lamentar profundamente este erro gráfico, o folheto vai ser corrigido imediatamente, pedindo desculpa pelo facto. ----------

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

CANDIDATURA DA ACIS – ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DOS CONCELHOS DE VILA FRANCA DE XIRA E ARRUDA DOS VINHOS, AO PROJETO "COMÉRCIO INVESTE" --------

Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo tiveram conhecimento que a ACIS – Associação Empresarial dos Concelhos de Vila Franca de Xira e Arruda dos Vinhos, candidatou-se ao projeto "Comércio Investe", que tentará envolver uma melhoria do núcleo histórico de Vila Franca de Xira, e perguntam até que ponto é que a câmara municipal está envolvida neste projeto e se se destina só a Vila Franca de Xira ou se está prevista a intervenção junto de quaisquer outras vilas ou cidades do concelho, como a Póvoa de Santa Iria e Alhandra.----------

O Sr. Presidente interveio, informando que através do Gabinete de Apoio ao Investidor a câmara municipal deu um apoio bastante grande naquilo que foi a construção da candidatura ao programa "Comércio Investe", e tudo o que foi solicitado em termos de ajuda técnica foi prestado.----------

Como se sabe a candidatura foi aprovada, há um financiamento bastante importante e o programa identifica zonas autónomas, ou seja, foi escolhida Vila Franca de Xira porque não pode ser escolhida outra zona para além de Vila Franca de Xira. Há requisitos que o programa define, e um dos quais é exatamente ser circunscrito a uma determinada zona. A ACIS identificou como zona a ter em consideração a cidade de Vila Franca de Xira, pelo que é nesse sentido que se vai trabalhar.----------

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que foi essa questão que os membros da Coligação Novo Rumo não conseguiram perceber, por que é que a intervenção é só feita no âmbito do comércio na zona histórica de Vila Franca de Xira. Além da zona histórica de Vila Franca de Xira há as zonas históricas de Alverca do Ribatejo e da Póvoa de Santa Iria, para não falar da zona histórica de Alhandra ou outra zona. Do seu ponto de vista, tem de haver uma razão objetiva para se fazer só numa determinada área, em detrimento de se fazer uma proposta global para o concelho. Considera que o concelho tinha tudo a ganhar em fazer uma proposta global, nomeadamente para as maiores freguesias e as maiores cidades do concelho, que são só a União das Freguesias de Alverca do Ribatejo e Sobralinho,

em particular a cidade de Alverca do Ribatejo, e logo de seguida a cidade da Póvoa de Santa Iria. ----------

Recorda que a zona histórica de Vila Franca de Xira já teve um processo de requalificação do comércio há uns anos, e todos sabem como decorreu esse processo. ----------

Do seu ponto de vista a câmara municipal tem a obrigação de garantir a equidade, que não está garantida, porque os financiamentos devem ser para todos, ou pelo menos deveriam ser, e quando se diz "identificação de uma área" pode-se identificar uma área no Forte da Casa, uma na Calhandriz e outra em Vila Franca de Xira. Se não há essa identificação tem de haver uma razão objetiva pelo facto de ter sido dito que é só na cidade de Vila Franca de Xira. ----------

Os membros da Coligação Novo Rumo gostavam de perceber qual é a razão que leva a câmara municipal a apoiar uma iniciativa neste sentido, que não agrega a maioria do comércio do concelho. ----------

Respondeu o Sr. Presidente que esta é uma questão que naturalmente tem de se colocar à ACIS, e não propriamente à câmara municipal, porque o programa identifica estas regras, a ACIS avançou e quis avançar com esta candidatura de acordo com as exigências do próprio programa, e duas coisas podiam acontecer, ou a câmara municipal pura e simplesmente dizia que não estava de acordo com a área de intervenção, e desligava-se completamente do processo, ou então a associação definiu uma determinada metodologia de trabalho e a câmara municipal não tem grandes condições de influenciar aquilo que é uma decisão da própria associação. De qualquer forma, não custa referir que as questões que o Sr. Vereador Rui Rei colocou têm sentido. ----------

Perante um novo pedido de intervenção do Sr. Vereador Rui Rei, o Sr. Presidente referiu que conversarão depois sobre o assunto, porque esta matéria só por si dá muita conversa. ----------

Referiu o Sr. Vereador Rui Rei que a afirmação que o Sr. Presidente faz, do ponto de vista dos membros da Coligação Novo Rumo, é pertinente, e a câmara municipal pode, desde que tenha competência para isso, fazer tudo. Não questiona, porque não conhece, a questão em concreto do que leva à definição desta área, o que lhe parece é que a câmara municipal tem uma obrigação maior,

que é perceber a estratégia que está por trás de um determinado apoio, e se não estiver de acordo com ele deve dizer que não está de acordo. Tem obrigação de o dizer, porque parece-lhe, e não quer acreditar, que foi definida uma determinada área porque era mais fácil, porque era mais próxima, por isto ou por aquilo. ----------

Continua a dizer que o concelho de Vila Franca de Xira vai da zona da estrema de Vialonga à estrema da Calhandriz, à estrema das Cachoeiras e à estrema da Castanheira do Ribatejo, incluindo a Lezíria. ----------

Nas associações privadas cada um faz o que quer, mas com o dinheiro público não pode ser assim, e a câmara municipal tem de garantir a equidade no tratamento, não pode estar a apoiar uma coisa que pelos vistos até conhece mal, não faz sentido. ----------

Deste modo, solicita que a câmara municipal faça, em conjunto com a ACIS, uma explicação aos vereadores, para ver se entendem melhor o processo. ----------

Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo, em primeiro lugar, que quando fala em apoio, única e exclusivamente tem a ver com questões técnicas no sentido da elaboração de alguma interpretação do próprio programa, nada mais que isso. São dinheiros públicos, é certo, há um programa que vai pedir à ACIS que possa ser distribuído a toda a vereação, para perceberem em que contexto é que esta candidatura foi feita. ----------

Compreendendo o que o Sr. Vereador diz, há uma decisão da associação que a câmara municipal tem de respeitar. Se se quer separar as águas, evidentemente que não é numa altura separá-las e noutra dizer que a câmara municipal tem de ter influência e decisão determinante numa determinada situação, isso não pode ser. ----------

Respondeu o Sr. Vereador Rui Rei que efetivamente não, mas não tem que apoiar uma coisa com a qual não concorda, se for o caso. ----------

Disse o Sr. Presidente que se a câmara municipal não apoiasse provavelmente a candidatura não seria nem para Vila Franca de Xira, nem para a Póvoa de Santa Iria, nem para lado nenhum, e julga que quando o Sr. Vereador conhecer o programa tirará algumas dúvidas que naturalmente tem. ----------

---

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA----------
RUA DA REPÚBLICA – PÓVOA DE SANTA IRIA----------
Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, cumprimentando os presentes e colocando algumas questões, começando pela Póvoa de Santa Iria, e pela rua da República.---
Gostava de saber, na sequência das intervenções que estão a ser efetuadas, ou que estão a terminar, julga que fruto das necessidades da Simtejo e de alcatroamento de uma das faixas de rodagens, qual é o futuro daquela rua, e o que é que a câmara municipal pensa fazer deste troço da rua da República, entre o acesso à estação e a rotunda da Póvoa de Santa Iria, nomeadamente da chamada "Galinha Assada". ----------
O Sr. Presidente interveio, referindo que tem de se fechar de facto este processo, e a Simtejo solicitou à câmara municipal uma intervenção que, à partida, não estava prevista, não sabendo se o Engº José Fernandes tem mais alguma informação.-------
Interveio o Sr. Vereador António Oliveira, dizendo que efetivamente existe uma intervenção que tem sido liderada por si na relação com a Simtejo, tendo em conta uma questão que o conselho de administração colocou à administração dos SMAS.-
Há uma intervenção programada há cerca de 2 anos, que é a substituição das condutas, passando de 200 mm para 350 mm, o que foi feito através de "relining", porque o que estava em cima da mesa era uma intervenção de vala aberta, que não foi autorizada. ----------
Foram feitos 4 poços com reposição daquela faixa que já está feita, no entanto a obra não se encontra concluída porque a estação elevatória, que vai ser da competência da Simtejo, vai levar uma nova intervenção onde eram as antigas instalações dos SMAS, uma gradagem nova, que se encontra perspetivada para o início de 2015, considerando os valores envolvidos.----------
Esta intervenção era urgente, por causa da diferença do caudal que entrava lá em baixo, na estação elevatória nova. Os SMAS fizeram uma certa pressão junto da Simtejo para que rapidamente esta obra através de "relining" fosse feita, com a reposição do pavimento possível até à execução final daquela obra.----------
Sabe que neste momento está por trás aquela questão da Vibeiras, que a seu tempo irá tratar com a empresa para que não haja o jogo do empurra de um lado para o outro, só que, a nível dos SMAS e da Simtejo, tinha uma situação gravíssima

para resolver, que era a entrada daquele caudal na estação elevatória, mas o assunto está controlado, e assim espera até ao final.

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA----------
ABATIMENTOS NA ZONA RIBEIRINHA DA PÓVOA DE SANTA IRIA----------
Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, abordando a zona ribeirinha da Póvoa de Santa Iria, dizendo que gostaria de saber o ponto de situação de alguns abatimentos que são bem visíveis junto aos arrumos dos pescadores, e o que se passa naquela obra, bem como o que pensa a câmara municipal fazer naquela intervenção. ----------
O Sr. Presidente interveio, referindo, sem prejuízo do Urbª Luís Matas de Sousa poder também intervir, que a informação que tem é que o projetista que analisou este processo referiu que valerá a pena avaliar, ainda durante todo este ano, a necessidade de mais abatimentos que ainda vão acontecer, e só depois de se perceber qual é o limite dos abatimentos é que se fará a reparação. Não sabe se é assim, e pergunta ao urbanista se quer complementar a sua intervenção.----------
Tomou a palavra o Urbª Luís Matas de Sousa, dizendo que efetivamente é essa a questão, aliás o próprio projeto já previa estes abatimentos, e se o Sr. Vereador tiver oportunidade de ler a memória descritiva, verá que já estava previsto que durante este ano pudessem ocorrer estes assentamentos, até ao máximo de 20 centímetros.
Os abatimentos que se têm vindo a sentir estão perfeitamente dentro desses valores, aliás existem alvos no local que estão a medir mensalmente esses abatimentos, e a estratégia da câmara municipal é esperar até ao final da primavera e fazer a intervenção de regularização durante o verão.----------
Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, perguntando se os abatimentos têm a ver com a maré. ----------
Respondeu o Sr. Vice-Presidente que a questão foi colocada há umas 4 reuniões de câmara, por acaso o Sr. Vereador Rui Rei não estava, mas o próprio tinha estado na semana anterior com o projetista no local, Professor Sidónio Pardal, e verificaram aquela situação, sendo que a sua opinião é que de facto é preciso esperar, tal como o próprio já tinha previsto, mas provavelmente, se o grau de abatimento for aquele, o melhor será fazer um acerto no acesso às cabanas que estão afetadas por esse processo, ao invés de subir o piso todo. É uma questão que o projetista ainda precisa de avaliar, e para o fazer tem de voltar ao local passados uns meses, mas não encontrou ali nenhuma anormalidade face ao que estava já previsto. ----------

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA----------

ASSOREAMENTO NA ZONA DO CAIS - PÓVOA DE SANTA IRIA----------

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, falando sobre o assoreamento que existe na zona do cais da Póvoa de Santa Iria, e perguntando o que é que a câmara municipal pensa para fazer aquele desassoreamento, e criar condições mais agradáveis para as centenas de milhares de moradores que se deslocam àquela zona ribeirinha. -----

Respondeu Sr. Presidente que tem de se analisar de que forma se pode evoluir nesta matéria, e naturalmente também tem que se pedir parecer à Agência Portuguesa do Ambiente. ----------

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA----------

ANTIGO ESTACIONAMENTO DA CERCIPÓVOA – PÓVOA DE SANTA IRIA ----------

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, reportando-se ao ponto de situação do antigo estacionamento da Cercipóvoa, na Póvoa de Santa Iria, perguntando o que pensa efetivamente a câmara municipal fazer e quando pensa executar ou melhorar aquelas obras que ali estão, que, fruto dos invernos que entretanto passaram, se foram degradando.----------

Portanto, os membros da Coligação Novo Rumo gostariam de saber o que é que a câmara municipal pensa fazer daquele local, para que os moradores possam ter condições de estacionamento. ----------

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA----------
QUESTÕES LEVANTADAS NAS ÚLTIMAS REUNIÕES DE CÂMARA ----------
Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, reportando-se a questões já levantadas em reuniões anteriores pelos membros da Coligação Novo Rumo. ----------
A 19 de março levantaram uma questão sobre a urbanização das Faias, e o Sr. Presidente solicitou ao Sr. Diretor do Departamento de Gestão Urbanística, Planeamento e Requalificação Urbana que desse informação. No dia 2 de abril voltaram ao assunto, e o diretor ficou com a responsabilidade de entregar a informação, mas até ao dia de hoje nada lhes chegou sobre este ponto em concreto, pelo que gostariam de saber o que pensa a câmara municipal fazer e quando é que pensa fazer. ----------
Outra questão que levantaram no dia 19 de março e voltaram a colocar na reunião seguinte prende-se com a ocupação do pavilhão do Cevadeiro e o protocolo que foi feito para o evento "Supply Chain Meeting 2014", em que continuam a aguardar informação, que foi pedida também nessa altura.----------
Sobre o compromisso de entregar informação sobre o loteamento da JB Fernandes, no Forte da Casa, perguntaram o ponto de situação, como é que estava aquela urbanização na perspetiva da câmara municipal e da sua intervenção na totalidade, e depois introduziram também a questão da antena da ZON que está no local, que lhes parece estar ligeiramente ao abandono, porque a envolvente está por tratar. ----------
Aproveita ainda para colocar mais uma questão, referente à antena de comunicações móveis que se encontra um pouco mais à frente, perto da bomba de combustível. Antes da intervenção daquele loteamento aquilo era um espaço privado, e neste momento, com a aprovação do loteamento, parece-lhes que aquela instalação está em espaço público, e perguntam se a câmara municipal está a receber algum valor da empresa proprietária daquele equipamento, pois era importante saber, porque faz sentido e com certeza que há algum valor que ajuda para algo a fazer naquela área.----------
Pediram também, na sequência das obras na EN 10, da rotunda do Lidl, o "layout" de toda aquela intervenção das rotundas que estão previstas, e o Sr. Presidente pediu ao Sr. Diretor que o entregasse. São todas as rotundas, a do ALDI, aquela em

frente à Casa de São Pedro, e, eventualmente, a que fica em frente ao antigo cemitério de Alverca do Ribatejo. ----------

Desta forma, continuam à espera que seja entregue essa informação. ----------

Interveio o Sr. Presidente, dizendo, relativamente à urbanização das Faias, que tem presente uma ficha que foi produzida, e pede desculpa mas vai ser aperfeiçoada para que as informações possam chegar aos Srs. Vereadores atempadamente, sobretudo com o esclarecimento que é necessário.----------

Depois, se lhe derem licença, vai juntar uma série de informações que foram pedidas, tanto pelos membros da CDU, como pelos membros da Coligação Novo Rumo, referentes a questões que foram colocadas na reunião de câmara, e como são muitas não as vai referir, estando incluída a questão das Faias e outras mais.---

Se esta informação for insuficiente, e provavelmente é, pede o favor de lhe dizerem, que procurará melhorar. ----------

Para além das Faias o Sr. Vereador falou no pavilhão do Cevadeiro, e tem aí efetivamente a informação. Falou também na questão da antena da envolvente que está por tratar, e nesse sentido agradece que o Sr. Diretor veja o que se passa, o que estava previsto e o que ainda não foi feito. O Sr. Vereador referiu ainda uma situação de uma outra antena, mas em relação a essa não tem registo, e pergunta se fica ao pé da zona da Prio.----------

Esclareceu o Sr. Vereador Rui Rei que fica onde era o antigo acesso da JB Fernandes, do lado direito, tendo o Sr. Presidente respondido que os serviços vão ver. ----------

---

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA----------

PONTO 29 DA ORDEM DO DIA DA REUNIÃO DE CÂMARA DE 2014/04/02 ----------

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, mencionado o ponto 29 da anterior reunião de câmara, relativo à aquisição de mobiliário para a nova biblioteca municipal, dizendo que com a informação que chegou aos membros da Coligação Novo Rumo o ponto não está fundamentado e não está aprovado, o que quer dizer que a câmara municipal deve parar os procedimentos, porque a condição que ficou, da última reunião de câmara, foi que era preciso chegar a fundamentação daquela decisão.----------

Consideram que a fundamentação de dizer que os pés das mesas não são em cromado, não chega, e quanto ao facto de lhe dizerem que umas mesas têm pés cromados e outras não, não aceita pagar mais por uma mesa que não os tem, do que outra que tem os pés cromados. Não aceita, e não vota isso.----------

Portanto, ou lhe fundamentam essa situação, ou tem que se verificar a ata da reunião de câmara anterior, que tem consigo, que ficou condicionada à fundamentação. Até ao dia de hoje não chegou nenhuma fundamentação logo, para os membros da Coligação Novo Rumo o ponto não está aprovado, nem pode avançar. ----------

A informação que lhes chegou não fundamenta, diz que umas mesas têm pés cromados e outras não, isso não chega para nada, pois tem de haver uma fundamentação técnica e jurídica do que se está a falar, caso contrário, é muito solidário, mas já pagou uma multa uma vez, e não vai pagar duas.----------

Com o devido respeito, desta vez vão todos ao mesmo sítio, porque só foi bom rapaz uma vez, não é mais, aliás foi duas vezes. Desta forma, considera que é bom que estas coisas sejam feitas como deve ser, para saberem. ----------

Todos estão avisados, e do ponto de vista dos membros da Coligação Novo Rumo não há aprovação, logo, não deve haver contratação. Portanto, tem de haver fundamentação, que foi o que ficou acordado na última reunião de câmara e, a não haver, não votam mais nenhum ponto à cautela. Quando tiverem dúvidas, chumbam o ponto, o PS traz novamente o ponto, e depois votam.----------

Assim, convém que estejam todos no mesmo comprimento de onda, para não haver problemas de comunicação e depois dizer-se que não se foi avisado.----------

Interveio o Sr. Presidente, dizendo querer que todos votem em consciência, com a informação precisa e de acordo com os compromissos que são feitos no decorrer das reuniões.----------

Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, referindo não saber se o Sr. Vereador poderá fornecer a informação suplementar que lhe foi entregue, porque não a tem de momento, mas gostaria, se tivesse condições, que lha enviasse por e-mail ou em papel, só para a localizar e se situar na resposta que foi dada, no sentido de perceber a fundamentação em causa e depois fazer uma análise com o Chefe da Divisão de Bibliotecas e Documentação, que entretanto mandou chamar, depois poder-se-ia voltar a este ponto, se houver tempo, ainda nesta reunião de câmara. --

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA----------

MERCADO DE LEVANTE DA PÓVOA DE SANTA IRIA----------

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que o mercado de levante da Póvoa de Santa Iria foi recebido provisoriamente, na reunião de câmara de 5 de março, realizada na Central de Cervejas, e a verdade é que até ao dia de hoje não funciona, nem aquele mercado, nem a feira semanal. Não sabe se é um passo para acabar com a feira, mas normalmente ouve tantas vezes defenderem-se os mercados e feiras, e agora vê toda a gente em silêncio.----------

Os membros da Coligação Novo Rumo gostariam de saber o que se passa, e quando é que a feira vai para o local, porque entretanto a junta de freguesia acabou com a feira, e não há feira à sexta-feira na Póvoa de Santa Iria. ----------

O Sr. Presidente interveio, dizendo que aquilo que conhece é que o Sr. Presidente da junta está junto da associação de feirantes a encontrar uma metodologia para rapidamente o mercado começar a funcionar.----------

Numa conversa que teve a semana passada com o Sr. Presidente da junta este referiu-lhe que ainda há algumas matérias para acertar, mas que estão em fase de finalização, de modo que a câmara municipal fez tudo o devia fazer relativamente àquela obra, as chaves estão entregues, está tudo entregue, poderá haver um ou outro aspeto que ainda se possa melhorar, mas nada que impeça que o mercado esteja a funcionar.----------

Deste modo, vai tentar perceber melhor o que está a acontecer.----------

---

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA----------
ANTIGAS INSTALAÇÕES DA GNR – VILA FRANCA DE XIRA ----------
Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, mencionando as antigas instalações da GNR, em Vila Franca de Xira, referindo que gostava de saber qual é verdadeiramente o ponto de situação, porque esta é uma daquelas notícias em que se aplica perfeitamente a forma de fazer política, que é a do "sound bite". Não é a política da questão em concreto, do dossiê, do tema, é a do "sound bite".----------
Foi aprovado, ainda no anterior mandato, um protocolo, com um estilo, o do "não há tempo, temos que aprovar um protocolo, que é para fazer", em vésperas de eleições autárquicas, para resolver um problema que é consensual, ou seja, a PSP não tem condições e os seus agentes não devem estar naquelas instalações, e devem ter instalações condignas, além doutras que devem ter, para se poder exigir trabalho, dedicação e esforço. Disso não há dúvida nenhuma, e os membros da Coligação Novo Rumo estão completamente de acordo, mas a verdade é que entretanto fizeram um conjunto de perguntas e são agora surpreendidos com uma notícia no jornal, a dizer "já estamos fartos de estar à espera". ----------
Estão fartos de estar à espera, não têm é informação do que estão à espera, e gostariam de saber onde está o protocolo e quem é que está em falta para com a câmara municipal, para poderem avaliar e tomar uma posição, porque efetivamente estão absolutamente solidários com os agentes da PSP, em Vila Franca de Xira, e com a sua ausência de condições de trabalho. ----------
Terminou, realçando que usou da palavra durante 9 minutos.----------
O Sr. Presidente interveio, dizendo que regista isso, e pensa que é neste caminho que se tem de trabalhar, pois pode-se dizer o essencial, sem ir para além disso. Há um período na reunião para este efeito, e se todos fizerem um esforço consegue-se de facto rentabilizar o tempo que se tem à disposição.----------
Por isso, agradece esta nova metodologia, que pensa ser importante para todos.----
Interveio o Sr. Presidente, dizendo que na altura a câmara municipal estava a tratar esta matéria com o Professor João Alberto Correia, entretanto houve uma alteração na Direção-Geral de Infraestruturas e Equipamentos, hoje quem está à frente desta direção-geral é a Drª Isabel Carvalho da Silva, e foi-lhe enviado um ofício, solicitando uma reunião, para que o protocolo que foi celebrado entre o MAI

– Ministério da Administração Interna e o Município de Vila Franca de Xira. evolua.--
A câmara municipal fez aquilo que lhe competia fazer, disponibilizou-se inclusivamente para a celebração de um protocolo, como tem feito em outras matérias, na área da educação e da saúde, mas é fundamental que tenha a garantia de que vai ser ressarcida, e por isso essa matéria só pode acontecer quando o Sr. Secretário de Estado respetivo homologar o protocolo, o que não aconteceu. Portanto, havia um acordo de princípio, mas depois tinha que ter uma evolução para que o responsável político pudesse homologar o protocolo.----------
Tem presente o ofício, que vai entregar tanto a uma bancada como à outra, que é a informação que tem e que é do dia 9 de abril, tendo também no verso alguma correspondência que ainda foi trocada com o anterior diretor-geral e não teve resposta, que se calhar, como entretanto saiu, já não conseguiu responder, mas espera que a diretora-geral conceda rapidamente a reunião que foi solicitada.--------
Deste modo, aquilo que diz ao Sr. Vereador é que tem que se trabalhar para que a PSP efetivamente tenha outras condições para poder trabalhar.----------

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA----------

ASSUNTOS RELACIONADOS COM A ORDEM DO DIA----------

O Sr. Presidente interveio, referindo que há pedidos de intervenção nos pontos 2, 3, 4, 5, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 19, 20, 21, 22, 23, 26, 34 e 35, sendo que os outros pontos da ordem do dia estão aprovados por unanimidade.----------

Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____
Fl. Ata 042
Reunião de 2014/04/16
Procº _____
Deliberação nº 229

Assunto: ATAS NºS 7/2014, DA REUNIÃO DE CÂMARA EXTRAORDINÁRIA E PRIVADA DE 2014/03/24, E 8/2014, DA REUNIÃO DE CÂMARA DE 2014/04/02----------

Presente para aprovação as atas da reunião de câmara extraordinária e privada de 2014/03/24, e da reunião de câmara de 2014/04/02, com dispensa da sua leitura, por terem sido previamente distribuídas a todos os membros. ----------

Deliberado, por unanimidade, aprovar as atas nºs 7/2014, da reunião de câmara extraordinária e privada de 2014/03/24, e 8/2014, da reunião de câmara de 2014/04/02.----------

Assunto: DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL PREVISTA NO Nº 4 DO ARTIGO 61º DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS ----------

Presente para aprovação a proposta do Sr. Presidente, datada de 2014/04/09, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, referente à delegação no Presidente, com faculdade de subdelegação nos vereadores, da competência legalmente cometida ao órgão executivo municipal, nos termos previstos no número 4º, do artigo 61º, do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, enquanto órgão competente para a decisão de contratar, atinente e respeitante à decisão sobre a manutenção da suspensão do prazo fixado para a apresentação das propostas.------

Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, referindo que os membros da CDU pediram intervenção neste ponto simplesmente para tentar esclarecer algumas coisas, porque têm dúvidas no verdadeiro alcance que se pretende com esta delegação de competências.----------

Quanto ao título em si, quando se fala em delegação de competência da câmara municipal prevista no nº 4, do artigo 61º do Código dos Contratos Públicos, este número não tem nada a ver com delegações de competências, tem a ver sim com a introdução dos erros e omissões na plataforma eletrónica, portanto, julga que já haverá um erro na terminologia do próprio ponto em si.----------

Por outro lado, o alcance que vem deste ponto e da sua intenção, e o que está verdadeiramente em causa, é que os erros e omissões identificados pelos interessados deixem de ser objeto de deliberação pelo órgão competente, que é a câmara municipal, passando essa delegação a estar confiada no presidente da câmara, que por sua vez vai delegar com toda a certeza nos vereadores.----------

Isso significa que o que está em causa é que este órgão, câmara municipal, deixaria de ter conhecimento dos erros e omissões que são identificados nos projetos pelos interessados, e nos projetos que são deliberados pela própria câmara municipal, independentemente do volume e dos encargos que esses erros e omissões possam vir a ter depois no projeto final.----------

É a leitura que fazem do ponto em si, a menos que as coisas estejam um pouco embrulhadas, e diz já que estão embrulhadas, existindo incongruências nos artigos que remetem para uma coisa que não tem nada a ver com aquilo que são. ----------

Entendem, se for essa a intenção, que não podem aceitar, e se a câmara municipal e todos os vereadores são chamados a votar projetos quando são apresentados, terão também que obrigatoriamente ser chamados a deliberar sobre erros e omissões apresentados pelos interessados. ----------

Muitas vezes esses erros e omissões representam volumes e futuros encargos financeiros para a câmara municipal substanciais, se forem aceites, porque também nada diz no Código dos Contratos Públicos que sejam aceites pela entidade adjudicante, neste caso. ----------

Aquilo que gostavam de perguntar ao Sr. Presidente é se realmente a intenção acaba por passar por aqui, ou se, independentemente desta delegação de competências, os erros e omissões que são identificados pelos interessados vão-se manter e continuar a vir a deliberação do órgão competente, que é a câmara municipal. ----------

O Sr. Presidente interveio, respondendo que sim a esta última questão, como não podia deixar de ser, sendo que a questão é outra. Os Srs. Vereadores recordar-se-ão, na última reunião de câmara, que pediu a generosidade para aceitarem a ratificação de um ponto que autorizou, porque o que se está a tratar é da necessidade de suspender o prazo procedimental para haver possibilidade dos erros e omissões poderem entrar na plataforma em tempo oportuno. Se assim não for, como as reuniões são de 15 em 15 dias, irá complicar decisivamente todo o procedimento. Há prazos a cumprir, que não se compadecem de não haver, num determinado momento, a possibilidade do processo prosseguir. ----------

Não se trata nada de não vir a reunião de câmara o conhecimento dos erros e omissões, tem de vir, naturalmente os Srs. Vereadores têm de se pronunciar sobre os documentos, o que acontece é que por vezes há um pedido de suspensão do prazo para se poder adjudicar um determinado tipo de empreitada, em que um concorrente solicita esclarecimentos e outro tipo de erros e omissões que eventualmente o concurso tenha, e tem que se responder em tempo oportuno para essa matéria entrar na plataforma, para que todos saibam exatamente as regras e o que está a acontecer num determinado momento. É preciso entrar na plataforma num determinado momento, senão o processo não pode prosseguir, e há complicações graves. ----------

Está a falar de questões temporais, nada mais, porque as questões de erros e omissões e outras matérias naturalmente têm de vir a reunião de câmara para apreciação, que ao fim ao cabo foi o que aconteceu na última reunião. ----------

Sobre as questões dos artigos, vai pedir aos serviços jurídicos para analisar, e tomaram conta daquilo que o Sr. Vereador disse, pois não tem condições de agora responder. Se houver algum erro, o mesmo será corrigido. ----------

O Sr. Vereador Rui Rei tomou a palavra, referindo que esta questão foi aflorada na última reunião de câmara em Trancoso, e os membros da Coligação Novo Rumo não têm nada contra que esta competência seja delegada no Sr. Presidente, com a respetiva competência de poder subdelegar, o que dizem é que existe, e aliás o próprio disse-o na última reunião de câmara, um parecer da CCDR Centro, que diz que o presidente de câmara tem essa competência. Assim, num espaço de tempo entre reuniões de câmara, ou não havendo a possibilidade de reunir a câmara municipal, o presidente tem essa competência, de poder autorizar e trazer posteriormente à reunião. ----------

Assim sendo, é só uma questão meramente de procedimento, porque é permitido que seja feito dessa forma, aliás a exemplo do que foi feito na última reunião de câmara. ----------

Interveio o Sr. Presidente, perguntando a intenção de voto da CDU, concluindo que o ponto é aprovado por unanimidade, com estes esclarecimentos. ----------

Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -

---

---

1. Assunto: RELAÇÃO DE ATOS DA COMPETÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADOS E PRATICADOS PELO SR. PRESIDENTE ----------
---

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 341/14, de 09/04, do DGUPRU/SAPRE, para conhecimento dos atos praticados pelo Sr. Presidente no período compreendido entre 2014/03/26 e 2014/04/08, respeitantes a licenciamentos de obras particulares "construção/utilização". ----------
---

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 341/14, de 09/04, do DGUPRU/SAPRE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------
---

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------
---

5. Disposições legais aplicáveis: ----------
---

6. Propostas: Interveio a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, referindo que um dos despachos do Sr. Presidente tem a ver com um licenciamento na urbanização da Quinta da Maranhota, e os membros da CDU pretendem um esclarecimento. Há dois pavilhões nesta urbanização, e não sabem se é o mesmo espaço, estando um cedido à Associação Projeto Jovem, e o outro foi sempre explorado de uma forma que até hoje não conseguem perceber. Pensavam que era paga uma renda ao município pelo bar daquele pavilhão, depois disseram-lhes que era à própria Promocasa, e entretanto o que sabem é que neste pavilhão, para além do estabelecimento comercial, do café, têm vindo a ser desenvolvidas algumas atividades de cariz comercial. ----------
Começou por ser a exploração do espaço para organização de festas de aniversário, agora funciona neste espaço um ATL, e gostariam de perceber que tipo de licenciamento existe dentro deste pavilhão, e a quem é paga a renda de exploração. Quando o pavilhão foi construído foi cedido pelo município, e entendiam que teria o município que receber o valor desta renda, mas parece-lhes que é a Promocasa. Até agora nunca levantaram esta questão, mas porque

existem já várias atividades, era importante perceber afinal para que serve e quem está a receber estes frutos todos do pavilhão da Maranhota. ----------

Respondeu o Sr. Presidente que se vai procurar saber, e a única coisa que pode dizer é que o regime que existe naquele pavilhão que foi cedido à Promocasa é o mesmo que existe na urbanização em Alverca, na Chasa, onde há também um pavilhão, de maiores dimensões, é certo, onde já se desenvolveram muitíssimas atividades. ----------

De qualquer modo, vai procurar saber melhor para poder responder. O Arqtº Nuno Santos tomou boa conta, bem como a Drª Isabel Araújo, porque há aparentemente um licenciamento de um jardim de infância, que confessa que não conhece, e assim sendo, tanto um como outro farão o favor de fazerem uma nota sobre esta matéria.----------

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, colocando mais duas questões, e referindo que o Sr. Presidente pensava que ficava sem resposta, mas o próprio não vai esperar pela próxima reunião de câmara, e vai aproveitar este ponto para fazer um comentário em relação a um ato praticado pelo Sr. Presidente, que tem a ver com o terreno onde funcionou a Escola Infante D. Pedro.----------

Afinal os membros da CDU tinham razão, porque o terreno, nos termos do anterior Plano Diretor Municipal, estava classificado como equipamento de utilização coletiva, e aliás, como o Sr. Presidente se recorda, até houve uma intenção declarada para esse terreno ser cedido para a Fundação CEBI. Porém, foi desclassificado desse tipo de uso, de capacidade edificativa, e agora, nos tempos que correm, comprar um terreno urbano e na localização em que se encontra não deve ser tarefa fácil. Dito de outra maneira, deve ser bastante caro comprar esse terreno, e este é um exemplo daquilo que não se deveria ter feito, esperando sinceramente que o Partido Socialista perceba, de uma vez por todas, que há determinado tipo de responsabilidades que tem mesmo de ser só assumido pelo município, na verificação do superior interesse público.----------

Assim, este é um caso em que tudo indicia que, claramente, o município fica prejudicado. ----------

Uma outra questão relaciona-se com o prédio inacabado de habitação coletivo, licenciado para esse efeito, quase em frente ao Clube Recreativo do Torrão, no

Sobralinho, na EN 10. Os membros da CDU sabem que a câmara municipal foi chamada a pronunciar-se por uma alteração desse licenciamento para fins habitacionais, quando o licenciamento inicial ou o que ainda estava em vigor previa apenas atividades económicas, mas nem uma coisa, nem outra, acabaram por acontecer. O que sabem é que aquilo hoje é um mono, um local totalmente devoluto, que confere à EN 10 uma imagem de alguma desqualificação, sendo que o Sr. Presidente, na altura, até chegou a levantar a hipótese de serem alterados os termos do licenciamento, de atividades económicas para habitação. ----------

Respondeu o Sr. Presidente que isso não foi aprovado. ----------

Prosseguiu o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que não, mas os membros da CDU não sabem, pois na altura era uma competência exclusiva do vice-presidente. -------

Informou o Sr. Presidente que essa matéria da alteração veio a reunião de câmara, se o Sr. Vereador bem se recorda, e não houve consenso. ----------

O Sr. Vereador Nuno Libório interveio de novo, perguntando então o que aconteceu depois disso, ao que o Sr. Presidente respondeu que assim ficou. ----------

Continuou o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que não deve ficar, e que agora não se vai querer tomar posse administrativa do edifício, mas dever-se-á notificar o proprietário sobre o destino a dar àquilo, que é um conjunto de betão com alguma dimensão. ----------

Interveio o Sr. Presidente, referindo que o que pode dizer é que muitas das vezes é melhor uma solução que não seja aquela que se desejaria, do que nenhuma solução. Portanto, se calhar é nesse caminho que às vezes se tem de trabalhar. Mesmo que não vá ao encontro do que se pensa que deveria ser a solução ideal, às vezes têm que se agarrar as soluções que são possíveis em cada momento. ----------

O Sr. Vereador pergunta o que se faz agora, e o que responde é que se tem de encontrar uma solução, junto do proprietário, que provavelmente já não será, e aquilo estará entregue a um fundo qualquer, pois tudo evoluiu nos últimos anos de uma forma muito negativa. Às vezes não se aproveitam as oportunidades que chegam, e tem todo o respeito pelas opiniões que se vão tomando nas reuniões, mas dever-se-ia pensar que se calhar é melhor uma solução do que nenhuma. -------

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, mencionando que apenas poderá dizer que só não erra quem não faz nada, e aí os membros da CDU estão perfeitamente

tranquilos.----------

Interrompeu o Sr. Presidente, referindo que está apenas a refletir, não está a recriminar ninguém. ----------

Prosseguiu o Sr. Vereador, dizendo que compreende a preocupação do Sr. Presidente, mas recorda que o mesmo também acabou por votar contra esse projeto de alterações, pelo que fez parte dessa decisão, que foi secundada pelos vereadores da CDU.----------

Tendo o Sr. Presidente dito que não foi bem assim, o Sr. Vereador respondeu não ter presente exatamente a data, mas recorda-se perfeitamente do momento em que isso aconteceu, e sabe que, supõe até que por unanimidade, decidiu-se reprovar esse licenciamento, pois de outra maneira não poderia acontecer, já que os vereadores da CDU não tinham e continuam a não ter elementos suficientes para reprovar isoladamente uma proposta em reunião de câmara. ----------

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que de qualquer forma só reforça o que o próprio disse, se calhar dever-se-ia ter pensado um pouco melhor, para se ter o prédio a funcionar. ----------

O Sr. Vereador Nuno Libório interveio de novo, referindo que seria um prédio de habitação, a desaguar para a EN 10, e até parece que não estiveram todos a falar do que falaram. ----------

Pede ao Sr. Presidente que sobre essa matéria tenha também em conta esta preocupação da CDU, e que, no mínimo, notifique o proprietário ou quem o representa, no sentido de se perceber quem é, onde está, e o que quer fazer daquele edifício, sendo esta uma competência da câmara municipal.----------

Uma última questão, que é maior, mas também não está a falar nada diferente na sua génese, é o edifício da Bella Guarda, que a todos preocupa. Não está a dizer que os membros da CDU estão mais preocupados que qualquer um dos presentes, nada disso, o que não podem tolerar é que a situação se mantenha como está. ------

Há muitas sugestões, isso é o mais fácil, e o que pensa que deve haver da parte da câmara municipal são decisões, dentro do caráter das suas competências. O Sr. Presidente tem recebido a informação que os membros da CDU também recebem, relativamente ao caráter de utilização a que tem vindo a ser sujeito aquele edifício? Está a falar de situações de melindre social, e até do ponto de vista

humano suscetíveis de serem acompanhadas por outras entidades para além da câmara municipal.----------

Interveio o Sr. Presidente, referindo que as situações estão a ser acompanhadas. ---

Prosseguiu o Sr. Vereador, respondendo que não sabe, mas deve dizer que estão preocupados. Não querem debater em particular a situação, mas apelam ao bom senso da câmara municipal, e ao presidente da câmara, que no uso das suas competências utilize aquilo que for possível utilizar no sentido de reparar. Não é só uma questão de imagem, porque a imagem para a cidade, com o devido respeito, é o menor problema que está colocado, são os contornos sociais que se estão a movimentar e gerar no centro da cidade de Vila Franca de Xira.----------

É disso que se fala, o prédio está degradado, é invadido diariamente e há já problemas de segurança relativamente a todo esse tipo de utilização. Portanto, apelam para que a câmara municipal tome as devidas medidas. ----------

Interveio o Sr. Presidente, fazendo uma pequena reflexão, e dizendo que se chegou onde se chegou ali porque alguém teve responsabilidades, e não foram poucas, de financiamentos muito para além daquilo que estava construído. O construtor viu-se com aquele dinheiro todo, foi-se, e mais de 50 pessoas que têm contratos de promessa de compra e venda estão numa situação calamitosa. É um crime, e é a esse nível de justiça que se tem de tratar e perceber o que aconteceu.----------

Diz-lhe agora o Sr. Vereador, e bem, que há ali um problema social grave, questionando como se vai resolver, e o que responde é que não é só retirando as pessoas dali que se resolve, porque depois vão para outro local qualquer. Trata-se de encontrar soluções de caráter social, que a câmara municipal, só por si, tem alguma dificuldade de resolver, tem que ser também com a ajuda das entidades, neste caso da Segurança Social, que possam ajudar a integrar as pessoas que ali estão num processo que lhes permita dar uma segunda oportunidade, para terem uma vida digna, com outras condições, que aquelas não são. ----------

Já hoje se referiram saudações sobre o 25 de Abril, e o 25 de Abril tem justamente a ver com a possibilidade de se darem oportunidades para que todas as pessoas tenham uma vida digna. É óbvio que não têm, e a Srª Vereadora Marina Tiago tem vindo a analisar e a refletir, porque as pessoas estão referenciadas, existe um conhecimento de cada uma delas, mas tem de se encontrar uma outra solução,

que não seja somente "agora saiam daí", pois no momento seguinte estão noutro local. Assim, tem que se fazer muito mais do que isso.----------

Sobre o prédio em si, daria uma longa história, e não é uma história bonita.----------

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que isso é óbvio, e por isso fez questão de dizer que da parte dos membros da CDU a principal preocupação é o melindre social que está subjacente à utilização daquele edifício, para além das implicações que traz para a área de residência. ----------

Porque são pessoas, registam com agrado que a câmara municipal, não só conheça como esteja a acompanhar e, fundamentalmente, exigir junto das entidades competentes, onde se inclui, nomeadamente, e não é única, a Segurança Social, para agir em conformidade para uma situação que exige uma atitude de emergência social. ----------

Esta é uma parte da questão, a outra parte é um prédio que não está acabado, e como não está, a câmara municipal tem de tomar diligências administrativas no sentido de exigir a vedação do espaço, e não sabe a quem, é um fundo imobiliário do Montepio, pelo menos é a única entidade que se conhece. A câmara municipal tem feito essas diligências? ----------

Respondeu o Sr. Presidente que é claro que tem, ao que o Sr. Vereador perguntou se não tem resposta do Montepio ou do fundo imobiliário. ----------

Interveio o Sr. Presidente, referindo que sobre isso escusa-se de dar opinião, porque são matérias que estão em desenvolvimento, e quando houver mais dados depois informará a câmara municipal. Neste momento são questões muito embrionárias, de algumas reuniões que tem havido, de soluções que são propostas.----------

Retomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, mencionando que não vai obrigar o Sr. Presidente a dizer o que não quer, mas não quer ficar com a sensação que há coisas que os membros da CDU deveriam saber e não estão a ter conhecimento delas. ----------

Regista um outro aspeto, que há efetivamente contactos, que desconheciam, e se assim é que venha a deliberação da câmara municipal para se dar uma utilização àquele equipamento. Quando falam em utilização, é no sentido das obras serem retomadas, e que seja dado o valor ou utilidade habitacional, que foi para isso que

foi feito aquele licenciamento. Desta forma, estão com expectativa de perceberem o que se passa.----------

Retomou a palavra o Sr. Presidente, mencionando que refletir e falar sobre um determinada situação é fácil, encontrar soluções é que é mais complicado, porque ao estar a encontrar uma solução para recuperação daqueles prédios, tem de haver alguém que queira investir, sendo que se os prédios estivessem noutra localização talvez a câmara municipal se pudesse vir a interessar na possibilidade de reutilização. ----------

O Sr. Vereador Vítor Silva interveio, referindo que os membros da Coligação Novo Rumo gostariam de se congratular com o licenciamento, ou pelo menos com a licença de utilização, da biblioteca. Já teve oportunidade de a visitar há pouco tempo, está com umas instalações magníficas, e espera que o equipamento também possa completá-la, e rapidamente, e que em setembro se possa dar início à sua abertura. ----------

Esgotado que está o preenchimento de equipamentos, tanto em termos assistenciais, com o hospital, como em termos de enriquecimento de cultura e lazer, com o museu do Neo-Realismo, e agora a biblioteca, espera que agora se possa apostar em resolver e proporcionar o desenvolvimento de criação de emprego e implantação de empresas, que é o que falta a este concelho, nomeadamente Vila Franca de Xira. Já que tem os equipamentos, que são considerados necessários para dotar de uma boa qualidade de vida, pelo menos é preciso que haja criação de emprego e de empresas.----------

É isso que querem, e pensam que a câmara municipal terá de endereçar todos os esforços para que isso aconteça, para não se assistir a toda uma situação degradante e de morte lenta que tem acontecido nestes últimos anos, até pela razão da crise, que infelizmente tem sido muito prejudicial em todos os aspetos. ----

Depois, gostariam de saber se o Sr. Presidente pode dar mais alguma informação sobre o licenciamento de uma central fotovoltaica no Casal do Mato da Cruz, relativa à dimensão, e até quando está previsto entrar em funcionamento. ----------

Interveio o Sr. Presidente, referindo, relativamente a um comentário do Sr. Vereador Rui Rei, estar muito mais interessado, como sempre esteve, no município, e com a ajuda de todos certamente se conseguirão resolver os

problemas, sendo que há um momento próprio para discutir outras matérias.---------
Sobre este licenciamento, o que diz é que se trata de um processo no âmbito do programa de atribuição de licenças de cogeração de energia. Considera que cada posto de trabalho hoje é ouro, esta é uma pequena ajuda, e espera que esta central fotovoltaica tenha, e vai ter, postos de trabalho. Não consegue dizer quantos, não muitos, mas serão alguns.----------
Houve o cuidado de perceber como é que a implantação da central ia ser feita, e pode dizer que é implantada somente num terço da propriedade, tendo a característica de estar implantada em negativos roscados, o que permite que um dia, com facilidade, todos aqueles painéis sejam retirados, e o terreno fique como originalmente estava. Há também uma preocupação de não impermeabilizar os terrenos, e procurar arranjar soluções que evitem problemas a esse nível. ----------
Crê que este licenciamento é uma boa notícia, num local em que não há grandes apetências, em que apesar de tudo o PDM permite, e quem conhece a zona sabe que é erma, sem grandes condições para outras utilizações, pelo que dever-se-á analisar o território e retirar dele o melhor partido possível, que foi o que aconteceu com a instalação desta central, que em breve estará em funcionamento.
---

7. Deliberação: Tomado conhecimento. ----------

Assunto: PONTO DE SITUAÇÃO EM QUE SE ENCONTRAM OS PROCESSOS DE RECONVERSÃO E REGULARIZAÇÃO EM CURSO, RELATIVOS ÀS AUGI DO CONCELHO DE VILA FRANCA DE XIRA ----------

Presente informação nº 14/14, de 18/03, do DGUPRU/D, para análise do ponto de situação em que se encontram os processos de reconversão e regularização em curso, relativos às AUGI do concelho de Vila Franca de Xira. ----------

Interveio o Sr. Presidente, referindo que o agendamento deste ponto foi pedido pela Coligação Novo Rumo, para se falar sobre o ponto da situação das AUGI, e pode dizer que pensa que o trabalho que foi presente a todos os Srs. Vereadores está muito bem feito, identificando claramente o ponto da situação de cada uma delas. ----------

Até hoje foram emitidos 36 alvarás de loteamento, há 4 AUGI sem alvará, que já têm estudo aprovado em reunião de câmara, estando em consulta pública dois estudos de loteamento, nomeadamente da AUGI Bela Vista e AUGI Quinta da Ponte, podendo dizer que se conseguiu encontrar uma solução de separar estas duas AUGI e autonomizá-las. Desta forma, é um trabalho que tem sido muito rápido, pois foi um processo que se arrastou anos e conseguiu-se encontrar agora uma solução, e muito contribuíram para isto todas as pessoas que estiveram envolvidas, nomeadamente advogados, solicitadores e comissões respetivas. --------

Há três loteamentos sem estudo aprovado, nem alvará de loteamento, cuja reconversão é da iniciativa dos interessados, nomeadamente João Cravo e Rosário, Olival dos Cantos e Quinta do Alferes e anexos. ----------

Depois, há três AUGI cuja reconversão é da iniciativa da câmara municipal, que ainda não têm estudo aprovado, nomeadamente, Casal do Isidro, Casal das Areias I e Casal da Carcaça. ----------

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, agradecendo, em nome dos membros da Coligação Novo Rumo, o facto de a câmara municipal ter agendado este ponto, reconhecendo que o trabalho que foi entregue de facto permite fazer uma análise, e ter conhecimento do ponto de situação atual das AUGI. ----------

De seguida procedeu à leitura de uma declaração dos membros da Coligação Novo Rumo sobre as áreas urbanas de génese ilegal, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.----------

Tomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que os membros da CDU vão apresentar uma proposta, em que a sua votação está obviamente prejudicada, porque não foi enviada previamente, mas que concorre para o esforço da opinião que estão todos hoje a produzir, de acordo com o documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------

Aquilo que lhes apraz dizer pode-se resumir fundamentalmente em dois momentos, sendo que o primeiro é o de reconhecerem que este processo, pela sua dimensão, não obstante a iniciativa e apoios das entidades, onde se inclui naturalmente a câmara municipal, ao longo de todos estes anos a seguir ao 25 de Abril, em matéria de licenciamento urbanístico, é em si mesmo um processo não terminado e de difícil execução, de dimensão bastante relevante, e um problema que não é exclusivo do concelho, infelizmente. É um problema que afeta particularmente as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, mais a de Lisboa, e tendo presente esta situação é de todo aconselhável que do ponto de vista legislativo se continuem a diligenciar, não só prorrogações de prazo, como inclusivamente alterações à própria lei fundamental, já de 1995, que estabelece o processo de reconversão das áreas urbanas de génese ilegal, uma vez que passados estes anos os processos infelizmente ainda não estão concluídos. ----------

No que diz respeito ao concelho, registam o facto das principais áreas urbanas de génese ilegal, as que têm maior dimensão e envolvem maior núcleo habitacional já hoje habitado, ainda não terem a sua situação efetivamente resolvida. Quando falam "efetivamente resolvida", a questão não se coloca apenas e só nas infraestruturas. Elas por si só são muito importantes, mas a atribuição do título de reconversão final e consequente licença de habitação, é o processo final, e aquilo que culmina ou conclui todos estes procedimentos. ----------

Poderiam dar vários exemplos, nomeadamente desde Vialonga, mas particularmente na freguesia de São João dos Montes, onde há problemas por resolver, que precisam de ser tomados pela câmara municipal.----------

Notam também uma situação, que obviamente é uma faculdade que assiste aos diretamente interessados, o facto de, não só os comproprietários, como os seus proprietários ou representantes, poderem sentir-se no direito de não se quererem envolver com a autarquia. É um direito que lhes assiste, mas a experiência levou-

os a concluir que por exatamente se criar esta possibilidade em aberto, todas aquelas que avançaram, as de maior complexidade, para a iniciativa de reconversão privada, ainda não têm os seus processos concluídos, pelo que a câmara municipal deve utilizar dos seus meios para chamar a si as responsabilidades sobre essa matéria. ----------

Com a proposta que apresentam querem que a câmara municipal, fundamentalmente, faça o seguinte: ----------

Há neste momento um prazo muito apertado para concluir o processo de reconversão, e há duas datas que são fundamentais. A primeira é 31 de dezembro do presente ano, e se até lá não estiverem reconhecidas as comissões administrativas ou conjuntas de AUGI, o processo pode ficar irremediavelmente comprometido. Assim, há que fazer no terreno um trabalho de preparação, envolvimento e organização, com todos aqueles que ainda não se encontram nessa situação. ----------

Depois, dispõe-se até mais ou menos metade do semestre de 2015 para concluir e atribuir o título de reconversão definitiva, o que pressupõe que do ponto de vista administrativo se tenha de ter, em termos da competência da câmara municipal, todos os licenciamentos aprovados. ----------

Há mesmo muito pouco tempo, pouco mais de 1 ano, e aquilo que propõem à câmara municipal é que se dote dos meios necessários, e deixam margem de manobra suficiente para que avalie e concretize as medidas que entenda como mais necessárias para dar cumprimento a esta proposta que fazem, humanos, materiais e todos os que se vierem a julgar como necessários, para que o problema das AUGI deixe efetivamente de ser um problema em junho de 2015. ----------

Por outro lado, propõem que privilegie os pactos de associação, ou seja, privilegie o processo participativo em todo este desenvolvimento. ----------

Propõem ainda, por fim, que a câmara municipal produza um relatório bimestral, cujo objetivo não é escrever sobre o que já está escrito, é acompanhar mais de perto a evolução de algumas situações que preocupam, no sentido dos membros da CDU avaliarem, em tempo real, se estão a acompanhar a dimensão e exigência que lhes colocam, enquanto câmara municipal. ----------

Estão confiantes de que este é um processo que pode terminar, mas têm a certeza

também que para que isso tudo aconteça a autarquia tem de dar uma outra atenção e prioridade, em termos da sua política municipal, para as questões da qualificação urbanística.----------

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que tanto uma bancada como outra trouxeram contributos muito importantes, que o PS partilha no que respeita à necessidade de se tentar concluir o mais depressa que se puder este processo, sendo que a câmara municipal vai continuar a fazer um esforço, que tem feito, agora também com a dinâmica imprimida no respetivo setor.----------

A Coligação Novo Rumo trouxe este processo a reunião de câmara, e pensa que fez bem, pois exigiu que internamente se fizesse o trabalho que foi apresentado, que reputa mais uma vez que está muito bem feito, agradecendo nesse sentido o trabalho dos técnicos, pois, através disso, há condições em cada momento de se saber o que está a acontecer.----------

Dará a palavra ao Urbª Ricardo Ramalho e à Engª Carla Alcobia, para dizerem quais as dificuldades que têm, e também poderem, sobre o que ouviram, referir alguma questão, reportando-se ainda a uma questão prática, com que pensa que todos se devem deter mais à frente, que é a do regulamento.----------

Há um regulamento, que é muito antigo, do final da década de 80, que não está a ajudar nada nesta altura. O princípio está correto, porém, nos momentos que se estão a viver julga que se tem de ter em consideração a necessidade de encontrar soluções. O regulamento penaliza os proprietários com mais de 1 lote, duplicando o valor da comparticipação aos que têm mais de 6 lotes, quanto à situação das infraestruturas, e pensa que todos têm de fazer um esforço, no sentido de encontrar situações de exceção e alterar o regulamento.----------

Se assim não for a AUGI da Fonte Santa nunca mais é resolvida, pois há um proprietário que tem mais de 150 lotes. Se se vai exigir o valor que está estipulado de acordo com o regulamento, este processo nunca mais tem fim, nunca mais se irá resolver, mas outra coisa será encontrar uma solução que pareça aceitável, para permitir que as pessoas que já construíram, e outras que queiram construir, o possam fazer a breve trecho, o que não acontece, na medida em que não podem celebrar as respetivas escrituras do terreno, da legalização das casas e tudo mais. -

É uma AUGI que está desenvolvida em 4 fases, algumas das quais, em termos de

infraestruturação, estão concluídas, outras não estão, pelo que julga que se tem, sobre esta matéria, de ter condições de encontrar uma solução que permita, no que respeita à AUGI da Fonte Santa, que é a maior de todas, resolver o problema às pessoas, encontrando-se uma alteração ao regulamento que o permita. ----------

Assim, no contexto de todas as AUGI, e tendo todo o respeito e consideração por todas as demais, a da Fonte Santa é uma situação mais complicada, e numa próxima oportunidade irá trazer à consideração uma proposta para que se possa resolver, não só a Fonte Santa, como eventualmente outras. ----------

Dir-lhe-ão que é injusto relativamente a outras situações, e é capaz de ser, mas também é verdade que se não se fizer nada a situação eterniza-se e toda a gente fica a perder. ----------

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, fazendo um breve comentário, pois nem o seu grupo político se pode pronunciar sobre aquilo que não conhece. Aquilo que os membros da CDU conhecem foi o que o Sr. Presidente trouxe numa reunião de câmara na Póvoa de Santa Iria, no palácio da Quinta da Piedade, e parecia-lhes algo difícil de aceitar, porque há certas coisas que às vezes até se gosta de não querer recordar, para não se ficar marcado pelas piores razões, sobre algumas formas ou tentativas de pressão e chantagem que são feitas sobre os vereadores.--

Naquele dia claramente sentiram isso, e a conversa que o Sr. Presidente introduziu hoje leva-o a questionar se no desempenho das funções que têm estão presentes para resolverem, do ponto de vista universal, os problemas que assistem ao concelho, ou se estão presentes para resolverem casos particulares. ----------

O Sr. Presidente deve reparar na expressão que usou, e pede-lhe que entenda esta intervenção não como uma crítica que lhe faz particularmente, e que perceba que do ponto de vista da sua responsabilidade institucional é obrigado a determinado tipo de tranquilidades. Assim, alterar um regulamento para satisfazer uma situação em particular parece-lhe, em teoria, que não seja uma boa solução, e fala em teoria porque não conhece, estando apenas a querer alimentar um pouco só aquilo que o Sr. Presidente disse. ----------

Depois, uma área urbana de génese ilegal é isso mesmo, para resolver problemas de habitação, e com isto o entendimento dos membros da CDU sobre estas matérias estará suficientemente esclarecido, se é que ainda alguém tem dúvidas

sobre o que defendem. Como não estão isolados na defesa desse princípio, recordam ao Sr. Presidente algumas das suas palavras, que até nem têm merecido da parte dos membros da CDU muita simpatia, que é naquilo que se tornaram as AUGI no concelho de Vila Franca de Xira. É caso para dizer: Então e agora? O Sr. Presidente anula tudo aquilo que disse, e agora já não se aplica essa sua preocupação? Se se aplica, julgam que se deve ter em conta a necessidade de ter justiça na discriminação dos meios, e é só isso que pedem. ----------

Estão abertos e sempre disponíveis para discutirem tudo, não se recusam a fazer opinião, mas não lhes devem pedir para alterar os próprios princípios que têm, porque sabem do que estão a falar. ----------

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que também sabe do que se está a falar, e sabe exatamente as questões históricas de todos estes processos, ao que o Sr. Vereador Nuno Libório respondeu que não conhece melhor do que a CDU. ----------

O Sr. Presidente interveio, dizendo que nem tem essa pretensão.----------

Retomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo estar esclarecido, pois os membros da CDU também conhecem. ----------

Respondeu o Sr. Presidente que com certeza que sim, e o Sr. Vereador teve também a preocupação de dizer que não é caso único, atinge em particular toda a Área Metropolitana de Lisboa, e há casos muitíssimos mais complicados que os do concelho, sendo que também conhece alguma coisa. ----------

Sobre aquilo que quis dizer, se foi mal interpretado a culpa é sua, porque se calhar não se soube explicar, não tendo intenção de privilegiar alguém, estando única e exclusivamente em causa a preocupação de resolver o problema das pessoas que lá vivem, que querem construir e legalizar os seus terrenos e casas.----------

É só nelas que está a pensar, e nem deve passar pela cabeça do Sr. Vereador que a sua preocupação seja beneficiar ou privilegiar seja quem for, pelo que gostaria que isso ficasse perfeitamente esclarecido. ----------

O Sr. Vereador Nuno Libório interveio, dizendo que o Sr. Presidente não deve ter dúvidas que os membros da CDU não duvidam disso, nem têm dúvidas sobre isso, a questão que têm não é essa, é a forma como se atinge isso. ----------

Interveio o Sr. Presidente, referindo que quando o Sr. Vereador diz que os membros da CDU estão disponíveis para discutir soluções, em que se vai procurar perceber

de que forma se podem desenvolver, esse já é um bom princípio. ----------

Interveio novamente o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que naturalmente que sim, e mal seria se não estivessem.----------

Terminou, referindo que o regulamento já é bastante antigo, pensa que de 1990, anterior até à própria legislação, o que confere a esta câmara municipal uma responsabilidade enorme, sendo que a própria legislação, produzida em 1995, veio adquirir muito da experiência concreta dos concelhos de Loures e de Vila Franca de Xira, com tudo o que de imperfeito estes processos encerram, não tendo a CDU dúvidas nenhumas que se pudesse voltar atrás há certas coisas, e se calhar muitas mesmo, que não faria exatamente da mesma maneira.----------

De qualquer forma, gostaria de perguntar se o Sr. Presidente sabe por que é que a penalização está nesse regulamento, respondendo que foi para conter toda e qualquer tentativa de fazer das AUGI aquilo que elas não podem deixar de ser, que são áreas urbanas de génese ilegal, para reparar situações de carência habitacional.----------

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, mencionando que gostaria de dizer duas coisas, e a primeira é que "só sabemos que nada sabemos". Os membros da Coligação Novo Rumo não querem entrar em nenhuma corrida de quem sabe mais o quê, quais "pioneiros americanos", em que o pioneirismo está em Vila Franca de Xira e em Loures. A questão é que os problemas continuam para resolver, e esse foi o objetivo do agendamento deste ponto. ----------

Partindo do princípio que todas as legislações e regulamentos devem ser de caráter genérico e universal, seria errado dizer que devem ser de caráter genérico e universal, e não ter em atenção que pode haver exceções para resolver um grande problema.----------

Como são responsáveis no exercício das funções que exercem, devem dizer que estão disponíveis para avaliar as possíveis alterações para a resolução dos problemas, mas, por exemplo, no caso em concreto que se falou, antes de se alterar o regulamento gostariam de ver uma planta, por exemplo, com a implantação dos 150 lotes. Pode-se avaliar se é possível ou não retirar esses 150 lotes da AUGI em concreto, e fazer a legalização de uma parte em detrimento da outra, tratando esta parte doutra forma, dependendo da implantação no terreno. ---

Se não for possível, numa primeira análise podem-se sempre fazer situações de exceção, desde que devidamente fundamentadas, e que não vão, nem prejudicar, nem beneficiar, o proprietário. Não conhecendo o espírito da lei de 80 ou 90, está absolutamente convencido que quando foi feita, e quando há este regulamento, que define uma penalização a quem tem mais de "x" lotes, foi com o objetivo de não incentivar a que houvesse uma grande aglomeração de lotes, para uso não exclusivo de habitação, e eventualmente para fazer negócio financiado com o dinheiro público. ----------

Isso é que não faz sentido, ou seja, não faz sentido absolutamente nenhum que seja o dinheiro dos contribuintes a financiar a venda de lotes a preço de mercado, mas faz todo o sentido não ter nenhum preconceito anterior, a conhecer uma solução em concreto para a resolver a benefício de todos. Não há nenhum problema que assim seja, para que se consiga resolver de uma vez por todas.--------

Estão disponíveis, aliás é esse o objetivo, que a câmara municipal rapidamente resolva o que conseguir resolver neste espaço de tempo, e após resolver as AUGI que estão mais fáceis de resolver, em melhor situação para resolver, se possa concentrar nas que têm mais dificuldades, porque têm dificuldades de associação, não estão constituídas, ou porque a forma é mais difícil. ----------

Quando se tem um problema deve-se ir dividindo em partes, para ir resolvendo, porque se se quiser resolver tudo ao mesmo tempo, não se vai conseguir de certeza absoluta atingir o objetivo. A partir de agora dever-se-ia saber, resolvidos em teoria dois terços das AUGI, o que se vai fazer do resto, do terço que falta, como é que vai avançar, como se vai resolver e se vai implementar, pois, por exemplo, no caso do Casal da Colher, em que é dito que já tem o alvará emitido e as infraestruturas são a cargo dos proprietários, é preciso explicar às pessoas então, depois do projeto aparentemente que está a ser feito pelo município, como vão avançar em relação a isto.----------

É preciso explicar como vão avançar, em que circunstâncias, como é que podem fazer isso, para que as situações se comecem a resolver, e algumas delas deixarem de estar do lado da câmara municipal, e passarem aos legítimos proprietários, para as resolver de uma vez por todas. ----------

Atingindo este objetivo, pensa que todos estão a cumprir a missão, que é a de

ajudar os concidadãos a resolverem alguns problemas que têm, para terem uma habitação condigna e uma zona envolvente condigna. ----------

O Urbª Ricardo Ramalho tomou a palavra, dizendo, quanto aos alvarás emitidos relativamente àquilo que são já loteamentos construídos, que não lhe parece, grosso modo, embora nunca tenha feito a análise com todo o pormenor, que seja totalmente verdade que há mais loteamentos resolvidos não edificados do que os edificados.----------

Em São João dos Montes, neste momento, considera-se a Quinta da Ponte como estando já resolvida, sobrando a Quinta do Alferes, que é de facto um problema com vários problemas. Grosso modo há o dobro dos lotes em relação ao número de proprietários, o que quer dizer que há proprietários com imensos lotes. Em termos de revisão do PDM não foi possível assumir que a totalidade da área da AUGI ficaria reconhecida como tal, e a própria CCDR, à data, considerou, olhando para aquilo que eram os proprietários, e o número de lotes, que deveria existir uma concentração junto da zona menos sensível para edificado, num princípio comproprietário, de um lote com uma preocupação em relação à habitação, e não de especulação imobiliária propriamente dita. ----------

A Quinta do Alferes, de facto, tem pouquíssimas construções, cerca de 6 ou 7, e portanto não sabe de todo se será verdade que não há muito mais situações resolvidas edificadas do que as que não estão edificadas, e era essa a nota que gostaria de deixar. ----------

A Engª Carla Alcobia interveio, acrescentando, relativamente às comissões, e ao facto de não terem sido constituídas, que em 2008 oficiaram-se todos os proprietários a explicar a necessidade que tinham de se organizar e de se constituírem as comissões. Algumas pessoas vieram à câmara municipal, foram informadas do que era preciso, forneceram-se plantas e as listagens dos proprietários que se tinham, e deram-se algumas orientações.----------

Alguns de facto constituíram-se, outros não, e tem-se constantemente sensibilizado as pessoas que há necessidade dessa organização, mas muitas não querem, e não é por falta do contacto da câmara municipal com as pessoas, ou da informação às mesmas. Algumas pessoas estão desinteressadas neste processo, porque estão confortáveis na sua situação, têm a sua casa, algumas até têm construções com

licenças de utilização emitidas antes de 1995. ----------

Por isso é que se torna mais difícil levá-las a constituir a comissão, porque sentem que para elas está tudo resolvido. ----------

Interveio o Sr. Presidente, referindo que se vai ter em boa conta tudo aquilo que hoje foi dito, e foi uma discussão e reflexão bastante importante, que vai ajudar a seguir o caminho. Há quem queria seguir o caminho, outros que não, e vai-se ver. Às vezes pretende-se ajudar, mas as pessoas não querem, pelo que se têm de encontrar boas soluções, na medida em que num determinado momento, como agora foi dito, as pessoas sentem-se bem, não precisam de mais nada, e não querem tomar mais iniciativa nenhuma.----------

Desta forma, são matérias que se vão ter de analisar.----------

Assunto: SILO AUTOMÓVEL DA AVENIDA D. VICENTE AFONSO VALENTE – PONTO DE SITUAÇÃO DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO E PROCESSO DE DÍVIDAS----------

Presente informação nº 42/14, de 09/04, do DGUPRU/D, para análise do ponto de situação do processo de construção e processo de dívidas, no âmbito da obra do silo automóvel da avenida D. Vicente Afonso Valente, na Póvoa de Santa Iria.---------

Interveio o Sr. Presidente, dando a palavra à Coligação Novo Rumo, pois pediu o agendamento deste ponto.----------

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, mencionando que os membros da Coligação Novo Rumo já não podem dizer que conseguiram ter a mesma informação que tinham no ponto anterior da ordem do dia, sendo que, genericamente, e depois poderá falar um pouco mais à frente, se for caso disso, pediram o agendamento deste ponto para perceberem o ponto de situação atual, já que o terreno era do domínio público, passou para o domínio privado, sofreu várias alterações e tentativas de aprovação do que lá está hoje, e entretanto há um conjunto de dívidas que aquela empresa apresenta, através de um promotor, que é mais ou menos comum na Póvoa de Santa Iria.----------

Assim, gostariam de saber o ponto de situação, para chegarem a alguma conclusão e à possibilidade de se vir a conseguir encontrar uma solução para um problema que afeta a cidade da Póvoa de Santa Iria, que tem mais de 10 anos. ----------

Tomou a palavra o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, referindo que este ponto extravasa em muito a questão do silo automóvel, e é só uma ponta de um processo muito mais complexo, que se chama José Maria Duarte Júnior, e esta é que é a verdadeira questão, processo em que a câmara municipal saiu bastante lesada, em que lhe são devidos largos milhares de euros, e em que a mesma não acionou judicialmente ninguém, no sentido de ser ressarcida dos créditos que tem, bastando atentar à nota explicativa do Dr. Manuel Rodrigues.----------

Durante anos, uma década, e isso já foi focado pelo Sr. Vereador Rui Rei, e muito bem, o Sr. José Maria Duarte Júnior não cumpriu com o protocolado com a câmara municipal. ----------

Durante uma década a câmara municipal fechou os olhos a esse incumprimento, foram obras, contrapartidas que não se realizaram, foram verbas da venda de lotes que não foram entregues à câmara municipal, milhares de euros que fugiram, e

aquilo que perguntam é o que foi feito entretanto, que foi rigorosamente nada. ------
Ao falar do viaduto dos Caniços e da junta de freguesia, da nova sede da Junta de Freguesia da Póvoa de Santa Iria, são só exemplos, e aquilo que observam é que esta foi uma década de trapalhadas, camuflagens, erros de obras que não foram realizadas e compromissos assumidos que não foram concretizados, ou seja, uma década inteira de trapalhadas que foram cuidadosamente camufladas, com bastantes conivências à mistura.----------
Neste momento há obras que se eternizaram, obras que avançaram, obras que recuaram, paragens em obras, um mau serviço à população, problemas confinantes e, mais grave ainda, um dolo muito sério das contas do município, recordando uma carta assinada pelo Sr. Vice-Presidente, à altura, Alberto Mesquita, dirigida aos herdeiros de José Maria Duarte Júnior, em junho de 2012, onde expõe alguns dos pontos que estão em falta, em incumprimento com o protocolado. --------
Fazendo as contas a tudo o que está, ascende a mais de meio milhão de euros, sem contar com as obras que não foram realizadas, e está a falar só de verba financeira, que consta na carta. Curiosamente é de junho de 2012, depois, em março de 2014, há uma comunicação do Dr. Manuel Rodrigues, que diz, e cita "relativamente ao protocolo com o Sr. José Maria Duarte Júnior, a situação ainda está a ser analisada". ----------
Desta forma, 10 anos depois de incumprimentos, e 10 anos depois em que a câmara municipal tem sido usada e gravemente lesada financeiramente, as populações foram gravemente lesadas pelas obras que não foram executadas ou foram mal executadas, tem-se um processo judicial que nunca andou, não anda, está a ser analisado no ano de 2014, numa altura em que já não há herança, em que os próprios herdeiros renunciaram à herança, e em que não se sabe minimamente em que pé vai ficar a situação do Sr. José Maria Duarte Júnior, da insolvência, créditos e dívidas que transitaram depois para o Estado, e como é que a câmara municipal alguma vez vai ser ressarcida dos milhares de euros que ficaram em dívida pelo Sr. José Maria Duarte Júnior.----------
De cada vez que se fala neste assunto os membros do PS o que dizem é que tem sido um processo difícil, e tem, todos têm essa noção, mas tem sido um processo difícil porque os membros do PS assim o motivaram ao longo de uma década.--------

É uma sorte a obra ir acabando aos poucos e poucos, "anda-se a empurrar com a barriga", isso é verdade, mas a pergunta que se coloca é como é que a câmara municipal vai ser ressarcida dos créditos que tem com o Sr. José Maria Duarte Júnior e o protocolo que tinha com o mesmo.----------

Quem é o responsável por nunca se ter acionado, durante uma década inteira, judicialmente, o Sr. José Maria Duarte Júnior, pelo não cumprimento do protocolo que assinou com a câmara municipal? Durante 10 anos de incumprimento nunca ninguém quis acionar judicialmente esta questão, quem é o responsável pelos milhares de euros que não entraram nos cofres da câmara municipal?----------

Estas são as perguntas que têm de ser feitas, indo talvez um pouco à boleia da questão do silo automóvel, e da questão colocada pela Coligação Novo Rumo, mas a verdade é que este ponto extravasa muito, mas mesmo muito, o silo automóvel. O ponto e o problema chamam-se José Maria Duarte Júnior.----------

O Sr. Presidente tomou a palavra, mencionando que este é o discurso habitual, e se os membros da CDU recuarem mais 10 anos, vão chegar aos próprios, pois o Sr. José Maria Duarte Júnior andou pelo concelho muitos anos, e teve uma longa vida, de facto. ----------

Em termos políticos é sempre fácil fazer o discurso semelhante ao que o Sr. Vereador fez, que naturalmente lhe cabe fazer, mas também, como não estava na câmara municipal, far-lhe-á chegar um documento, de uma alteração que foi feita a um loteamento da célula B do Forte da Casa, numa reunião havida há uns anos atrás, que foi aprovada por unanimidade, onde estão as matérias que o Sr. Vereador acabou de referir, das trapalhices, e quer colocar a discussão no termo "trapalhice", não noutro, porque eram confusões de tal ordem que era uma dificuldade tremenda, muitas das vezes, "desembrulhar" uma situação muito complicada.----------

Neste sentido, pede ao Sr. Mário Nuno que o lembre de fazer chegar ao Sr. Vereador, num envelope fechado, para ter ocasião de verificar, em finais da década de 80, inícios da década de 90, o que é que já acontecia relativamente a esta matéria. ----------

O Sr. Vereador dir-lhe-á que o PS teve ocasião de resolver estas coisas todas, nestes anos todos, e também não tem problemas nenhuns em admiti-lo, mas neste

momento o que se tem é uma relação, tal como o Sr. Vereador acabou de referir, de problemas vários para resolver, e os membros do PS estão imbuídos no espírito da sua resolução. Quando o Sr. Vereador se referiu ao Sr. José Maria Duarte Júnior, lembrou-se do que se costuma dizer, "cada cavadela uma minhoca", pois não houve nada que acontecesse em que não houvesse problemas.----------

Muitas das vezes não foi propriamente culpa da câmara municipal, e reporta-se a uma gestão e à outra, mas porque efetivamente as coisas eram tão intrincadas, e às vezes apareciam de tal forma, em termos documentais, que até parecia que estava tudo certinho, e não estava. ----------

O Sr. Vereador vai ter ocasião de verificar isso com o documento que lhe vai fazer chegar, sendo que estavam todos de boa-fé, no sentido de resolver as coisas.--------

Chegado este momento acresceu a tudo um outro problema, que também já foi falado, o da herança. Quando a herança é boa todos a querem, mas quando não existe e, pelo contrário, é uma herança negativa, toda a gente a rejeita, que foi o que aconteceu. Há uma declaração de renúncia da herança, o que quer dizer que esta matéria vai parar ao Ministério Público, que ao fim ao cabo, como já disse mais do que uma vez, vai funcionar como administrador de insolvência, e é nesse quadro que certamente se vai avançar, de acordo com aquilo que o Dr. Manuel Rodrigues concluiu, de várias insistências que o próprio já fez no sentido de saber como se faz, quem é o responsável, a quem se têm de pedir responsabilidades, ou quem é a entidade que pode ajudar nesta matéria. Concluiu-se que é o Ministério Público que aparentemente tem de resolver, mas não sabe daqui a quantos anos. --

O processo é este, mas no que diz respeito ao autossilo é um pouco diferente, na medida em que José Maria Duarte Júnior não fazia parte, em termos de empresa. A empresa era outra, aparentemente ainda existe, chama-se Serragrope, e ainda há condições de resolver alguma coisa, no que diz respeito, e é nisso que se está a trabalhar, às questões da dívida que existe da construção da escola EB 1/Jardim de Infância do Casal da Serra, em que a Serragrope ficou de pagar à câmara municipal o valor da construção dessa escola, no valor de 1 600 000,00€. ----------

Vai-se recorrer ao que é possível, não sabe se vai chegar, provavelmente não, mas pelo menos vai diminuir a dívida através da comercialização das boxes, das garagens do autossilo. ----------

Neste momento efetivamente urge fechar este processo, para que as pessoas tenham estacionamento à superfície, cerca de 70 lugares, que ainda não está a funcionar, na medida em que a iluminação pública não está em funcionamento, porque só há 1 ou 2 semanas é que o fundo que agora, em termos financeiros, tem responsabilidade sobre aquela operação, pagou à EDP cerca de 7 000,00€ para que a iluminação fosse ligada. Está-se à espera, a todo o momento, que a iluminação pública seja ligada, para que, pelo menos, aquele estacionamento à superfície seja disponibilizado para quem mora naquelas zonas. ----------

Por outro lado vai-se usufruir, apesar de tudo, de uma praça de que se pode gostar ou não, já que nestas matérias há sempre diversas opiniões, mas pode-se olhar para aquilo que lá estava no passado, que era um baldio com lixo, em que apesar de tudo havia pessoas que se aventuravam a estacionar, em plano inclinado, e aquilo que se tem hoje, que é uma praça que dá para concertos e várias atividades culturais ou recreativas, tendo lá um espaço de coreto para a banda do Grémio, dos bombeiros, ou outra qualquer poder ali fazer concertos, aos fins de tarde, no verão. Assim, é mais um espaço e um equipamento que vai ser posto ao serviço da população, nomeadamente dos povoenses. ----------

Neste momento, não esquecendo todas as matérias que o Sr. Vereador referiu, neste caso em concreto o que valerá a pena é pôr-se finalmente aquilo em funcionamento. É o que pode dizer, o Sr. Vereador fez um discurso, e nalgumas matérias até concorda com algumas referências que fez, mas o que pode dizer é que, de facto, José Maria Duarte Júnior é sinónimo de grandes atrapalhações e trapalhadas, que aconteceram neste concelho ainda na década de 70, até aos dias de hoje. As confusões vêm provavelmente do final da década de 60, toda a década de 70, e depois tudo o que aconteceu naquilo que foi construído na Quinta da Piedade.----------

Como disse há pouco o Sr. Vereador Nuno Libório, se tivesse capacidade de voltar atrás, fazia diferente, para melhor, e agora poderiam esgrimir-se argumentos, mas não vale a pena. Há um contexto histórico, há uma maneira de fazer que estava errada, que hoje já não é possível, a legislação que saiu, e bem, obriga a que as coisas sejam mais transparentes e rigorosas, e por isso, se se voltasse atrás, se calhar não se tinha aquele volume e pressão urbanística que se tem ali, que

começou na década de 70, até aos dias de hoje, se bem que ali já não há grande espaço, aliás ainda há um pequeno espaço de construção, que deu o que deu, e que ainda está a dar, em sede própria, em discussão.----------

É aquilo que pode responder, estando a câmara municipal a fazer o possível para tentar minimizar os estragos que aquele senhor provocou neste concelho, e que não houve condições, antes e depois, de resolver, uma vez que se acreditou na boa-fé de procedimentos que iam sendo feitos, que iriam seguir um percurso favorável.----------

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, mencionando que gostaria de voltar a recentrar a questão no silo automóvel, porque o Sr. Presidente falou numa parte em que os membros da Coligação Novo Rumo concordam na íntegra. Assim, independentemente de haver um traço comum, e já fizeram variadíssimas intervenções sobre a matéria, tendo a carta sido uma das condições que colocaram, e só foi escrita porque foi uma das condições que colocaram para resolver uma parte dos problemas da variante na Póvoa de Santa Iria, não querem misturar as questões, já que cada caso, a seu caso, e são casos diferentes.----------

Esperavam, inclusivamente, que a câmara municipal tivesse informado o Dr. Manuel Rodrigues para poder estar presente, de forma a se poder discutir este assunto, de que já andam a falar há variadíssimos anos, e não anda, nem para a frente, nem para trás.----------

De uma parcela de terreno do domínio público, com 8 434 m², situada no topo da av. Ernesto Solvay, destinada a equipamento e jardim infantil, passou-se para a necessidade da câmara municipal negociar com o loteador para que esta não exercesse o direito de reversão sobre a referida parcela. Já na altura, quando o próprio votou contra, em reunião de câmara, disse que não havia direito à reversão, e na altura o Partido Comunista Português e o Partido Socialista votaram a favor desta reversão. ----------

De uma parcela do domínio público passou-se para uma parcela de terreno cedida ao loteador em direito de superfície, para a construção de um silo automóvel, e de cedência em direito de superfície passou-se para a cedência em propriedade plena, recebendo-se em troca a promessa da construção de uma EB 1 e jardim de infância na Póvoa de Santa Iria, no valor de 1 600 000,00€, com uma garantia bancária de

1 900 000,00€, em nome da Quinta da Piedade, Imóveis e construção Lda. ----------
De uma garantia bancária em nome da Quinta da Piedade, Imóveis e construção Lda., passou-se para uma hipoteca sobre um imóvel no Algarve, em nome da Serragrope, Agricultura e Pecuária, Lda., e de uma cedência em propriedade plena passou-se para um protocolo onde o promotor se obriga a acabar o silo automóvel no prazo de 24 meses, até fevereiro de 2009, ficando obrigado a conceder prioridade aos moradores na zona na alienação dos lugares de estacionamento, devendo a comunicação para o efeito ser efetuada mediante afixação de avisos à entrada do autossilo. ----------
Desta forma, deixam algumas questões: Qual é a estratégia que a câmara municipal tem para receber o respetivo dinheiro? Acredita que a câmara municipal deva ter sido informada que entretanto houve uma alteração, assim, quando é que a Lusimovest, fundo de gestão imobiliária, entrou no processo? A câmara municipal registou ou não as hipotecas sobre estes imóveis, sobre o terreno e um imóvel? Ficou obrigada a fazê-lo, e gostariam de saber se registou. Se registou, quando é que registou estas respetivas hipotecas? A câmara municipal pensa ou não executar as garantias, que são estas hipotecas? Pensa que não tem que se ir para tribunal, tem é que se executar o que é da câmara municipal por direito, e informar a pessoa, e não chega o Dr. Manuel Rodrigues escrever numa carta o seu contacto pessoal. ----------
Considera que o seu contacto pessoal, em termos legais, vale zero, não vale nada, e, de uma vez por todas, a questão tem de ser colocada pela câmara municipal, seguindo os procedimentos, que são procedimentos corretos, que é notificar as pessoas do que se vai fazer e executar. Depois, vai a câmara municipal emitir licenças de utilização das garagens? Vai-se avançar com penhora às garagens?------
Há outras questões, e o Sr. Presidente falou numa coisa, a ligação à iluminação pública, consequentemente a utilização da praça, e espera o próprio que a utilização da praça não tenha como pressuposto a receção provisória daquelas obras e o passar de licenças de utilização, pois se assim for os membros da Coligação Novo Rumo vão votar contra. ----------
Não aceitam que possa ser possível a venda de qualquer ativo daquele edifício enquanto não houver uma solução do problema, e não aceitam que o problema

passe para o lado da câmara municipal enquanto está do lado do promotor. Este, se sentir que a câmara municipal está a cometer uma ilegalidade, que a coloque em tribunal, não é o contrário, e o que está a dizer é que ainda há alguns ativos onde se possa ir buscar o dinheiro.----------

O que é que o Dr. Manuel Rodrigues pensa sobre o assunto? Quando pediram o agendamento do ponto, e vão voltar a pedi-lo na próxima reunião de câmara, é porque querem que a câmara municipal apresente um plano fundamentado, com o que vai fazer, e não chega que o Dr. Manuel Rodrigues venha dizer quem contactou pessoalmente. Isso não chega, sendo que já há mais de 4 ou 5 anos que falam sobre este assunto, e não anda, nem para a frente nem para trás.----------

Pensa, com o devido respeito, que o dinheiro que está ali empatado chega e sobra para pagar à câmara municipal, pode não chegar para alguém receber, mas para a câmara municipal chega, e isso é o que lhe interessa enquanto vereador da câmara municipal, e tem que ser feito de imediato. Tem que se executar, penhorar, e lembra ainda, quanto aos terrenos, que um edifício é no Algarve, não conhece onde é, e o outro terreno que estava hipotecado era o do estaleiro, no topo do Casal da Serra, que dá para a autoestrada.----------

Portanto, a câmara municipal tem todas as condições para, de uma vez por todas, executar este processo, e daí a diferença entre este processo e alguns dos processos da Quinta da Piedade.----------

Relativamente aos processos da Quinta da Piedade, também se pode fazer uma coisa, já se deveriam ter avaliado as urbanizações da Quinta da Piedade, nalguns casos declarar nula a intervenção e urbanização, e no futuro, quem tiver lá lotes para construir vai ter que submeter um novo projeto à câmara municipal.----------

Nunca se fez isso, e por isso é que depois se teve lá o projeto do ALDI, que não teve de fazer nenhum estudo rodoviário, nem nenhum estudo de mobilidade. Agora, os outros interessados na Quinta da Piedade, em igualdade de circunstâncias, têm de fazer estudos de mobilidade, porque a câmara municipal não faz a sua função, que é efetivamente, se os loteamentos não estiverem em condições de continuar, declarar a nulidade e ir buscar as garantias que tiver de ir buscar, algumas delas com 20 anos, que não devem dar para alcatroar 1 km de rua. É isto que tem de existir, e não chega, estando a câmara municipal a pagar a

um advogado que tem de a ajudar a definir uma estratégia. Pessoalmente acredita que o Dr. Manuel Rodrigues tem capacidade, se não acreditasse diria que não tinha, mas tem é que definir uma estratégia, e a forma de se ir buscar este dinheiro, que é devido à câmara municipal. ----------

Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo que como este ponto virá à próxima reunião de câmara, conforme o Sr. Vereador acabou de referir, será agendado, e vai-se ver se nessa altura há mais alguns desenvolvimentos do processo. Se não houver, naturalmente vai-se ter a mesma discussão que se acabou de ter, mas também concorda, sem dúvida nenhuma, que há, em termos jurídicos, que encontrar soluções. ----------

Não é o presidente da câmara, não são os vereadores que têm essa obrigação, é quem está a trabalhar com a câmara municipal, e que é pago para o efeito, que deveria provavelmente ser muito mais ágil do que aquilo que é. ----------

Não está em causa a competência, reconhece a competência, e aliás é por isso que o Dr. Manuel Rodrigues continua a trabalhar com a câmara municipal, pois também já tem resolvido muitos problemas, porém, sobre alguns processos a agilidade dos mesmos deixa muito a desejar. ----------

Não é porque não esteja constantemente a dizer, mas há de haver um momento em que já não há outra forma de resolver senão encontrar outra solução. ----------

---

---

1. Assunto: AUTO DE VISTORIA – RUA DOS LOUREIROS NºS 19,21 E 23, TORNEJANDO PARA A CALÇADA DO QUEBRA COSTAS Nº 2 – VILA FRANCA DE XIRA----------
---

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação técnica nº 152/14, de 09/04, do DGUPRU/DF, para aprovação do auto da vistoria levada a efeito na rua dos Loureiros nºs 19,21 e 23, tornejando para a Calçada do Quebra Costas, nº 2, na freguesia de Vila Franca de Xira, solicitada por Vítor Joaquim de Oliveira. ----------
---
---

3. Informações/pareceres: Anexam-se informação técnica nº 152/14, de 09/04, do DGUPRU/DF e auto de vistoria de 2014/02/05, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. ----------
---

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------
---

5. Disposições legais aplicáveis: ----------
---

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------
---

---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. ----------
---

---

1. Assunto: EXECUÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DO 1º CICLO DO SOBRALINHO – PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE ----------

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 496/14, de 04/04, do DOVI/DOVI, para aprovação dos documentos correspondentes ao desenvolvimento do plano de segurança e saúde, referente à obra de execução da escola básica do 1º ciclo do Sobralinho, adjudicada à Construtora UDRA, Lda. ---------

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 496/14, de 04/04, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------

5. Disposições legais aplicáveis: ----------

6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira. ----------

1. Assunto: EXECUÇÃO DA PASSAGEM SUPERIOR PEDONAL DO FORTE DA CASA – ALTERAÇÃO DA DATA DE CONCLUSÃO DA OBRA ----------
---

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 526/14, de 09/04, do DOVI/DOVI, para aprovação da alteração da data de conclusão dos trabalhos da empreitada de execução da passagem superior pedonal do Forte da Casa, até ao dia 30/05/2014, de acordo com o plano de trabalhos e cronograma financeiro ajustados em conformidade com o referido prazo, apresentados pela Cordivias – Engenharia, Lda, ficando esta empresa vinculada aos mesmos documentos. ----------
---

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 526/14, de 09/04, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.
---

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------
---

5. Disposições legais aplicáveis: ----------
---

6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------
Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, dizendo que os membros da CDU ressalvam que se trata de mais uma obra a derrapar, à semelhança de outras que nos últimos tempos têm vindo a reunião. Ainda começou ontem e já está atrasada, já vai no terceiro desvio de prazo, e neste caso concreto gostavam de verificar os fundamentos com que a empresa pede este desvio de prazo. ----------
Assim, gostavam de ter alguns esclarecimentos. São três os fundamentos, sendo o primeiro a "interrupção, por indicação do dono da obra, dos trabalhos referentes à execução do Acesso B". Aquilo que percebem da documentação que foi entregue é que o dono da obra, a câmara municipal, neste caso, a meio do processo resolveu alterar o projeto deste Acesso B, o projeto de execução e a sua própria localização, e gostavam de saber o que motivou essa alteração de decisão por parte do dono da obra, câmara municipal. ----------

O segundo argumento é o facto de "só poder remover a passagem superior pedonal existente após entrada em funcionamento da nova passagem superior, o que consequentemente condiciona a conclusão dos trabalhos de acabamentos e espaços verdes naquela zona envolvente". Julgam, ou têm a certeza mesmo, que deveria ser uma matéria que deveria estar contemplada no caderno de encargos logo de início, portanto não é motivadora sequer de um pedido de prorrogação do prazo para términos da obra.----------

O terceiro fundamento apresentado pela empresa é a "existência de um erro de fabrico das portas dos elevadores e sua estrutura, resultante de incompatibilidades entre as peças dos projetos de especialidade". Os projetos de peças de especialidade cabem ao projetista, portanto isso significa que o projetista errou, cometeu um erro grave, que causa um dolo grave à câmara municipal, e vai provocar o atraso de uma obra, e o que gostavam de perguntar é o que é que a câmara municipal pensa fazer junto do projetista, para que assuma o erro e eventualmente indemnize a câmara municipal deste mesmo erro que provocou.-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que se está perante o terceiro desvio do prazo, e os membros da Coligação Novo Rumo gostariam de saber se o segundo e o terceiro desvio são efetivamente imputáveis ao dono da obra, câmara municipal, que têm a ver com a remoção da passagem existente, que são 12 dias, em que até parece que vem na sequência da intervenção que o próprio fez na última reunião de câmara, quando perguntou se a passagem existente iria ser retirada, e portanto não sabe se é o caso, se eventualmente o empreiteiro só acordou agora para a necessidade de ter de retirar a outra passagem, e o caso das portas dos elevadores, que é o que está em causa.----------

Não vai tão longe, a dizer que há dolo, porque o dolo é outra coisa, é propositado e não é essa a questão, mas efetivamente têm dúvidas que o segundo e terceiro ponto não devam ser remetidos ao empreiteiro e não deva ser ele a assumir a responsabilidade, e não a câmara municipal. Nomeadamente, no processo de subcontratação das portas, ele vai ter de fazer o favor, mas tem que se entender com outra entidade que não a câmara municipal, que não pode pagar o que é dela mais o que não é.----------

Interveio o Sr. Vereador António Oliveira, englobando as questões colocadas pelo

Sr. Vereador Paulo Rodrigues e pelo Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que se poderá dizer que o Acesso B será, para aqueles que não estão tão identificados com aquela passagem, a torre que já está perto do Pingo Doce, sendo que com a alteração do projeto verificou-se que havia necessidade, depois de reuniões com os moradores já em obra, da passagem de viaturas pesadas a tardoz do edifício que está junto à torre, tendo sido, não só essa situação que obrigou a um desvio de algum tempo, como as questões que foram levantadas na Torre C, também com a Simtejo e as questões da REFER.----------

Tudo isso levou a este desvio, não foi só por influência da Torre B, e, logicamente, com este atraso não se pode desativar a passagem velha, não tendo a primeira em funcionamento.----------

Quanto à questão das portas, está plenamente de acordo com o que foi dito pelos Srs. Vereadores, e deu indicações aos serviços no sentido do projetista e do empreiteiro se entenderem, porque a câmara municipal, nesse aspeto, não tem mais nada a dizer, e é um ponto final.----------

---

---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira.----------

---

Pelas 12h30, após a discussão do ponto 8 da ordem do dia, o Sr. Presidente deu a palavra ao público presente, prosseguindo com a discussão dos restantes pontos da ordem do dia.

Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO ----------
OBRAS DO RIO GRANDE DA PIPA – VALA DO CARREGADO - CASTANHEIRA DO RIBATEJO----------

Interveio o munícipe, Sr. Ricardo Silva, referindo-se, em primeiro lugar, a um assunto que o aflige, o facto da participação nas reuniões de câmara por parte dos munícipes ser às 12h30, dizendo não saber se este horário é para retirar gente da reunião. ----------

O Sr. Presidente interveio, chamando a atenção do munícipe que quando preencheu a impresso para usar da palavra não colocou a questão, tendo o munícipe perguntado se não se pode pronunciar na mesma.----------

Respondeu o Sr. Presidente que se pode pronunciar, mas não lhe vai responder. O munícipe veio à reunião para colocar questões, a definição do horário é da competência da câmara municipal. Foi esse que foi acordado, e se não pode assistir às reuniões neste horário poderá sempre participar nas sessões da assembleia municipal.----------

Prosseguiu o Sr. Ricardo Silva, referindo que a situação o aflige na mesma, pois o horário das 12h30 não é para ninguém. ----------

Interrompeu o Sr. Presidente, mencionando que se o munícipe continuar a falar sobre esta matéria não valerá a pena. Se quiser falar sobre as questões que colocou, muito bem, mas se quer continuar a insistir nessa matéria, pede desculpa, mas pensa que assim não se vão conseguir entender. ----------

Interveio de novo o Sr. Ricardo Silva, dizendo que pensa que é antidemocrático o Sr. Presidente não o deixar falar, ao que o Sr. Presidente respondeu que essa é a opinião do munícipe, e antidemocrático é o munícipe estar a dizer que uma decisão que foi tomada, democraticamente, neste órgão, é antidemocrática. ----------

O Sr. Ricardo Silva veio à reunião de câmara, escreveu no impresso respetivo determinado tipo de questões, e é por essas que aguarda que fale, sendo que já se compreendeu a sua preocupação, e o que pensa sobre o assunto.----------

Interveio o munícipe, referindo que fica definido o caráter do Sr. Presidente. ----------

Respondeu o Sr. Presidente que o munícipe não pode falar do seu caráter, nem veio à reunião para o ofender, pois se assim for terá de lhe retirar a palavra. O Sr. Ricardo Silva tem que o respeitar, bem como à câmara municipal, e se vem para o

ofender, tira-lhe imediatamente a palavra. Se vier à reunião para fazer perguntas, como toda a gente, fá-las-á, mas se vem para ofender, tira-lhe imediatamente a palavra. Assim, deverá escolher. ----------

O munícipe interveio novamente, referindo que o Sr. Presidente está à vontade. -----

Prosseguiu o Sr. Presidente, perguntando se o munícipe pretende ou não colocar as questões que escreveu, ao que este respondeu que sim. ----------

Continuou o munícipe, dizendo que é morador da Vala do Carregado, e mora junto à ex-passagem de nível, do lado norte. Assistiu às obras do rio Grande da Pipa desde o início, e vê uma falta de coordenação e de conhecimentos sobre o assunto, relativamente à empresa que está a realizar a obra. ----------

A obra foi começada a meio do verão, tarde para uma obra num rio, e a empresa não estava muito preocupada com o tempo, não trabalhava nos feriados, trabalhava até às 17h00, e o próprio pensou que estava à vontade. ----------

Chegou o inverno e chegaram os problemas. O enrocamento que foi feito nas margens do rio, com os gabiões que lá estavam, abateu, e revelou, não sabendo quem é que planeou a obra, o profundo desconhecimento sobre a matéria de regularização de margens de rios. ----------

Interrompeu o Sr. Presidente, perguntando quais são as questões em concreto, uma vez que o munícipe está a falar de questões de engenharia, e presume que tenha conhecimentos a esse nível, mas está a fazer comentários e considerações sobre a forma como a obra está a decorrer. ----------

Prosseguiu o munícipe, esclarecendo que a sua questão é qual a empresa que está a fazer, quem está a chefiar a obra, se tem conhecimentos sobre a matéria, como é que a câmara municipal vê aquelas obras, e por que é que a obra começou tão tarde. ----------

Foi feito um dique, junto aos restaurantes, para controlar as marés, por que é que não foi retirado no início do inverno, deixando-se lá duas condutas que são insuficientes para o caudal que o rio tem? Por que é que se fez um "bypass" para manter o dique e se fechou há 2 semanas atrás, voltando-se a abrir 2 dias depois, porque veio uma chuvada? Por que é que já se abriu outra vez? Qual é o conhecimento que esta empresa tem em termos do caudal do rio? Controla-se isso? Sabe-se o que é um caudal do rio? Sabe-se o que é um rio? ----------

Terminou, dizendo serem estas as questões que gostaria de colocar sobre o rio, perguntando ainda, sobre os outros assuntos, se poderá falar, ou se o Sr. Presidente não o vai deixar.----------

Interveio o Sr. Presidente, referindo que a intervenção que o munícipe fez não é habitual, quase que roça a provocação, e naturalmente que o deixará falar, pois é para isso que o público vem às reuniões de câmara. Contudo, ainda não fez pergunta nenhuma, colocou questões generalistas, e o técnico que está presente, que acompanha a obra, vai-lhe responder, pois o próprio não é engenheiro, e também não tem obrigação de responder a determinado tipo de coisas. Tem alguma informação, poderia dá-la, mas prefere que seja o Engº José Fernandes, que tem acompanhado a obra.----------

Prosseguiu o munícipe, referindo que a passagem de nível foi cortada, mas ficou um canto, na saída do estacionamento da CP, que faz agora uma curva, a oficina de carros que lá se encontra usa aquilo para estacionamento, e estão lá 10 carros.- Neste sentido, pergunta se podem estacionar ali, uma vez que há lá um local que diz proibido o estacionamento.----------

As obras do rio Grande da Pipa não deixaram aos moradores local para estacionamento, esqueceram completamente disso, e a sua irmã, como moram ali perto, estacionou naquele local. Como o seu carro foi bloqueado por outros, chamou a GNR para poder desbloquear o carro, e a GNR multou todos os carros que lá estavam. Desta forma, a GNR, neste caso, não vai lá multar os carros, ou não pode? ----------

Saiu de casa e estavam lá 10 carros, pelo que a sua pergunta é: a lei é só para uns e não é para outros? A oficina usa aquilo como parque de estacionamento de viaturas, algumas acidentadas, e pensa até que quando estudou o Código da Estrada as viaturas não podiam estar acidentadas na via pública. ----------

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que já percebeu a questão, sendo que o munícipe também disse gostaria de falar sobre um carro incendiado junto à mesma passagem de nível. ----------

Interveio o munícipe, dizendo que o carro está do lado sul, do lado do rio, e já lá está há mais de 1 ano, pelo que gostaria de perguntar por que é que ainda está lá, se a câmara municipal tem conhecimento, e se é para retirar. ----------

Uma outra questão que gostaria de falar é sobre a segurança, referindo que a GNR não tem presença na Vala do Carregado. Por vezes deve haver algum horário em que passa de carro, mas àquela velocidade não sabe se daria para ver alguma coisa, e é como se não estivessem, pensando até que a Vala do Carregado tem-se mantido muito segura, porque a presença da GNR é nula. Desta forma, gostaria de perguntar se os moradores têm direito a segurança, se acontecer alguma coisa, e considera que a presença ali da GNR seria boa.----------

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que só vai dizer uma coisa sobre o rio, e crê que o munícipe o acompanhará, apesar das questões que na sua opinião colocou, de deficiente planeamento da obra, má construção e mau projeto, de que não vai fazer comentários, pois está presente alguém habilitado que o pode fazer, ou seja, se aquelas obras não tivessem sido feitas o munícipe tinha inundações, o ano passado e em 2012, e os tais carros de que falou estavam todos a boiar. ---------

Tendo o munícipe dito que não, referiu que então é ele que não conhece o rio, e ignora as várias inundações que houve durante o ano. Aquilo esteve sempre inundado durante anos e anos, mas o munícipe diz que não, só que estes são os factos. Pensa que quando se quer embirrar, tudo serve, e lembra as várias inundações que houve durante anos, em que se não fossem estas obras o munícipe tinha tido inundações outra vez, mas agora está a dizer-lhe que não, o que é impressionante. ----------

Tomou a palavra o Engº José Fernandes, respondendo, quanto à habilitação da empresa, que esta empresa, Oliveiras, SA, nesta fase, reúne todas as condições para a execução desta obra, porque é detentora de alvarás específicos, que foram solicitados aquando do concurso desta empreitada, nomeadamente o alvará principal, que cobre toda a empreitada, que é um alvará correspondente às obras fluviais.----------

Relativamente à capacidade do corpo técnico da empresa, é medida, nomeadamente, através do diretor da obra, que é um engenheiro habilitado, com experiência, para a execução deste trabalho, e associado à direção da obra está um diretor de produção, que é um técnico também habilitado para a execução deste trabalho. Depois, esta empresa tem um largo currículo de obras fluviais em diversas partes do país, desde o rio Tejo, há relativamente pouco tempo, até à

zona de Coimbra, no Mondego. ----------

No que concerne à fiscalização da obra, foi contratada pela câmara municipal, e uma das condições para o engenheiro coordenador pela fiscalização era ter experiência em obras fluviais, e isso foi demonstrado. Além do engenheiro coordenador da fiscalização, existe um outro engenheiro, fiscal, com larga experiência nesta área. Existe um engenheiro de ambiente, um coordenador de segurança, também engenheiro, sendo esta a equipa de fiscalização. ----------

Associado a isto estão dois engenheiros do município, ambos com mais de 10 anos de experiência, estando-se a cumprir exatamente aquilo que são as especificações técnicas que estão definidas no projeto. ----------

Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo, quanto ao estacionamento junto à passagem de nível, que agradece que se veja o que está a acontecer. Sobre o carro que lá está para ser retirado, deve-se retirar, devendo-se ainda enviar um ofício à GNR, para uma melhor ação de vigilância naquela zona. ----------

Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO----------
RUA CASAIS DE SANTO ANTÓNIO – VILA FRANCA DE XIRA----------
Interveio o munícipe, Sr. Alfredo da Cunha, referindo vir mais uma vez a reunião de câmara para pedir a atenção do Sr. Presidente, especialmente quanto ao trabalho que se está a fazer na rua Casais de Santo António, em Vila Franca de Xira. ----------
Andou-se lá a fazer fundações, a fazer aberturas para colocar os tubos da água para a fornecer ao Sr. Vítor Paulino, que fica em baixo, o que já dura há uns meses. Desta forma, degradou-se a rua de tal maneira, que os carros não podem andar ali como deve ser. ----------
Depois, as areias ficaram no caminho, as pessoas idosas e não idosas, quando passam pelo caminho, escorregam nas areias que nunca foram varridas, e caem. A estrada nunca foi limpa, pedindo por isso ao Sr. Presidente que tome atenção a estas coisas.----------
O Sr. Vereador responsável pelos SMAS tinha dito que a água tem de servir para toda a gente, e está de acordo, mas ficou por fazer a rua, que está toda degradada de tal maneira que gostaria que o Sr. Presidente fosse lá ver, uma pessoa com coragem e honestidade para ver, e é isso que lhe pede.----------
Terminou, pedindo desculpa por não falar tão bem.----------
Interveio o Sr. Presidente, referindo que o Sr. Alfredo da Cunha fala o suficiente para se perceber as preocupações que tem, e naturalmente que os serviços irão ao local, bem como o próprio passará lá, se tiver ocasião, para que da próxima vez que o munícipe venha a reunião de câmara possa transmitir outra preocupação que não esta.----------
---

---

1. Assunto: RECARGAS DE PAVIMENTOS 2014 – CONCELHO DE VILA FRANCA DE XIRA – ABERTURA DE PROCEDIMENTO ----------

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 439/14, de 20/03, do DOVI/DOVI, para aprovação do projeto de execução, das peças e da abertura do procedimento de concurso público, com o preço base de 795 000,00€, acrescido de IVA, e prazo de execução de 45 dias, bem como da composição do júri e designação do perito, referente à empreitada de recargas de pavimentos 2014, do concelho de Vila Franca de Xira. ----------

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 439/14, de 20/03, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------

5. Disposições legais aplicáveis: ----------

6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------
   Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, dizendo que os membros da CDU pediram a intervenção neste ponto para se questionarem quanto ao título do ponto em si, que refere recargas de pavimentos 2014, em que a dúvida que têm, e que os leva a questionar, é se é intenção que este seja o único processo de recargas de pavimentos contratadas para o ano de 2014. Quando olham para a memória descritiva, e conhecendo o concelho como todos conhecem, no mínimo o objeto desta empreitada é pobre e limitado naquilo que é o seu raio de intervenção, fruto das reais necessidades de recargas de pavimentos no concelho de Vila Franca de Xira. Assim, a pergunta que colocam e deixam para resposta é se efetivamente o título do ponto "recargas de pavimentos 2014", significa que este é o único processo que vai ser feito no ano de 2014 ou se há intenção de serem abertos mais posteriormente. ----------
   Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que os membros da Coligação Novo

Rumo gostariam de saber, quanto a estas propostas que estão presentes, e em algumas delas, se nos últimos 4 anos houve alguma recarga nestas ruas ou não. Há 3 ou 4 anos, quando se fizeram planos de recarga, inclusivamente fez-se um empréstimo, e se as recargas que são feitas não durarem à volta de 10 anos, o que se está a fazer, no caso deste empréstimo, é ficar sem estradas e a pagar o empréstimo, pois está-se a colocar uma nova recarga.----------

Deve existir da parte da câmara municipal esse objetivo, que os serviços, ao construírem este plano de recargas, indiquem o que é preciso fazer, nem que para isso eventualmente tenham de ser feitas menos recargas, mas mais duradouras, porque uma coisa, ao fim de 3 ou 4 anos, equilibra. Assim, poder-se-á fazer menos, mas que durem mais. ----------

Depois há outra questão, e reconhece que neste caso não verificou, ou seja, qual é o tipo de alcatrão que está a ser colocado de betuminoso. Tem de certeza absoluta basalto, mas não verificou, e é preciso verificar se se continua a seguir uma determinada prática, que a determinada altura se tentou ligeiramente alterar, que é a de fazer do padrão normal a colocação de massa calcária nas estradas.----------

Se há vias em que não faz muita diferença ser calcária, porque são vias com pouca circulação e não tem problema, nas vias, nomeadamente das cidades, e de maior circulação, do ponto de vista que têm devia ser basalto ou outro tipo de matéria, que permite não acontecer o que acontece em muitas, em que depois perguntam por que é que os carros resvalam e escorregam. A tendência é dizer que é só porque choveu ou há óleo na estrada, e não é. Se se reparar, muitas vezes o alcatrão deixa de ser preto e passa a ficar cinzento, porque é o calcário que lá tem, e eventualmente nalguns casos tem de ser diferente.----------

No caso da estrada, em Vialonga, uma parte foi basalto, e no caso da estrada de acesso ao túnel foi basalto, não foi calcário, por causa da inclinação e da circulação, sendo que na estrada em Vialonga, do que se recorda, a empresa enganou-se, estava a fazer basalto, mas colocou metade basalto e depois acabou por colocar o resto em calcário.----------

Depois, é preciso avaliar duas questões em concreto. Quando olha e vê rua da República, na Póvoa de Santa Iria, não sabe por que é que esta rua está incluída, se há uma obrigação com o empreiteiro de fazer este alcatroamento, e

eventualmente não fará sentido. Há ainda uma estrada que não vê incluída, em que considera que começa a ser necessária uma intervenção de mini-reabilitação e de pintura das vias, que deveria estar incluída, que é a EN 10, no troço entre o cruzamento de Santa Iria da Azóia e o Intermarché, até à entrada de Alverca, que é um troço da responsabilidade da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.----------

Era preciso que estivesse incluída alguma coisa para começar a reabilitar a estrada, que apresenta sinais de desgaste grandes, com algumas zonas onde apresenta já buracos, e volta a falar, na zona do Forte da Casa, de uma zona a ameaçar queda em metade da via, estando a via fissurada no sentido da fábrica dos adubos.----------

Considera que se deveria verificar, para se ser mais eficaz e efetivo, e o alcatroamento nunca deve ser um prémio aos presidentes de junta. O alcatroamento não é pintar as ruas de preto, é fazer aquilo que é necessário para durar no mínimo 10 anos.----------

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que haverá questões que o Sr. Vereador António Oliveira poderá referir, e também o Engº José Fernandes, se for o caso, sendo que se recebeu, como é habitual, um pedido das juntas de freguesia para intervenções em termos de recargas em vários pontos. Tentou-se ir até ao limite do possível, porque como o Sr. Vereador deve calcular, se no passado teve de se fazer um empréstimo de 1 500 000,00€ para fazer uma recarga mais substancial, o que se está a propor é uma fatia igualmente importante, de mais de 800 000,00€. Esta é a verba que se estima, mais ou menos, até ao final do mandato, colocar todos os anos, porque se entende que efetivamente as vias têm de ter reparações regulares, de fundo em alguns casos. ----------

Não lhe parece que seja uma intervenção pobre, é uma intervenção de acordo com as possibilidades financeiras da câmara municipal, e poder-se-á comparar entre aquilo que foi pedido e o que o concurso vai ter em linha de conta. Algumas das vias foram retiradas, na medida em que também, no trabalho que se tem vindo, em termos de planeamento, a fazer com os SMAS, há vias que vão ter intervenção da parte dos SMAS e não tinha sentido nenhum estarem nesta relação, na medida que depois os SMAS têm de pavimentar convenientemente as ruas. ----------

Já lá vai o tempo em que faziam só um carreirinho, só na zona da intervenção, esse

tempo passou, e é assim que tem de ser no futuro. Por isso, de facto vai-se conseguir em 2014 ter uma intervenção bastante importante. ----------

Para além disso, já se solicitou aos Sr. Presidentes de junta, através de ofício, que façam chegar os pedidos para 2015, para rapidamente se conseguir fazer o trabalho, e para que as obras possam começar antes do verão. ----------

Assim sendo, parece-lhe que se está perante um volume de intervenção bastante importante. ----------

Interveio o Sr. Vereador António Oliveira, referindo que o Sr. Presidente praticamente disse tudo, e o que vai fazer é sublinhar o que o mesmo acabou de dizer, e garantindo, das questões técnicas que o Sr. Vereador Rui Rei falou e bem, em relação às recargas, que foram tidas todas em consideração, nomeadamente nas inclinações. ----------

Quanto à rua da República, foi colocada pela junta de freguesia, provavelmente desconhecendo tudo o que o próprio já enunciou, relativamente à estação elevatória da Simtejo, onde se irá equacionar esta artéria. ----------

Em relação ao que o Sr. Presidente disse, e numa perspetiva de coordenação, procura-se, neste âmbito, ao fim de 5 meses, entre o departamento de obras e os SMAS, evitar gastos ou programação de obras, pois ao comum dos munícipes seria intolerável compreender situações, como o caso de algumas artérias que os Srs. Presidentes de junta colocaram, em que os mesmos foram já informados que serão os SMAS, por intervenções técnicas que devem fazer, ou a nível de saneamento ou de ramais e distribuição de água de substituição. ----------

Os SMAS irão, nessa programação e coordenação, executar os dois trabalhos, pois não se compreendia estarem a fazer uma parte, e depois o departamento de obras da câmara municipal chegar lá, ou vice-versa. Seria uma descoordenação total, e portanto ir-se-á procurar, dentro das capacidades, executar o que efetivamente os Srs. Presidentes de junta equacionaram, sabendo-se que no âmbito dos SMAS há algumas outras artérias que vão ser consideradas, relativamente às freguesias, que não estão mencionadas. ----------

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, questionando o Engº José Fernandes quanto à execução de camada de desgaste em betão betuminoso, se é calcário ou basalto. --

Interveio o Engº José Fernandes, respondendo que é sempre com gravilha

basáltica, e as camadas de regularização é que são em gravilhas calcárias. O que se vai utilizar é uma camada de desgaste em betão betuminoso, perfeitamente definida de acordo com as respetivas normas, com gravilha, que inclui a gravilha basáltica. ----------

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, agradecendo a explicação do Engº José Fernandes, e aliás não esperava que fosse outra, dando só uma última nota, ou seja, se a rua da República não vai ser incluída, deveria ser retirada do concurso, porque senão depois tem de se alterar.----------

---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira.----------

1. Assunto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA À EMPREITADA DE REGULARIZAÇÃO FLUVIAL DO RIO GRANDE DA PIPA E EXECUÇÃO DE UM NOVO PONTÃO – CASTANHEIRA DO RIBATEJO – PARECER PRÉVIO VINCULATIVO----------
---

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 103/14, de 09/04, do DOVI/DOVI, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável à celebração do contrato de prestação de serviços de assistência técnica à empreitada de regularização fluvial do rio Grande da Pipa e construção de um novo pontão, na Castanheira do Ribatejo, aplicando-se a redução remuneratória, nos termos da lei.----------
---

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 103/14, de 09/04, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.
---

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam.----------
---

5. Disposições legais aplicáveis: ----------
---

6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.----------
Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, colocando duas questões, sendo que a primeira é que este ponto tinha sido retirado na reunião anterior por causa da Portaria nº 48/14, e de questões que se levantavam com a celebração ou renovação de contratos, aquisição de serviços e recrutamento de trabalhadores. O Sr. Presidente, e muito bem, retirou o ponto, porque havia, na interpretação que se tinha feito, responsabilidade financeira imputável aos autarcas, tendo ficado de obter esclarecimentos em várias instituições. Assim, os membros da CDU gostariam de saber, como o ponto é hoje presente, se isso já está ultrapassado, aliás como previam que seria.----------
Relativamente ao Rio Grande da Pipa, fugirá da polémica que houve no público, e espera que o Sr. Presidente não diga que a questão já foi falada no período do público, mas não vai "apanhar a boleia", porque fala do ponto concreto, ou seja, os

membros da CDU, logo a seguir às grandes cheias, trouxeram a situação do Rio Grande da Pipa, dos gabiões, estacarias ou bypass, e segundo informações que tem, mas é justo dizer que não foi visitar outra vez o Rio Grande da Pipa, a situação agravou-se. Assim, gostariam de saber qual o ponto de situação, e se se agravou, pensando também que não está ultrapassado aquilo que trouxe às reuniões de câmara. Gostaria que o Sr. Presidente informasse a situação do ponto, se se mantém na mesma, se se agravou ou se está a evoluir para a resolução dos problemas que citou e outros que levantou na altura. ----------

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo voltam a colocar a mesma questão que colocaram há 15 dias, se esta alteração deve ser suportada pela câmara municipal. Consideram que deve ser suportada pelo empreiteiro, como exemplos passados. O empreiteiro tem uma proposta de alternativa, que não lhes parece mal, mas quem deve pagar a alteração ao projeto é o empreiteiro e não a câmara municipal, que contratou um projeto, pagou-o e submeteu-o a concurso. ----------

Consideram que não fará muito sentido que não seja o empreiteiro a suportar este encargo, e volta a dizer o que disse há 15 dias, no caso do Pavilhão do Cevadeiro foi assim que aconteceu. A empresa em questão propôs um método construtivo alternativo, veio a reunião de câmara para ser aprovado, foi submetido aos fundos de que não se recorda agora, PorLisboa ou outro, aprovaram-no, e acertaram com o projetista para fazer este trabalho. É esta a questão, e parece-lhes que deveria ser usado o mesmo critério.----------

Interveio o Engº José Fernandes, referindo que no pavilhão houve reformulação de projeto, houve reformulação de projeto pelo empreiteiro e articulação com o projetista, mas isso foi de facto um problema. Depois houve necessidade de um conjunto de pareceres, e como o projetista estava envolvido no processo, acabou por dá-los. Nas situações correntes que se têm, de alterações de projeto ao longo da obra, são precisos pareceres do projetista, alguns têm a ver com questões do próprio projeto, mas outras não têm, e se essas estão fora do contrato, tem que se ter qualquer coisa que suporte o parecer.----------

O caso em questão é este, o empreiteiro, quando há alterações de projeto, faz o seu trabalho, apresenta um termo de responsabilidade, um conjunto de memórias

descritivas, mapas de quantidades de trabalho e um conjunto de peças desenhadas, que vêm à câmara municipal, mas há uma coisa que é uma obrigação, para fazer aquela solução alternativa tem de se ter um parecer do projetista, e daí a razão de ele estar dispensado deste parecer prévio, por causa dos direitos de autor, e na comunicação interna dos serviços refere-se esta questão dos direitos. ----------

Muitas vezes há soluções apresentadas pelo empreiteiro que carecem de cálculos, são situações equivalentes, de ajustamentos, em que a solução técnica prevista não era a que é possível fazer em obra, e tem de se falar com o projetista, que tem de emitir um parecer, e possivelmente às vezes tem de fazer alguns recálculos, para ver se é aquilo que é apresentado pelo empreiteiro. É isso que se pede, é esta a situação, não tendo nada a ver com a solução das alterações do projeto, que essas são do empreiteiro, se for o caso de as apresentar. Há inúmeras situações destas, que têm vindo a reunião, nalgumas o projetista dá esta informação, noutras não dá, só dá mediante pagamento. ----------

O Sr. Presidente interveio, mencionando que na situação da conta final estas matérias têm de ser equacionadas, ao que o Engº José Fernandes esclareceu que a conta final diz respeito à empreitada, e o que se está a falar é de uma prestação de serviços. ----------

Prosseguiu o Sr. Presidente, questionando se isto só acontece por um pedido do empreiteiro. ----------

Esclareceu o Engº José Fernandes que o empreiteiro, em algumas situações, propõe alterações, numas em que a solução não era possível, porque não havia condições, ou não era possível mobilizar o equipamento, propondo assim uma solução alternativa, e o projetista tem de emitir um parecer, estando este parecer fora da situação contratual. ----------

Continuou o Sr. Presidente, perguntando se o empreiteiro está disponível para fazer uma redução no valor igual ao preço que se vai pagar pelo parecer do projetista, pois esta questão também não pode ficar sempre à conta dos mesmos. Esteve sempre alinhado neste pensamento e princípio, mas é evidente que compreende que é necessário a obra avançar, e se o dono da obra, da análise que fez, considera também que aquela solução é uma solução a seguir, então isso tem

que prosseguir, mas depois há questões de procedimento e de caráter financeiro que pensa que deveriam ser acauteladas de outra forma. ----------

Interveio o Engº José Fernandes, mencionando que estes processos estão em análise, não estão encerrados, e pode-se sempre encaixar este valor, sendo uma questão de falar com as pessoas, e ver se é possível ou não. Essa não é uma questão que esteja encerrada. ----------

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que compreende o que disse o Engº José Fernandes, e concorda que, no caso destes grandes projetos, a câmara municipal necessita de um acompanhamento próximo do projetista, porque não lhe compete assumir responsabilidades que não são suas. Não tem dúvidas nenhumas sobre isso, aí não há nada a dizer, mas se calhar o que se deve ver é que há uma parte do acompanhamento técnico que é responsabilidade do projetista. Mesmo em teoria, não estando dito, é uma responsabilidade dele no ato da contratação daquele serviço, mas percebe que em obras com esta dimensão e prorrogadas uma série de vezes, por variadíssimas circunstâncias, que agora não interessa discutir, a determinada altura as pessoas precisam que seja reconhecido o seu trabalho. ----------

Percebe isso, não lhe afeta nada, mas para precaver essas situações deve-se, eventualmente, no futuro, em situações semelhantes ou parecidas, salvaguardar isso no caderno de encargos, seja no do projetista, e eventualmente tem que ter um âmbito, pois não se pode dizer que vai ter de fazer tudo, porque pode não poder fazer tudo, e ter-se-á que salvaguardar alguma coisa quando se contrata a empreitada.----------

Escrevendo-se especificamente na informação dos serviços que a alteração tem a ver com um pedido do empreiteiro, porque é melhor, pessoalmente tem dúvidas que se possa assumir a responsabilidade de lhe pagar, mas se for outra razão, admite que se possa pagar. É só por isso que pensa que às vezes deve-se olhar para as coisas, porque até não serão bem assim, e não são só porque o empreiteiro olhou e vai pedir. Se calhar até são como o engenheiro disse, há um problema na obra, que se tem de resolver, e se se tiver que fazer uma determinada linha como está projetada, não vai dar. Portanto, foi um problema que surgiu, que era impossível prever, e aí o empreiteiro tem direito a ser ressarcido do valor. ----------

Assim, às vezes o que se tem de fazer é olhar para esta situação, e o jurista tem de ajudar nesta interpretação. É só por isso, mais nada, pois não são 13 200,00€ que "arrefecem ou aquecem" a câmara municipal, no âmbito dos 4 390 000,00€. Não é por aí, é uma questão de salvaguarda, mais nada, estando perfeitamente de acordo com o que se disse, pois é uma situação normal, da execução normal de um projeto desta dimensão. ----------

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo, sem prejuízo das informações que o Sr. Presidente vai dar, que agradece, derivado às dúvidas que foram apresentadas, que foram já na reunião anterior, e atendendo à intervenção o Sr. Presidente, que seria melhor retirar o ponto, e analisar durante 15 dias a questão, até pelas reservas que o próprio Sr. Presidente colocou. É o que pensa, se não prejudicar o andamento do processo.----------

Respondeu o Sr. Presidente que provavelmente prejudicará, até porque a obra já está com problemas de atrasos, por diversas razões. A questão que julga que era importante frisar é a que resultou da reflexão da última reunião de câmara, do que é que efetivamente se deveria pedir parecer ao INA. Essa era a questão de fundo, e por isso fizeram-se várias consultas externas, reuniu-se o conjunto dos dirigentes técnicos, principalmente os juristas quase todos da autarquia, para conversarem sobre a matéria, para não haver dúvidas.----------

Foi consenso, e o próprio depois produziu uma ordem de serviço, que efetivamente, no que diz respeito às questões dos contratos de trabalho em funções públicas e todas as matérias referidas, não há dúvidas que a câmara municipal tem, apesar de contrariada, de pedir o parecer. Entende que não tem sentido, mas também é verdade que já se fizeram meia dúzia de pedidos de parecer e todos vieram com a resposta que se podia avançar, na medida em o INA não tinha pessoas com características idênticas, no sentido de haver mobilidade dessas pessoas para a câmara municipal. É até quase difícil, na medida em que, ou são funções muito generalistas, ou então, se são funções muito específicas, certamente vai ser difícil o INA dizer que tem uma pessoa com esse perfil e características. ----------

No que respeita aos contratos de aquisição de serviços e prestações, o entendimento é outro, não é necessário esse pedido de parecer, resultando da tal

análise que mencionou que se ia fazer, estando pois os eleitos salvaguardados por essa mesma apreciação, sobretudo pela ordem de serviço, e em última análise, se houver algum problema, o próprio é que fica com essa responsabilidade.----------
Quanto à questão do atraso ou não, e das dificuldades de se retirar o ponto, julga que as matérias já foram suficientemente discutidas, e não sabe se valerá a pena retirar o ponto, porque vai-se atrasar mais a obra. Na sua opinião não há matérias de dificuldade, já foram todas esclarecidas, e nesse sentido colocará o ponto à votação.----------
Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, colocando duas questões. Viu pela intervenção do Sr. Presidente que o mesmo está seguro da questão, e retira a hipótese de se retirar o ponto, sendo que até o Sr. Vereador António Oliveira, quando o próprio falou, fez-lhe sinal que prejudicaria o processo. ----------
Depois, ou é deficiência sua ou não, mas o Sr. Presidente não lhe respondeu à questão de como está a situação das obras, se se agravou, ou está na mesma.-----
O Sr. Presidente interveio, para dizer que as informações que tem é que as obras estão a prosseguir de acordo com o calendário que foi feito, e têm de terminar no final deste ano, não sabendo se o Sr. Vereador António Oliveira tem mais alguma informação. ----------
Interveio o Engº José Fernandes, esclarecendo que as condições climatéricas não têm permitido o trabalho. As obras retomaram, mas na semana passada houve 3 dias que ficaram paradas, porque choveu na semana anterior, o rio aumentou de caudal, e os trabalhos tiveram que parar. Esta semana os trabalhadores estão lá, estão a preparar-se, e as zonas de intervenção são essencialmente por baixo do viaduto da autoestrada, para fazer aquilo que está na margem esquerda, fazer a mesma coisa na margem direita, e logo a seguir à autoestrada, nos muros de gabiões. As obras funcionam em função dos caudais, bastando chover um bocadinho para uns dias depois aumentar o caudal, e aí têm que se parar os trabalhos, como aconteceu na semana passada. ----------
Interveio o Sr. Vereador António Oliveira, reforçando a afirmação feita pelo Engº José Fernandes, e muito bem, só que começou por dizer que as obras estavam paradas, mas não estão, são desenvolvidas tecnicamente também ao sabor do caudal do rio, e é essa a questão. Agora, o trabalho que ele focou e bem, na

autoestrada, está a ser feito. ----------

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, pedindo ao Sr. Presidente, na sequência do que foi dito, que solicite aos serviços que avaliem a forma como a questão está descrita na informação, pois pensa que eventualmente até pode não ser assim, e as coisas podem ser avaliadas. Pensa, sinceramente, se são descritas desta forma, que a câmara municipal tem dificuldade em assumir esta responsabilidade. Até pode não ser, pode ser outra coisa qualquer, mas tem que ser avaliado e deveria ser avaliado seriamente. Hoje são 13 200,00€, só que amanhã, se forem 23 200,00€, 43 000,00€ ou 53 200,00€, haverá uma situação complicada.----------

---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira.----------

1. Assunto: RELAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS PELA SRª VEREADORA MARINA TIAGO NO USO DA DELEGAÇÃO E SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO SR. PRESIDENTE ----------
---
2. Resumo: Presente para conhecimento a relação dos atos praticados pela Srª Vereadora Marina Tiago, no período compreendido entre 2014/03/24 e 2014/04/04, referentes à emissão de 2ª via de licença de utilização específica, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.----------
---
---
3. Informações/pareceres:----------
---
4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam.----------
---
5. Disposições legais aplicáveis: ----------
---
6. Propostas:----------

---
7. Deliberação: Tomado conhecimento. ----------

Assunto: VOTO DE CONGRATULAÇÃO AO LEZÍRIA PARQUE HOTEL----------

Presente para aprovação a proposta dos membros da Coligação Novo Rumo, datada de 2014/04/02, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, referente à atribuição de um voto de congratulação ao Lezíria Parque Hotel, pela classificação oficial de 4 estrelas recebida por parte da entidade Turismo de Portugal, na pessoa do Dr. Jorge Amorim, Diretor-Geral do Lezíria Parque Hotel.----------

Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo, quando apresentaram este voto de reconhecimento e congratulação foi, em certa medida, porque é um hotel que tem feito referência e dado uma boa imagem de Vila Franca de Xira. ----------

Ao mesmo tempo, recorda o espírito empreendedor e empresarial da família João Conde, que foi quem esteve na origem do aparecimento deste hotel, e como bem se precisa de investimento, atendendo à queda que tem tido nestes últimos anos, é realmente importante acarinhar e dar um certo estímulo de reconhecimento por tudo aquilo, pois este hotel tem já provas dadas. Há toda uma existência durante 22 anos que fala por si, porque é dos hotéis com maior índice de ocupação. ----------

Por aquilo que sabe todos se referem à boa prestação de serviços que recebem nesta unidade hoteleira de Vila Franca de Xira, o que não quer dizer que não haja outros que possam, evidentemente, ser estimulados quando aparecem, como o aparecimento do Hotel da Boiça. A sua existência ainda é relativamente recente, mas esperam que possa contribuir também para ser um hotel de referência em Vila Franca de Xira. ----------

Foi este o motivo do voto de congratulação, o carinho e a maneira de estimular o espírito empreendedor, que foi, na altura, há 22 anos, o aparecimento deste hotel, que tem sido uma boa referência de Vila Franca de Xira.----------

Interveio a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, mencionando que já na reunião anterior, quando a Coligação Novo Rumo apresentou este voto de congratulação, os membros da CDU disseram, e voltam hoje a dizer, que não é prática da câmara municipal pôr à votação votos de congratulação relativamente a qualquer empresa. Portanto, não sabem a razão de aparecer em destaque o Lezíria Parque Hotel, considerando, apesar de tudo, a importância que entendem que tem, até por

ter sido a primeira unidade hoteleira no concelho de Vila Franca de Xira. ----------
É um hotel de 4 estrelas, o Hotel da Boiça também é, o índice de ocupação pode ser muito ou pouco, mas, de facto, teriam que se trazer outros votos de congratulação de outras empresas, e felizmente ainda existem algumas no concelho com alguma produtividade, e também era importante saber outros índices relativamente a este hotel. ----------
Assim, porque nada os move contra o Lezíria Parque Hotel, mas também não entendem que seja de o destacar, vão abster-se neste voto de congratulação. -------
O Sr. Vice-Presidente interveio, dizendo que a discussão, genericamente, está feita, foi feita na última reunião de câmara, de qualquer das maneiras os membros do PS também pensaram um pouco sobre o que foi discutido na última reunião, e fazem uma proposta, no sentido de se poderem incluir dois parágrafos no início dessa declaração, que, no fundo, fazem duas coisas. Uma é contextualizar a importância das unidades hoteleiras nos territórios, no geral, e neste em particular, outra é a menção às outras unidades de alojamento que têm aberto, que não são hotéis, mas são também importantes, como em Vila Franca de Xira, em que recorda, por exemplo, o Maioral, que tem vindo a dar resposta muito satisfatória em termos de qualidade à questão do alojamento, e também um hotel novo que abriu, de 4 estrelas, e com qualidade, com características diferentes, mais de hotel rural próximo da cidade.----------
Pensa que eventualmente isto poderia responder às duas questões, à pretensão inicial, e boa, por parte da Coligação Novo Rumo, e também às preocupações que o PS também secunda, por parte da CDU. Assim, lerá muito rapidamente só os dois parágrafos, pois eventualmente poder-se-á estar em condições de aprovar por unanimidade, sem problema, esta declaração:----------
"As unidades hoteleiras de qualidade são elementos cada vez mais importantes no contexto da competitividade territorial, constituindo-se, para além de suportes imprescindíveis para o acolhimento turístico, como verdadeiras unidades impulsionadoras da vida económica local, incentivando empregos, estimulando serviços complementares e agentes locais, e ampliando produtos culturais próprios dos territórios onde se encontram. Constituem-se, assumindo-se pela sua qualidade e serviços específicos, simultaneamente, como marcas que atraem de

per si novos públicos e mercados. ----------

Por isso, as unidades hoteleiras de referência são, no contexto da complexidade que hoje caracteriza a realidade da vida económica, turística e cultural atual, parceiros indeléveis a ter em conta na construção da estratégia valorativa dos territórios, e é por isso particularmente grato que o concelho de Vila Franca de Xira tenha visto, nos últimos anos, o surgimento de novas unidades turísticas, um novo hotel de qualidade, o da Boiça, e recentemente o "upgrade" da maior unidade hoteleira do concelho, o Lezíria Parque Hotel". ----------

Terminou, referindo que após a inclusão destes dois parágrafos retomar-se-ia o texto original da proposta.----------

Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, salientando duas coisas. Em primeiro lugar, sobre o que a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso disse, pensa que se não se está habituado, vai-se certamente começar a estar, porque se não se estimularem e incentivarem as empresas do concelho, aquelas que realmente são criadoras de emprego, de que se precisa muito no concelho, e se não estão habituadas a este estímulo, é por isso que muitas vezes não têm a atratividade que é preciso para se implantarem.----------

Depois, quanto ao hotel, é evidente que não tem interesse nenhum, embora tivesse acompanhado a sua construção desde o início, mas tem provas dadas, são 22 anos já de provas dadas, que são uma referência para Vila Franca de Xira, e também lhe parece que se deve estimular o aparecimento de outras unidades hoteleiras, neste caso o Hotel da Boiça, que atendendo à sua recente inauguração espera que possa vir a ser também um hotel de referência em Vila Franca de Xira como é o Hotel Lezíria.----------

Quanto ao apontamento feito pelo Sr. Vice-Presidente, pede desculpa, mas parece que essa situação não está bem evidenciada ainda, pois não tem nada contra o Hotel da Boiça, pelo contrário, é de louvar o seu aparecimento e estimulá-lo, mas pela sua recente instalação não tem o histórico que tem o Hotel Lezíria, que é um hotel de referência de Vila Franca de Xira, pelos seus 22 anos de existência. Relativamente ao resto está de acordo, desde que se volte a compor melhor esta nova adaptação. ----------

O Sr. Vereador Rui Rei interveio, dizendo que não há problema nenhum, a CDU

vota como entender, não tendo os membros da Coligação Novo Rumo vergonha nem medo da iniciativa privada. Têm orgulho, só querem é que haja mais iniciativa privada, e se existem mais casos que merecem ser reconhecidos na câmara municipal a CDU que os traga, que traga 30, 40 ou 50 casos, que estarão presentes para votarem e apoiarem, não havendo problema nenhum nisso.----------

Agora, parece que se tem medo, e se calhar em relação ao Hotel da Boiça a câmara municipal devia era pedir desculpa ao proprietário, pois é um dos responsáveis do hotel ter aberto tarde, o que causou grandes prejuízos ao proprietário. Portanto, a determinada altura anda-se com medo de tomar posições.

A Coligação Novo Rumo tem esta posição, não a retira, e aceitou-a na última reunião de câmara, até porque foi criado aquele "fait-divers" legal, mas está perfeito. Veio a esta reunião de câmara, os seus membros colocam o voto à votação, e se os Srs. Vereadores querem chumbar, está ótimo, chumbem à vontade, o que têm é efetivamente muita pena que uma coisa sem importância política, mas com um relevante interesse económico para o concelho, esteja a ser alvo deste jogo e joguinho para tentar, de forma lateral, incluir outras coisas que não fazem sentido absolutamente nenhum.----------

Interveio a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, afirmando que ninguém tem medo de votar o que quer que seja, até porque o sentido de voto da CDU já foi tido, já foi público, e por isso devem todos entender-se. Este voto de congratulação aparece porque o Lezíria Parque Hotel informou os autarcas deste concelho do seu "upgrade", e toda a gente recebeu o e-mail do Lezíria Parque Hotel. Enquanto autarca recebeu, como os Srs. Vereadores também receberam, um e-mail no gabinete, dando conta do "upgrade" deste hotel, e os membros da CDU fizeram aquilo que era a competência que tinham, agradeceram e felicitaram o hotel pelo seu "upgrade". ----------

Agora, não são obrigados a votar um voto de congratulação relativo a uma empresa que não conhecem. Entendem que poderiam congratular muita coisa, podem fazê-lo até num pacote, e terão naturalmente que perceber quais são as condições de trabalho dadas aos trabalhadores que fizeram do Lezíria Parque Hotel o "upgrade", e doutras empresas. Estão abertos a mudanças, e já houve uma grande mudança neste mandato, que foi fazer uma reunião de câmara numa

empresa, a Central de Cervejas, têm a expectativa de fazer noutras, e lá estarão com todo o prazer, pelo que o voto de congratulação da CDU é este, é o de abstenção, já que não entendem que haja relevância tão particular como se quer fazer. São completamente a favor da iniciativa privada, desde que respeite todos os direitos e deveres consagrados na Constituição. Assim, a CDU vai abster-se neste voto de congratulação, e pela CDU respondem os vereadores da CDU.----------

O Sr. Presidente interveio, dizendo que vai encerrar a discussão do ponto, porque lhe parece uma coisa muito simples, e esta discussão é uma coisa fantástica. Sobre a matéria pode-se dizer o que bem se quiser, e tem a dizer, sobre a experiência de se fazer uma reunião de câmara numa empresa, que provavelmente vão-se fazer outras experiências futuras, exatamente no momento em que é preciso mostrar que as empresas de Vila Franca de Xira são pujantes, têm dinâmica e criam postos de trabalho.----------

Tem que se fazer um grande esforço nesse sentido, e entende este voto de congratulação nesse sentido, não pelas razões que o Sr. Vereador Rui Rei referiu, porque se há atrasos, há também entidades estranhas à câmara municipal que por vezes são aquelas que, efetivamente, têm o poder neste país, que são os poderes intermédios, das direções regionais disto e daquilo.----------

A Constituição pode ser revista naquilo que for o entendimento da necessidade do país, num determinado contexto, poder evoluir, sem dúvida, mas ainda bem que se tem esta Constituição, senão era o "regabofe", e isso é que era complicado, já que depois fazia-se a Constituição à medida dos interesses de uns e interesses de outros.----------

Felizmente tem-se uma regra, uma Constituição, goste-se ou não, e ainda bem que se tem uma Constituição.----------

Assim sendo, com a abstenção da CDU o ponto é aprovado, com a redação inicial apresentada, e sobre o Hotel da Boiça tratar-se-á de outra forma.----------

Deliberado, por maioria, com a abstenção dos membros da CDU, em conformidade com a proposta dos membros da Coligação Novo Rumo. ----------

---

---

1. Assunto: INSPEÇÃO DE ASCENSOR – RESTITUIÇÃO DE VALOR PAGO INDEVIDAMENTE - RUA DA FORMIGUEIRA, Nº 11 - CASAL DE SANTA MARIA – ALVERCA DO RIBATEJO----------

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 43/14, de 05/03, do GAMAE, para aprovação da restituição do valor de 167,15€, à administração do condomínio do prédio sito na rua da Formigueira, nº 11, no Casal de Santa Maria, em Alverca do Ribatejo, atendendo a que, por lapso, foi solicitada a inspeção do ascensor nº 371.11.14.783, quando o mesmo estava devidamente certificado.----------

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 43/14, de 05/03, do GAMAE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam.----------

5. Disposições legais aplicáveis: ----------

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.----------
   Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, dizendo que é evidente que os membros da Coligação Novo Rumo vão votar a favor, mas gostariam de perceber melhor o encaminhamento do pagamento das inspeções dos ascensores, e perguntam se normalmente quem trata desta renovação ao pedido da inspeção é a própria empresa que está entregue à conservação do ascensor. Gostariam ainda de saber se quando é pedido o pagamento ou quando é efetuado não há possibilidade de, quem recebe o pagamento, controlar logo, e saber se já foi pago, se está indevidamente a ser tratada a inspeção, se ainda não é devida, enfim, se não há possibilidades de controlar antes ou na altura em que é feito o pagamento ou o pedido de pagamento da própria inspeção ao ascensor.----------
   Interveio a Drª Isabel Araújo, referindo que as inspeções podem ser solicitadas, quer pela empresa de manutenção, quer pelas próprias administrações de

condomínio, e o que acontece é que muitas vezes as administrações de condomínio fazem os pagamentos através de transferência bancária, e enviam por e-mail as transferências e o respetivo requerimento. Ora, está-se perante um facto efetivamente consumado, e muitas vezes, no início do ano, isto acontece. ----------
Pode dizer que já tem esta semana mais duas situações porque, mudando as administrações, muitas vezes não vão verificar os processos dos ascensores que têm em seu poder, e pedem uma inspeção quando os elevadores ainda estão devidamente certificados. Assim, quando depois chega a informação aos serviços está-se perante um facto consumado, e verifica-se que há necessidade de devolver aos condomínios o pagamento indevido. ----------
Quando o pedido é feito diretamente nos serviços da câmara municipal, neste caso no atendimento, o que acontecesse é que há possibilidade de se verificar informaticamente, e muitas vezes vai-se buscar o processo, verificando-se se o ascensor está ou não certificado. Portanto, essa triagem é feita quando o pedido se faz diretamente no atendimento dos serviços. Às vezes são enviados cheques, com o requerimento, e aí sim, antes de se dar entrada do requerimento e aceitar o cheque, vai-se verificar se está ou não inspecionado. Quando é uma transferência bancária, o facto está consumado.----------
---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.----------
---

Assunto: LEGISLAÇÃO – SÍNTESE ----------

Foi dado conhecimento da publicação feita em Diário da República dos seguintes diplomas de interesse para a administração: ----------

Decreto-Lei nº 52/2014, de 7 de abril, I série, que estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2014;----------

Decreto-Lei nº 53/2014, de 8 de abril, I série, que estabelece um regime excecional e temporário a aplicar à reabilitação de edifícios ou de frações, cuja construção tenha sido concluída há pelo menos 30 anos ou localizados em áreas de reabilitação urbana, sempre que estejam afetos ou se destinem a ser afetos total ou predominantemente ao uso habitacional;----------

Portaria nº 81/2014, de 9 de abril, I série, que estabelece os procedimentos para a adoção formal e a divulgação da adoção dos manuais escolares a seguir pelos agrupamentos de escolas e pelas escolas não agrupadas e fixa as disciplinas em que os manuais escolares e outros recursos didático-pedagógicos não estão sujeitos ao regime de avaliação e certificação, bem como aquelas em que não há lugar à adoção formal de manuais escolares ou em que esta é meramente facultativa;----------

Declaração de Retificação nº 25/2014, de 11 de abril, I série, que retifica o Decreto-Lei nº 52/2014, de 7 de abril, do Ministério das Finanças, que estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2014, publicado no Diário da República nº 68, I série, de 7 de abril de 2014; ----------

Resolução da Assembleia da República nº 31/2014, de 11 de abril, I série, que recomenda ao Governo que proceda à implementação de um programa nacional, global e integrado de modernização, simplificação e desburocratização administrativas. ----------

Tomado conhecimento.----------

Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro --
Fl. Ata - 106
Reunião de 2014/04/16
Procº
Deliberação nº

1. Assunto: PAGAMENTOS AUTORIZADOS----------
---

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação da Divisão Financeira, Patrimonial e de Controlo Orçamental, para conhecimento dos pagamentos autorizados pelo Sr. Presidente, pelo Sr. Vice-Presidente Fernando Paulo Ferreira e pelo Sr. Vereador António Félix, no período compreendido entre 2014/03/27 e 2014/04/09, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------
---

3. Informações/pareceres:----------
---

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam.----------
---

5. Disposições legais aplicáveis: ----------
---

6. Propostas:----------

---

7. Deliberação: Tomado conhecimento. ----------

---

16 pagamentos

Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____
Fl. Ata 107
Reunião de 2014/04/16
Procº _____
Deliberação nº_____

1. Assunto: BALANCETES ----------

2. Resumo: Apresentados os balancetes os quais acusam o seguinte saldo em dinheiro: ----------

   Câmara Municipal:----------

   Dotações Orçamentais----------21 710 865,36€

   Dotações não Orçamentais---------- 2 190 876,72€

   Serviços Municipalizados de Água e Saneamento:----------

   Dotações Orçamentais---------- 3 560 147,51€

   Dotações não Orçamentais----------372 944,12€

3. Informações/pareceres:----------

4. Dotação orçamental: Plano ----------Orçam.----------

5. Disposições legais aplicáveis:----------

6. Propostas: ----------

7. Deliberação: Tomado conhecimento. ----------

17 balancetes

Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____
Fl. Ata 108
Reunião de 2014/04/16
Procº _____
Deliberação nº 238

1. Assunto: FUNDO DE MANEIO 2014 – DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS----------
---

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 74/14, de 03/04, do DGAFJ/DFPCO, para aprovação da constituição de um fundo de maneio adstrito à Divisão de Recursos Humanos, titulado pelo Chefe de Divisão, Dr. Paulo Luís da Piedade Alenquer, no valor mensal de 290,00€.----------
---
---

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 74/14, de 03/04, do DGAFJ/DFPCO, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------
---

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam.----------
---

5. Disposições legais aplicáveis: ----------
---

6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------
---

---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix.----------
---

Assunto: ALTERAÇÃO À ORDEM DO DIA----------

O Sr. Presidente interveio, pedindo a compreensão dos Srs. Vereadores para efetuar a discussão dos pontos 23, 34 e 35, na medida em que receia não haver tempo para aprovar estes pontos, que são imprescindíveis.----------

Assim sendo, passam para a próxima reunião de câmara os pontos 14, 19, 20, 21, 22 e 26, os quais exigem alguma discussão.----------

1. Assunto: 3ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO, PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS DA CÂMARA MUNICIPAL PARA 2014----------
---

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 38/14, de 10/04, do DGAFJ/DPFCI, para aprovação da 3ª alteração ao orçamento, plano plurianual de investimentos e plano de atividades municipais da câmara municipal para 2014. ----------
---

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 38/14, de 10/04, do DGAFJ/DPFCI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------
---

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------
---

5. Disposições legais aplicáveis: ----------
---

6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------
Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, dirigindo-se, por intermédio do Sr. Presidente, mais ao Sr. Vereador António Félix, dizendo que os membros da CDU registam com agrado que se tem evoluído na documentação dos serviços, quanto à discriminação da informação dos assuntos, mas depois, nos anexos, na parte das rubricas e dos números, volta a dizer, e não é culpa, nem do Sr. Vereador, nem dos serviços, que a digitalização regrediu outra vez. Já levantou a questão, nas últimas alterações esteve bem, e agora houve grande dificuldade, nalgumas coisas, em perceber o que estava lá. ----------
Não sabe se será possível, mas se for, na informação dos serviços deveria também haver mais explicação das rubricas, por exemplo, no caso dos viadutos, arruamentos e obras, onde é que são. Sabe que nos anexos, nos mapas, está correto como está, mas se fosse possível gostaria que essa informação estivesse na comunicação dos serviços. Esta questão não é habitual, mas se fosse possível seria bom, para terem uma perspetiva mais abrangente do que são as alterações.

Contudo, é evidente que está bastante discriminada a informação dos serviços, quanto às questões principais.----------

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que não é tão pouca a discriminação, pois o Sr. Vereador tem-na, o que o mesmo queria era uma explicação. Se fosse para descobrir as verbas com facilidade, poder-se-ia usar outra cor, mas o que o Sr. Vereador pretende é a explicação, sendo que na informação estão as coisas fundamentais. ----------

O Sr. Vereador Aurélio Marques interveio de novo, mencionando que poderá ver despois a questão com o Sr. Vereador António Félix, se o Sr. Presidente lhe permitir.----------

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que só gostaria de colocar uma questão, porque já na última alteração vinha também, a da rotunda do Moinho. Na altura até perguntou onde seria, agora vem novamente na alteração, e questiona então se o valor soma ao anterior, ou o que é que acontece, pensando que agora serão 50 000,00€.----------

Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo que sobre esta matéria não tem condições de explicar, solicitando esclarecimentos ao Sr. Vereador António Félix.----

Interveio o Sr. Vereador António Félix, explicando que se trata de uma reclassificação, e o valor mantém-se.----------

Os orçamentos, como todos sabem, são documentos de trabalho e vão evoluindo ao longo da evolução dos mandatos, e neste caso específico o que acontece, basicamente, com esta terceira alteração, são reclassificações, ou seja, a passagem de umas rubricas para outras, obviamente sem alteração do montante.--

A única alteração do montante são os 134 000,00€, que é o acionar de uma garantia, mas o Sr. Vereador Aurélio Marques falou numa coisa em que também tem dificuldade, a leitura dos mapas, porque os números são muito pequeninos. Já se está em contacto com a Medidata no sentido de ver se há possibilidade de imprimir de outra forma, para conseguir ler melhor, pois também tem alguma dificuldade às vezes em ver os números que lá estão, e concorda absolutamente com o Sr. Vereador. Está pois a tratar disso, no sentido de se resolver esse problema. ----------

Relativamente à explicação, há um problema, algumas destas alterações resultam

de uma série de rubricas, nomeadamente as da informática resultaram da alteração de uma série de rubricas, e se se colocar a explicação na informação dá quase um livro. Na medida do que é possível vai tentar explicar, e irá dizer aos serviços para explicar as mais importantes o máximo possível, contudo, há algumas que resultam de tantas alterações, que depois é uma confusão. ----------

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix. ----------

1. Assunto: RECENSEAMENTO ELEITORAL – RESULTADOS REPORTADOS A DEZEMBRO DE 2013 – TRANSFERÊNCIA DE VERBAS PARA AS FREGUESIAS ----------
---

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 21/14, de 31/03, do DGAFJ/SE, para aprovação da transferência de verbas, no valor de 842,78€, para as juntas de freguesia, no âmbito do recenseamento eleitoral – Resultados reportados a dezembro de 2013.----------
---
---

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 21/14, de 31/03, do DGAFJ/SE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. --
---

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------
---

5. Disposições legais aplicáveis: ----------
---

6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.----------
---

---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix.----------
---

---

1. Assunto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DO PALÁCIO E DOS EDIFÍCIOS (ATELIERS) DA QUINTA MUNICIPAL DA PIEDADE – PÓVOA DE SANTA IRÍA – PARECER PRÉVIO VINCULATIVO - 2ª RENOVAÇÃO DO CONTRATO----------

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 131/14, de 02/04, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável à 2ª renovação do contrato de serviços de limpeza do palácio e dos edifícios (ateliers) da Quinta Municipal da Piedade, na Póvoa de Santa Iria, não se aplicando a redução remuneratória, nos termos da lei.----------

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 131/14, de 02/04, do DGAFJ/DFPCO/SC, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.----------

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam.----------

5. Disposições legais aplicáveis: ----------

6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.----------

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix.----------

1. Assunto: ESCRITURA DE JUSTIFICAÇÃO DE POSSE – PRÉDIO URBANO SITO EM TRANCOSO DE BAIXO - SÃO JOÃO DOS MONTES ----------

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 80/14, de 20/03, do NMP, para aprovação da celebração da escritura de justificação notarial de posse do imóvel inscrito na matriz da União de Freguesias de Alhandra, Calhandriz e São João dos Montes, sob o artigo 2145, e descrito na 1ª Conservatória do Registo Predial pelo nº 02974, de São João dos Montes, visando a sua regularização registral.----------

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 80/14, de 20/03, do NMP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------

5. Disposições legais aplicáveis: ----------

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. ----------

Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____
Fl. Ata 116
Reunião de 2014/04/16
Procº _____
Deliberação nº 243

1. Assunto: ACHADOS ARQUEOLÓGICOS NO RIO TEJO ----------
---

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 106/14, de 14/03, do DEC/DCTPM, para aprovação da compensação pecuniária, no valor de 140,00€, a atribuir a Mariana Mendes, pelos achados arqueológicos recolhidos por si no rio Tejo, no decorrer da pesca de arrasto. ----------
---
---

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 106/14, de 14/03, do DEC/DCTPM, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------
---

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------
---

5. Disposições legais aplicáveis: ----------
---

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------
---

---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. ----------
---

Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____
Fl. Ata 117
Reunião de 2014/04/16
Procº DCTAE.00.DM.MUS.113
Deliberação nº 244

1. Assunto: DOAÇÃO DE LIVROS ESCOLARES E SELOS FISCAIS E DOS CORREIOS ANTIGOS----------
---

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 109/14, de 18/03, do DEC/DCTPM, para aceitação da doação, ao Núcleo Museológico de Alverca, de livros escolares e selos fiscais e dos correios, pertença de Aldina Ruivo Pires Bento.----------
---
---

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 109/14, de 18/03, do DEC/DCTPM, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------
---

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam.----------
---

5. Disposições legais aplicáveis: ----------
---

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aceitação. ----------
---

---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente.----------
---

---

1. Assunto: DOAÇÃO DE UM DESENHO DA AUTORIA DE AUGUSTO GOMES----------
---

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 89/14, de 26/03, do DEC/DCTPM/MNR, para aceitação da doação, ao Museu Neo-Realismo, de um desenho a grafite sobre papel, da autoria de Augusto Gomes, pertença de Álvaro Jesus Manadelo Ferreira.----------
---

---

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 89/14, de 26/03, do DEC/DCTPM/MNR, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.----------
---

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam.----------
---

5. Disposições legais aplicáveis: ----------
---

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aceitação. ----------
---

---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente.----------
---

---

1. Assunto: DOAÇÃO DE MATERIAL AUDIOVISUAL----------
---

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 90/14, de 26/03, do DEC/DCTPM/MNR, para aceitação da doação de material audiovisual, alguns discos em vinil e negativos, ao Museu do Neo-Realismo, pertença de José Venâncio M. Serra. ----------
---

---

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 90/14, de 26/03, do DEC/DCTPM/MNR, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.----------
---

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam.----------
---

5. Disposições legais aplicáveis: ----------
---

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aceitação. ----------
---

---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente.----------
---

---

1. Assunto: TRANSPORTES ESCOLARES - ALUNOS A ESTUDAR FORA DO CONCELHO – ANO LETIVO 2013/2014 – COMPROMISSO E TRANSFERÊNCIA DE VERBA PARA AS JUNTAS DE FREGUESIA----------
---

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 204/14, de 04/04, do DEC/DE, para aprovação do compromisso e transferência de verba para a Junta de Freguesia de Castanheira do Ribatejo e Cachoeiras e Junta de Freguesia de Vila Franca de Xira, no valor de 1 200,00€ e 100,00€, respetivamente, referente ao pagamento de subsídios de transporte aos alunos a estudar em escolas fora do concelho, no ano letivo 2013/2014, e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação nos termos da lei.----------
---
---

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 204/14, de 04/04, do DEC/DE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----
---
---

4. Dotação orçamental: Plano 04/01/03/004C--- Orçam.05/04.05.01.02----------
---

5. Disposições legais aplicáveis: ----------
---

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------
---
---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente.----------
---

---

1. Assunto: 34º SALÃO DE ATESANATO – EDITAL ----------

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 93/14, de 09/04, do DEC/DCTPM, para aprovação das questões relacionadas com a organização e funcionamento, candidaturas, taxa de participação e condições e utilização do espaço, referentes ao 34º Salão de Artesanato, no âmbito da Feira Anual de Outubro, para publicitação através de edital. ----------

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 93/14, de 09/04, do DEC/DCTPM, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------

4. Dotação orçamental: ----------

5. Disposições legais aplicáveis: ----------

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. ----------

Assunto: PROGRAMA DE APOIO AO MOVIMENTO ASSOCIATIVO – APOIO À ATIVIDADE REGULAR 2014 ----------

Presente proposta do Sr. Vice-Presidente, datada de 2014/04/07, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para aprovação da atribuição de subsídios de apoio à atividade regular em 2014 a 109 associações do concelho, no valor global de 497 470,00€, relativos a 268 apoios específicos por área de atividade. ----------

Interveio a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, referindo que se vai ausentar neste ponto, por uma questão de incompatibilidade. ----------

O Sr. Vereador Paulo Rodrigues interveio, dizendo que se ausentará de igual forma.

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que a questão está a ser levantada, mas já houve inclusivamente uma auditoria na câmara municipal, na altura o próprio tinha pelouro, já pertencia à mesa da Assembleia-Geral do União Atlético Povoense, e não houve nenhum regime de incompatibilidade na votação, razão pela qual não disse que se ausentava. De qualquer forma, pergunta ao Dr. Fernando Barreiros se tem um entendimento em contrário. Na altura pediram-lhe todas as declarações, que entregou, ninguém lhe disse o que quer que seja, pelo que pensa que não existe nenhum regime de incompatibilidade sobre esse processo, mas, se houver, não tem nenhum problema em ausentar-se.----------

O Sr. Vereador Aurélio Marques interveio, mencionando que a proposta começa, como é habitual, com a discriminação das 225 associações ativas, 2 000 dirigentes, 10 000 praticantes ou utentes, o que mostra a riqueza do movimento associativo no concelho de Vila Franca de Xira, tendo sido apoiadas 109 associações, que representam 48,5% das 225 ativas, o que é mais uma prova daquilo que os membros da CDU têm defendido. ----------

Já não é a primeira vez que dizem que o PAMA necessita de ser revisto, no seu conteúdo, na abrangência, nas regras e nos critérios. ----------

Não se pode enaltecer o movimento associativo e utilizar o mesmo esquecendo o grosso dos problemas das associações, que não passam só por dificuldades financeiras, as quais logicamente devem ser salvaguardadas, mas não se pode olhar só para estas questões financeiras e logísticas, e cada vez mais para as questões do apoio técnico-legal, entre outros.----------

Como todos sabem o movimento associativo substitui o Estado naquilo que muitas vezes são as suas competências, e também serve muitas vezes, pede desculpa pelo termo, de moleta, ou apoio às iniciativas da câmara municipal, pelo que, quanto aos membros da CDU, urge rever o PAMA de forma a garantir maior abrangência e apoio às associações do concelho, tendo o executivo PS possivelmente, como é evidente, o seu contributo nesta revisão. ----------

Disse ainda ser evidente que há um pequeno aumento em relação ao ano passado, de 1 285,00€, o que representa 2,5 milésimas. O número de associações apoiadas passou de 108 para 109, é mais uma, os apoios são 268, mais 6 do que no ano passado, que foram 262, mas se se relacionar o aumento de uma associação e os apoios, se calhar este aumento, que é um aumento em termos de verba, na prática não será um aumento. ----------

Sem pôr em causa o contributo que o município realmente dá ao movimento associativo, e este ano são 497 470,00€, o que é de registar, e o próprio, com o rigor naquilo que faz, ou procura fazer, salienta esta verba, considerando a crise e todos os problemas que têm afetado o país e o concelho, e a própria situação financeira da câmara municipal, e com isto não está a dizer que a situação é péssima, longe de si, lembra apenas que já em 2010, em relação a 2009, tinha havido uma diminuição de 5%, em 2011 de cerca de 23%, e em 2012 de cerca de 11%. ----------

Em 2013 esse decréscimo foi atenuado, mas enquanto em 2009 foram 762 015,00€, agora, como disse, são 497 470,00€, o que representa, de 2009 até 2014, um decréscimo no apoio ao movimento associativo de cerca de 35%, e se for de 2010 até 2014 são mais de 30%, como de 2011 a 2014 são 11%. É evidente que isto também tem que ser tomado em consideração, houve este aumento, a redução do decréscimo no ano anterior já foi muito menor, mas não se pode esquecer, embora se compreenda, e os membros da CDU compreendem, a situação de crise, tudo o que tem acontecido no país e as evoluções que tem havido. É importante não esquecer e pensar-se, em termos futuros, em inverter a situação dentro do possível. ----------

Terminou, dizendo que o voto dos membros da CDU é de abstenção, por razões que já referiu, e levanta apenas uma questão, aproveitando o facto de se estar a

falar do movimento associativo. ----------

Reporta-se ao "Mês do Sável", mas pensa que há até outras iniciativas, em que uns grupos folclóricos fizeram atuações em vários restaurantes, e publicamente. Tiveram conhecimento de algumas atuações, e é evidente que uns proprietários dos restaurantes foram simpáticos, não diz que os outros não foram, mas houve sítios em que lhe disseram, e não esteve lá, só que acredita em quem disse, que nem água se ofereceu às pessoas. ----------

Gostaria só de alertar a câmara municipal desta situação, e talvez a restauração não tenha obrigação, mas de futuro deveria ter isso em consideração, pois foi-lhes dito, e foram chamados à atenção. Esta situação não vale em termos genéricos, mas as pessoas vão lá atuar, e depois às vezes nem há uma atenção com as mesmas, e era só para isso que gostaria de alertar a câmara municipal. ----------

Interveio o Sr. Presidente, respondendo que o Sr. Vereador se referiu a esta matéria como o próprio se poderia referir, ou seja, o Sr. Vereador pensa que efetivamente o apoio ao movimento associativo deveria ser mais amplo, e também pensa isso, mas o Sr. Vereador também reconheceu, tendo em consideração os momentos que se atravessam, o esforço que é feito em termos do apoio que é prestado. ----------

Vai-se ver o que os próximos anos trazem, e se for possível, naturalmente que se irá aumentar esse mesmo apoio financeiro. O próprio PAMA é dinâmico, evolutivo e também pode ter algumas alterações. ----------

Contudo, apesar de estar de acordo com aquilo que o Sr. Vereador disse, o mesmo também o acompanha naquilo que às vezes já costuma dizer em determinadas ocasiões, que este município ainda é daqueles que apoia o movimento associativo, pois outros já não o fazem. ----------

O Sr. Vice-Presidente interveio, dizendo que relativamente a este processo gostaria de dizer duas ou três coisas, e a primeira é que este é um momento anualmente sempre importante para o movimento associativo e também para a câmara municipal, constituindo uma parte significativa, mas apenas uma parte, do conjunto de apoios que a autarquia dá, e bem, ao movimento associativo. ----------

A este propósito, gostaria de fazer duas referências que pensa que é justo fazer neste momento. A primeira é ao próprio movimento associativo, porque,

evidentemente com a ajuda e acompanhamento da autarquia, este movimento e a parte da economia social, no conjunto da economia global, foi provavelmente o setor que mais reagiu às adversidades que a crise impôs ao país desde 2008. --------
Efetivamente tem-se visto que através do movimento associativo neste momento há mais ações, mais atividades e mais apoios às famílias do que havia em 2008, não podendo deixar, neste contexto, de realçar isso, e no seu discurso fá-lo sempre que publicamente aborda as questões do associativismo, porque é verdade que as associações souberam dar uma resposta de apoio social muito importante a todos os níveis, incluindo o desporto, ação social e cultura. ----------
A câmara municipal apoia depois com uma outra parte, que tem a ver com as obras e viaturas, e está-se neste momento a fazer o tratamento das candidaturas, verificando-se, mais uma vez, uma coisa que também já dizia, e que felizmente se verificou, ou seja, a dinâmica e a vontade do movimento associativo permite-lhe continuar a investir, o que é importante, uma vez que a câmara municipal é o único apoio que as associações têm neste momento. O Governo, como se sabe, suspendeu todos os apoios para investimentos na área do associativismo, e portanto tem sido a câmara municipal a dar essa resposta. ----------
A outra referência que gostava de fazer diz respeito ao próprio Gabinete de Apoio ao Movimento Associativo, e aos técnicos que o compõem, que têm conseguido construir uma relação de proximidade exatamente naquele apoio técnico que o Sr. Vereador Aurélio Marques levantou, e muito bem, que cada vez as associações precisam mais. Por isso têm-se desenvolvido também informações nessa área. ------
Por fim, faz ainda referência ao Programa de Apoio ao Movimento Associativo, tendo havido em fevereiro um conjunto grande de reuniões que abrangeu todas as áreas do PAMA, com as associações, e isso deu origem a algumas indicações interessantes sob o ponto de vista da revisão deste programa. ----------
A primeira já veio a reunião de câmara e à assembleia municipal, já está resolvida, e respeita ao acerto do apoio dado em transportes por parte da câmara municipal, que foi importante, que resulta dessa discussão que se teve com o movimento associativo. No que toca especificamente ao que hoje é presente, foram dados "apports" importantes relativamente a três aspetos fundamentais. ----------
O primeiro foi a consideração, para o Programa de Apoio ao Movimento

Associativo, no sentido das associações serem já contempladas este ano no que respeita às modalidades cujas participações em provas são inferiores a 5 por ano, porque não podem ser mais, e faz parte daquela modalidade que é mesmo assim. Antigamente estavam excluídas do programa, e ficaram agora incluídas. Depois, uma situação que resulta já de um apoio que a câmara municipal decidiu dar no âmbito da dinamização da natação, a extensão da consideração dos atletas de natação ligados ao INATEL, que é também uma recomendação que já se tinha deliberado em reunião de câmara, e resultou das reuniões com o movimento associativo. Por último, crê que se está a tomar uma boa decisão, que vai permitir naturalmente que as associações possam dar resposta a muitas das suas atividades. ----------

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo que pensa que se inferiu da sua intervenção que o que o preocupa é saber o porquê, ou a preocupação, no espectro da totalidade, que são as 225 associações, de nem 50% terem apoio. Não vai dizer que seja por culpa da câmara municipal, mas é isso que o preocupa. --------

Depois, em relação ao Sr. Presidente, sabe que há muitas câmaras que não fazem esse apoio, mas cada um fala por si, e felizmente a câmara municipal tem essa possibilidade. Sabe que o Sr. Presidente não criticou, mas só quis também deixar esta nota.----------

O Sr. Vereador Vítor Silva interveio, reconhecendo e dando um voto de agradecimento a todas as instituições, pela ajuda que dão na formação de muitos jovens, e todas as pessoas que contribuem para o seu caráter e formação, na maior parte das vezes, do jovem em si, bem como um voto de reconhecimento a todos os dirigentes que, perdendo muito tempo muitas vezes nas instituições, em troco da sua ausência da família, contribuem para que essas associações sobrevivam e continuem a ser muito importantes na formação de todos os indivíduos que realmente se envolvem.----------

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que todos se associam a esse esforço e dedicação dos dirigentes associativos. ----------

Deliberado, por maioria, com a abstenção dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente, estando ausentes no momento da discussão votação os Srs. Vereadores Marina Tiago, Ana Lídia Cardoso e Paulo Rodrigues. ------

1. Assunto: FESTA DA FLOR – REFEIÇÕES ----------
---

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 702/14, de 03/04, do DASDEDS/DDS, para aprovação da atribuição de um subsídio às instituições ou associações que irão confecionar as refeições no âmbito da Festa da Flor, no valor de 2,50€ por refeição.----------
---

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 702/14, de 03/04, do DASDEDS/DDS, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------
---

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------
---

5. Disposições legais aplicáveis: ----------
---

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------
Interveio a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, referindo uma das sugestões que os membros da CDU apresentaram em reuniões de câmara anteriores, já neste mandato, e saudando a decisão de se generalizarem as refeições da Festa da Flor. Pensam que desta forma a câmara municipal está a ser mais justa com as instituições que ao longo do ano têm trabalhado para a concretização da Festa da Flor, e que deu um bom passo ao assumir o pagamento das refeições.----------
O Sr. Presidente agradeceu, dizendo que julga que se encontrou uma metodologia que foi consensual na discussão efetuada. ----------
---
---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. ----------
---

Assunto: ATA EM MINUTA DA REUNIÃO DE CÂMARA ----------

Presente para aprovação a ata em minuta da presente reunião de câmara, com dispensa da sua leitura. ----------

Deliberado, por unanimidade, aprovar a ata em minuta da presente reunião de câmara. ----------

Encerramento às 14h05. ----------

Esta ata foi aprovada por unanimidade, na reunião de câmara 2014/05/14, tendo sido dispensada a sua leitura, por ter sido previamente distribuída a todos os membros. ----------

---

E eu, _____, Fernando Paulo Serra Barreiros, Diretor do Departamento de Gestão Administrativa, Financeira e Jurídica, em regime de substituição, a subscrevi. ----------

O Presidente da Câmara Municipal,

- Alberto Simões Maia Mesquita -